

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



Dissertação

Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha
Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS

Rafael Gastal Porto

Pelotas, 2008

RAFAEL GASTAL PORTO

Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências (área do conhecimento: Desenvolvimento Rural Sustentável).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Co-Orientador: Prof. Dr. Volnei Krause Kohls

Pelotas, 2008

Dados de catalogação na fonte:
(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

P853c Porto, Rafael Gastal

Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS / Rafael Gastal Porto. - Pelotas, 2008.

166 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. - Pelotas, 2008, Antônio Jorge Amaral Bezerra, Orientador; co-orientador, Volnei Krause Kohls.

1. Agricultura familiar 2. Pecuária familiar 3. Sistemas de produção 4. Caracterização 5. Bovinos de corte I. Bezerra, Antônio Jorge Amaral (orientador) II .Título.

CDD 305.56

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra – orientador

Suplente:

Prof. Dr. Luís Antônio Veríssimo Corrêa

Dedicatória

À um grande homem: agricultor, pai de família e avô zeloso. Dedico com amor, carinho e ternura este trabalho em reconhecimento do que representou para mim esta pessoa, um verdadeiro exemplo de vida e de sua incansável e incalculável missão em fazer as pessoas felizes. Como esquecer dos inúmeros brinquedos confeccionados aos netos... não tem como. À Luiz da Fontoura Gastal, o vô "Lelé" (*in memorium*).

Agradecimentos

Durante a realização desse curso de pós-graduação tão desejado, pode-se afirmar que várias pessoas participaram, de uma forma ou de outra, da elaboração deste trabalho científico-acadêmico, direta ou indiretamente. Sendo assim, quero registrar aqui, antes de tudo, o quão importante é agradecer a essas pessoas que acompanharam essa longa caminhada. Pessoas com experiências de vida e de trabalho. A todos que fizeram parte deste projeto, obrigado!

Obviamente que não quero esquecer ninguém, no entanto, gostaria de agradecer e fazer menção à:

Deus, antes de tudo por ser a força divina, pois sem Ele nada seria possível;

Meus pais Victor Hugo da Fonseca Porto e Maria Clara Gastal Porto, por serem a razão de eu estar aqui, chegar onde cheguei e por suportarem os momentos mais difíceis. A demonstração de companheirismo revela a fortaleza dessa dupla fenomenal. Sinto orgulho do exemplo de vida e as palavras de incentivo, pois a família é base de tudo. Obrigado, do fundo do coração deste filho que tanto os ama;

Minha irmã Renata Gastal Porto, que com certeza torce pelo meu sucesso assim como também quero o melhor para ela, para que seja feliz em sua vida pessoal e profissional. A ti Maninha, desse mano que te ama muito;

Ao professor Antônio Jorge Amaral Bezerra, gostaria de fazer um agradecimento especial: primeiramente, pela amizade que nos une seja na vida pessoal quanto profissional; segundo por me orientar brilhantemente nesse trabalho; e terceiro por suportar as inquietações do “sindicato” nessa caminhada. Não poderia esquecer das trocas de idéias e dos vários textos indicados e disponibilizados, bem como pela brilhante análise criteriosa dessa dissertação;

Ao professor Volnei Krause Kohls, pela amizade e por ter sido co-orientador dessa dissertação, participando sempre de todas as fases deste trabalho, com suas sugestões e análises críticas, bem como, pelas suas contribuições muito valiosas;

Ao professores Lotar Siewerdt e Marcelo Pimentel, do Departamento de Zootecnia da FAEM-UFPEL, pela sua contribuição na análise do questionário com suas sugestões e considerações em torno de aspectos técnicos da produção pecuária;

À colega de curso, Nádia Velleda Caldas, pela inestimável ajuda com a utilização do software *SPSS* para o tratamento dos dados de campo, bem como pelo seu coleguismo e alegria sempre que conversávamos e trocávamos idéias;

À pesquisadora e colega Magda Vieira Benavides, da Embrapa Pecuária Sul, pela tradução do resumo, o que certamente qualificou o trabalho;

Aos pecuaristas familiares do município de Bagé, que sempre se mostraram disponíveis a conversar, pela hospitalidade e cordialidade de todos agradeço, pois sem a participação deles, figuras centrais, este trabalho não se realizaria;

À EMATER Municipal de Bagé, na figura do Eng^o. Agr^o. Mário Antônio Costa da Silveira, do Técnico Agrícola Eloí Joaquim Pozzer e do Assistente Administrativo Glauco Maurense Magalhães, pela recepção e tratamento fraternos, agradeço pela ajuda inestimável para a parte deste trabalho que considero de grande importância, o levantamento de dados a campo, junto aos pecuaristas familiares, com os deslocamentos aos estabelecimentos rurais. Também agradecer pelo “almoço campeiro” com o “Mariozinho”, na localidade da Pedra Grande no distrito de Palmas;

À EMATER Regional de Bagé, na figura do Eng^o. Agr^o. Cláudio Marques Ribeiro que se dispôs a ajudar-me no tocante às discussões teóricas sobre a pecuária familiar da região da Campanha Gaúcha, em especial sobre o município de Bagé;

À Prefeitura Municipal de Bagé, na figura do Eng^o. Agr^o. Edegar Franco de Franco (Coordenador de Agropecuária), do Eng^o. Agr^o. Emerson G. Menezes, do Médico Veterinário Mário Augusto Pokulat e do funcionário “Clebinho”, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, pela colaboração e apoio fundamentais no contato com os pecuaristas familiares e no deslocamento aos estabelecimentos rurais;

À Inspetoria Veterinária de Bagé, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa do Sr. Juarez Franco Dias, em função das visitas aos pecuaristas familiares para a realização das entrevistas na época do repasse da vacina para o reforço contra a aftosa;

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado;

Ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias, gostaria de agradecer aos professores e funcionários que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização deste trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, pelo fato de poder usufruir e participar deste grupo de trabalho, bem como aos colegas de curso da turma de 2006, pelas trocas de idéias sempre ricas em sala de aula, o que certamente trouxe contribuições;

À Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, nossa escola centenária que tanto nos orgulha;

À Universidade Federal de Pelotas, por ser uma instituição de renome e tradição.

Epígrafe

Por que esta magnífica tecnologia científica, na qual trabalho e nos facilita a vida traz tão pouca felicidade? A resposta é esta: simplesmente porque ainda não aprendemos a usá-la com juízo.

ALBERT EINSTEIN

Resumo

Porto, Rafael Gastal. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé/RS**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa aborda a pecuária familiar como uma forma social produtiva no arcabouço da agricultura familiar, levando-se em consideração os diversos e distintos sistemas de produção, reprodução e manifestação verificados na agropecuária brasileira. Dessa forma, procura evidenciar a existência dessa categoria social no município de Bagé/RS que se encontra inserido na região da Campanha Meridional do estado do Rio Grande do Sul. Objetiva-se, com o presente estudo, caracterizar a pecuária familiar no município no que se refere ao tipo de mão-de-obra utilizada, a estrutura fundiária das unidades de produção, os sistemas de produção, a inserção e a articulação em relação ao mercado, o acesso aos recursos e serviços públicos e, por fim, o perfil sócio-demográfico do pecuarista familiar. O trabalho de campo se deu através da aplicação de 40 questionários via entrevista direta aos produtores e foi realizado entre os meses de maio e junho de 2007 nas seguintes áreas rurais: Palmas (Coxilha das Flores, Pedra Grande, Toca, Catarina e Lixiguana), Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada e Santa Tecla, mais representativas desse universo. O método utilizado se fundamentou na análise multivariada dos dados e, posteriormente, procedeu-se à inferência estatística. Os resultados da pesquisa revelam que a pecuária familiar se mostra aderente ao conceito de agricultura familiar levando-se em consideração suas especificidades próprias, inerentes ao processo produtivo pecuário, e se constituindo em sistemas de produção adaptados ao meio ao qual estão inseridos. Assim sendo, observa-se que os resultados revelam características de unidade de produção de base familiar à categoria de pecuária analisada nesta investigação enquanto objeto de estudo. Os resultados permitem concluir que a pecuária familiar se mostra de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável, para a reconfiguração dos espaços rurais e para a discussão da temática de políticas públicas convergentes às reais necessidades desse público específico.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pecuária familiar. Sistemas de produção. Caracterização. Bovinos de corte.

Abstract

Porto, Rafael Gastal. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé/RS.** 2008. 166f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This thesis examines farm family livestock as a productive social framework in agricultural farming, under the numerous and different production, reproduction and manifestation systems, seen in Brazilian agriculture. In this sense, this study wants to show evidences of the existence of this social category in Bagé/RS, Rio Grande do Sul State, Southern Brazil. The objective of this work was to characterize farm family livestock in terms of labour use, land structure, production systems, market access and opportunities, access to governmental resources and services and, finally to portray their social-demographic profile. Direct interviews were conducted with 40 family livestock farms during the months of May and June 2007, in the following rural areas: Palmas (Coxilha das Flores, Pedra Grande, Toca, Catarina and Lixiguana), Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada and Santa Tecla, where independent specialized family farms are most representative. Multivariate analysis followed by statistical inference were used to examine the data. The features of these farms are adherent to the theoretical concepts of agricultural farming, as far as their own livestock production system characteristics and adaptability to the environment are concerned. Furthermore, these farm family livestock reveled characteristics of production unit of family base within the livestock sector analysed in this investigation. The results concluded that family livestock farms are of fundamental importance for sustainable agricultural development as far as the re-shaping of rural spaces and raise questions about the models of governmental infrastructure policies that should be put in place to meet this specific rural sector demands.

Keywords: Family farming. Farm family livestock. Production systems. Characterization. Beef cattle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mesorregiões do estado do RS.....	24
Figura 2. Biomas do Brasil	26
Figura 3. Biomas do estado do RS	26
Figura 4. Localização do município de Bagé/RS.....	28
Figura 5. Áreas de pecuária familiar na região de Bagé/RS	37
Figura 6. Mapa de Bagé/RS – zonas rurais	40
Figura 7. Efetivo de bovinos no Brasil	77
Figura 8. Efetivo de bovinos no RS	78
Figura 9. Ciclo da produção pecuária	81
Figura 10. Processo de ocupação do território gaúcho	89
Figura 11. Estrutura fundiária no RS	111
Figura 12. Contratos firmados do PRONAF	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos questionários por localidades rurais no município de Bagé/RS	39
Tabela 2. Natureza do trabalho (mão-de-obra) nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	126
Tabela 3. Distribuição dos estratos de área total nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	129
Tabela 4. Principal atividade produtiva nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	130
Tabela 5. Atividade secundária nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	131
Tabela 6. Forma de obtenção da área nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	131
Tabela 7. Modalidade de exploração nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	131
Tabela 8. Estratificação de área na forma de arrendamento nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	132
Tabela 9. Aquisição de insumos produtivos nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.....	133
Tabela 10. Fonte de água aos animais nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	133
Tabela 11. Tipo de pastagem mais utilizada nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.....	133
Tabela 12. Sistema de manejo da pastagem nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.....	133
Tabela 13. Sistema de reprodução dos animais nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	134
Tabela 14. Objetivo econômico da atividade produtiva nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	134

Tabela 15. Raça predominante de bovinos nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	134
Tabela 16. Residência fixa na unidade de produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	136
Tabela 17. Forma de comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	137
Tabela 18. Intermediários na comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	137
Tabela 19. Destinação da produção aos mercados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	137
Tabela 20. Integração da produção às cadeias produtivas nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	138
Tabela 21. Sexo dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	141
Tabela 22. Faixa etária dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	141
Tabela 23. Grau de escolaridade dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	142
Tabela 24. Renda familiar mensal líquida dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	142
Tabela 25. Natureza da renda não agrícola nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	144
Tabela 26. Profissão ou ocupação principal dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O CONTEXTO EMPÍRICO: ASPECTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS E SUA INSERÇÃO REGIONAL	22
1.1 Dados gerais da região e do município de Bagé/RS	22
1.2 Histórico do município de Bagé/RS	28
1.3 O problema de pesquisa: a pecuária familiar no município de Bagé/RS	32
1.4 Hipóteses de trabalho	34
1.5 Objetivos	34
1.5.1 Objetivo geral	34
1.5.2 Objetivos específicos	34
1.6 Método	35
1.7 Justificativa	42
2 A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PECUÁRIA FAMILIAR: O MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL	43
2.1 Os enfoques clássicos	43
2.1.1 Marx e o campesinato	43
2.1.2 Lênin e a desintegração do campesinato	46
2.1.3 Kautsky e a questão agrária	48
2.1.4 Chayanov e a unidade de produção camponesa	51
2.2 Os enfoques contemporâneos	54
2.2.1 A abordagem conceitual da agricultura familiar com referencial no modo de produção	55
2.2.2 A agricultura familiar e o sistema capitalista sob a ótica da modernização tecnológica e do progresso técnico	62
2.2.3 Relações da agricultura familiar com o mercado	68

3 A PECUÁRIA FAMILIAR: SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO	74
3.1 A pecuária de corte no contexto mundial e nacional	74
3.2 O processo de formação e desenvolvimento da pecuária de corte gaúcha ..	87
3.3 A pecuária de corte e suas inter-relações com os sistemas de produção familiares	105
3.4 A pecuária familiar e sua interface com o modelo de modernização tecnológico-agropecuário e as políticas públicas	114
4 ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS	125
4.1 Caracterização e organização da mão-de-obra da pecuária familiar em Bagé/RS	125
4.2 Caracterização da estrutura fundiária da pecuária familiar em Bagé/RS	128
4.3 Caracterização do sistema de produção da pecuária familiar em Bagé/RS ..	130
4.4 Inserção e articulação no mercado da pecuária familiar em Bagé/RS	136
4.5 Acesso aos recursos e serviços públicos por parte da pecuária familiar em Bagé/RS	138
4.6 Perfil sócio-demográfico do pecuarista familiar em Bagé/RS	140
CONCLUSÕES	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
APÊNDICE	158
ANEXO	162

INTRODUÇÃO

Considerando as rápidas transformações por que passa a sociedade, bem como a existência de uma diversidade de realidades, a construção do conhecimento e a geração de tecnologia tornam-se elementos fundamentais nestes cenários. A sociedade demanda das instituições de ensino, pesquisa e extensão, uma maior inserção no processo de desenvolvimento, sendo este caracterizado pelo alto grau de complexidade. Desse modo, os estudos podem contribuir para a compreensão dos problemas da sociedade e, uma das formas de se trabalhar nessa perspectiva de pesquisa e desenvolvimento, seria através de projetos voltados para o entendimento desses problemas. Dessa forma, o profissional atualizado, atento, crítico e observador da realidade em seu entorno, poderá contribuir para o processo de compreensão dos obstáculos inerentes aos sistemas de produção, bem como participar da elaboração de projetos que venham ao encontro das reais necessidades dos mais diversos segmentos sociais. E uma das formas de construção de uma consciência crítica dessa realidade está diretamente ligada ao estudo e à pesquisa como pilares fomentadores da troca entre conhecimento, o meio científico e o saber popular.

Neste contexto, a identificação e a análise dos atores sociais no campo, bem como dos diversos sistemas de produção agrícolas e pecuários, traz consigo uma contribuição ao entendimento de questões referentes à dinâmica de funcionamento das diversas cadeias produtivas do agronegócio, como também de produtos e produtores que não apresentam esta configuração.

Entre os principais indicadores agropecuários do Rio Grande do Sul, o estado apresenta 45% de seu Produto Interno Bruto (PIB) vinculado ao setor primário da economia (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio/RS, 2006). A pecuária no estado do RS ocupa ao redor de 16 milhões de hectares, o que representa 56% da área do estado, a qual, embora assentada sobre uma área extensa, apresenta uma participação ainda reduzida na economia gaúcha como consequência de um processo oscilatório de produção, pois não há evolução significativa nos níveis de produtividade física, adoção de tecnologias

e eficiência econômica (CACHAPUZ, 1993)¹.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rebanho gaúcho de bovinos é de 14.239.906 cabeças, o que representa 6,87% do rebanho nacional. Já o rebanho de ovinos no estado é de 3.732.917 cabeças, o qual responde por 24% do rebanho nacional. A exploração pecuária, de forma geral, é desenvolvida basicamente pelo pastoreio contínuo de campos nativos e cultivados (IBGE, 2005).

Lazzari (2006) afirma que o ano de 2005 foi favorável à pecuária gaúcha, com crescimento tanto de volume de abate quanto das exportações. Entre janeiro e setembro de 2005, a produção de carne bovina, em comparação com o mesmo período do ano anterior, apresentou taxas de crescimento positivas. O abate de bovinos apresentou uma taxa de crescimento de 15,9%, bem acima da média nacional, bem como se destacou nas exportações, com crescimento de 42,3% nos primeiros onze meses do ano. Mesmo assim, a participação do estado do RS nas vendas nacionais ao exterior não passou dos 7,8%.

Segundo Miguel et al. (2006), apesar da importância da atividade pecuária extensiva (bovina e ovina), a região da Campanha Meridional, está marcada por um fraco dinamismo econômico e demográfico. A pecuária de corte no Rio Grande do Sul tem suas origens nos primórdios da ocupação do espaço agrário gaúcho. Fundamental para a formação da sociedade gaúcha, tanto do ponto de vista econômico quanto social, esta atividade vive atualmente um período marcado por incertezas e por um importante processo de pressão por transformações advindas da globalização das economias e dos mercados. Presente em praticamente todas as regiões do Rio Grande do Sul, e compondo sistemas de produção com as mais diversas formatações (tanto relativamente à sua articulação com as demais atividades agrícolas quanto à sua importância no interior dos sistemas produtivos), a pecuária de corte gaúcha apresenta, atualmente, uma realidade diversificada, complexa e, paradoxalmente, pouco conhecida. Se de um lado, constata-se uma relativa profusão de estudos e pesquisas acerca da cadeia produtiva da carne bovina, resente-se da falta de informações acerca do perfil e da situação sócio-econômica e produtiva dos produtores rurais envolvidos com esta atividade. Esse relativo

¹ Cachapuz (1993) apud Brisolará (2001).

desconhecimento mostra-se particularmente importante levando-se em conta a heterogeneidade de situações encontradas entre os pecuaristas gaúchos.

Chama-se a atenção de que o processo de caracterização em si tem por objetivo consubstanciar a relevância do estudo proposto, permitindo analisar e identificar, de forma detalhada, o objeto de pesquisa em questão, bem como, poder proporcionar a aproximação da realidade por meio do emprego cauteloso de tipologias específicas, caso se verifique tal segmentação.

Parte-se, então, do pressuposto de que a caracterização da pecuária familiar é necessária para qualquer ação de intervenção, tanto em nível dos próprios produtores quanto do estabelecimento de políticas públicas para este segmento. Cabe ressaltar, que os condicionantes para os diferentes sistemas de produção podem ser de ordem cultural (gestão da unidade de produção e formato tecnológico), ecológica (determinantes do meio físico – solo e clima), e/ou conjuntural (dimensão econômica de preços e mercados). Assim, no caso da pecuária de corte, pode-se, por exemplo, encontrar produtores que optam pelo ciclo completo (cria, recria e terminação) ou apenas por uma destas fases. Pode estar também integrada à ovinocultura ou a outras formas de produção animal que ocupem as mesmas áreas. Mas a complexidade vai além, pois pode-se encontrar produtores que não se dedicam exclusivamente à pecuária e utilizam sistemas integrados de lavoura-pecuária com ciclo completo ou apenas uma das fases de produção de bovinos, bem como, aqueles que optam também por atividades que geram rendas não-agrícolas. Insere-se ainda nesse contexto, a questão da escala de produção, que muitas vezes é incompatível com os custos do sistema de produção utilizado, e que é adotado, normalmente, por uma decisão cultural (a tradição, por exemplo), muito mais do que por uma análise de viabilidade econômica da atividade (MIGUEL et al., 2006).

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em quatro módulos de forma a dar conta da complexidade do tema.

A primeira parte busca ressaltar o contexto empírico da pesquisa, dando subsídios importantes acerca da dinâmica produtiva da atividade pecuária e do objeto de estudo, bem como sua inserção econômica regional. Na seqüência, ainda na primeira parte, inseriram-se os dados gerais regionais e municipais, o histórico do município de Bagé, o problema de pesquisa a ser analisado no

estudo de caso, a hipótese de pesquisa, os objetivos pretendidos, a justificativa do trabalho e, por fim, o método empregado.

A segunda parte contempla o aporte e a discussão teórico-conceitual em torno da agricultura familiar e, nessa vertente, propôs-se a discussão da conceituação da pecuária familiar, enquanto forma particular de expressão e manifestação, no escopo da agricultura familiar, segundo autores clássicos e contemporâneos. Ainda na revisão de literatura, pincelaram-se aspectos relativos ao modo de produção bem como ao modelo de modernização agropecuário preconizado frente à produção capitalista, nomeadamente, no que tange às formas de reprodução e adaptação da atividade agrícola enquanto sistema de produção familiar e suas relações com o mercado.

A terceira parte do trabalho centra foco na questão da pecuária familiar em si, enquanto sistema de produção/reprodução e manifestação, com base no caráter familiar da gestão e do trabalho e, dessa forma, faz-se ligação com os aspectos estruturais e conjunturais específicos da pecuária mundial, enquanto atividade produtiva de relevância para o desenvolvimento regional. Na seqüência, analisa-se o processo histórico da pecuária na região da Campanha Meridional, desde o Brasil colônia, até os dias atuais, para que se possa compreender determinadas racionalidades e dinâmicas produtivas adotadas pelos pecuaristas. Ainda nesse aspecto, aborda-se o perfil do gaúcho campeiro, procurando resgatar seu processo de formação e desenvolvimento enquanto agente social e, dessa forma, entender-se determinadas posições defendidas em uma dada época distinta até a atualidade, devido à carga cultural. Por fim, contextualiza a pecuária nas suas inter-relações com o sistema de produção familiar, bem como, nas suas interfaces com os formatos tecnológicos disponibilizados e as políticas públicas, abordando a dinâmica produtiva do município e levando em consideração sua posição no cenário estadual e, mais especificamente, na região da Campanha do RS.

A quarta parte versa sobre os dados obtidos no levantamento de campo, por meio da aplicação de entrevista, utilizando o questionário como instrumento de coleta e de pesquisa. As informações obtidas elucidam as características da pecuária familiar (estrutura e organização da mão-de-obra, tamanho em área do estabelecimento e sistemas de produção), a inserção e articulação no mercado, o acesso aos recursos e serviços públicos e, conseqüentemente, do

pecuarista familiar no universo estudado, especificamente, do município de Bagé localizado na região da Campanha Meridional.

Finaliza-se com a conclusão, realizando dessa forma uma contribuição para o entendimento da lógica da pecuária familiar enquanto forma específica no arcabouço da agricultura familiar, procurando identificar alguns elementos característicos dos sistemas de produção familiares na ótica de categoria social produtiva.

1 O CONTEXTO EMPÍRICO: ASPECTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS E SUA INSERÇÃO REGIONAL

1.1 Dados gerais da região e do município de Bagé/RS

O Rio Grande do Sul está localizado no extremo meridional do Brasil, entre os paralelos 27°03'42" e 33°45'09" latitude sul, e 49°42'41" e 57°40'57" longitude oeste, apresentando grandes diferenças em relação ao restante do país. A latitude reforça as influências das massas de ar oriundas da região polar e da área tropical continental e atlântica. A movimentação e os encontros destas massas definem várias das características climáticas do estado. As temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geada e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas em torno de 40°C. Seu clima é temperado do tipo subtropical, classificado como mesotérmico úmido, devido à sua posição geográfica. Com relação às precipitações, o Rio Grande do Sul apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que penetram no estado. O volume de chuvas, no entanto, é diferenciado. Ao sul a precipitação média anual situa-se entre 1.299 e 1.500mm e, ao norte a média anual está entre 1.500 e 1.800mm (Secretaria de Planejamento e Gestão/RS, Atlas Socioeconômico do RS, 2006).

O Rio Grande do Sul apresenta um sistema de transportes diversificado, entretanto, a exemplo do Brasil, possui uma matriz de transportes baseada, fundamentalmente, no transporte rodoviário. O sistema rodoviário é responsável pela maior parte da carga transportada e pela quase totalidade do transporte de passageiros. O estado possui 153.960km de rodovias, sob jurisdição federal estadual e municipal. A malha rodoviária pavimentada do estado é de 12.608km, sendo que destes, 6.593km correspondem a rodovias estaduais, 5.316km a federais e 699km são municipais. Possui também 141.352km de estradas não pavimentadas, em sua maior parte, municipais (136.556km).

De acordo com o IBGE (2005) a população gaúcha responde por 10.845.087 habitantes representando 6% do total da população brasileira. O estado apresenta uma área de 281.748,5km², que corresponde a 3,32% do território brasileiro e conta

com 496 municípios. Possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em relação aos indicadores sociais, apresenta um quadro diferenciado no comparativo com os demais estados da federação, destacando-se pela mortalidade infantil inferior a quinze óbitos por mil habitantes, uma das maiores expectativas de vida - 74 anos - e uma taxa de alfabetização superior a 92%. Estes dados colocam o estado em um patamar privilegiado em termos de qualidade de vida no país. Em sua formação étnica, destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. De acordo com a figura 1, o estado do Rio Grande do Sul, para fins de classificação segundo os Conselhos Regionais de Desenvolvimento² (COREDEs), encontra-se dividido em sete mesorregiões, as quais são: 1) Centro-Ocidental Rio-Grandense; 2) Centro-Oriental Rio-Grandense; 3) Metropolitana de Porto Alegre; 4) Nordeste Rio-Grandense; 5) Noroeste Rio-Grandense; 6) Sudeste Rio-Grandense; e 7) Sudoeste Rio-Grandense.

O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, apresenta-se como um estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária. Segundo o IBGE (2005), o setor agropecuário (produção) apresentou, em 2004, uma participação de 15,9% no PIB do estado gaúcho. No entanto, sabe-se que esta participação é ainda maior se considerada a repercussão nas cadeias produtivas que o setor movimenta em termos de capilaridade. Na estrutura do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) destacam-se as lavouras que respondem por 61,34% da produção, seguida pela produção animal com 33,98%.

² Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs – foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 e são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. O município de Bagé encontra-se localizado na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, mais especificamente, na microrregião da Campanha Meridional.

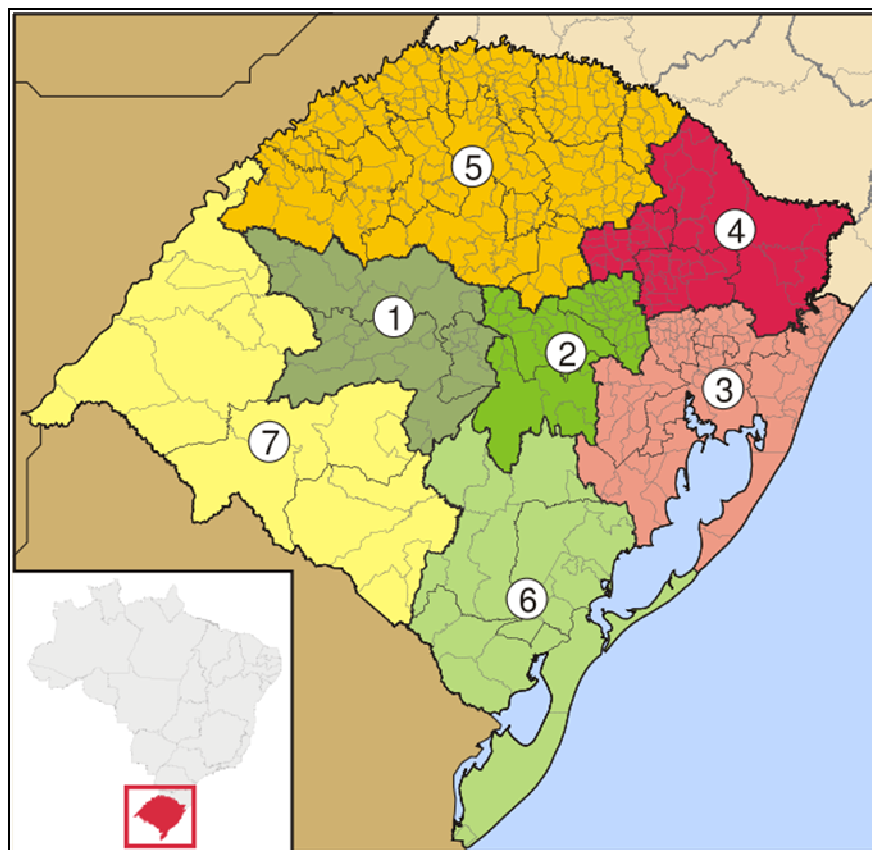


Figura 1. Mesorregiões do estado do RS.

Fonte: www.wikipedia.com (2007).

A estrutura fundiária do estado se diferencia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias unidades de produção com médias e pequenas. Do total dos estabelecimentos do estado 85,71% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,36% da área utilizada pela agropecuária. As unidades de produção com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,66% da área rural. Aquelas compreendidas entre 50 e 500ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 33,98% do total da área (Secretaria de Planejamento e Gestão/RS, Atlas Socioeconômico do RS, 2006).

No entanto, deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia de acordo com a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais acidentados (afloramento de rochas e campos com declividade acentuada), necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade econômica na atividade produtiva.

A produção econômica total do estado do RS se destaca por responder por

cerca de 8% do PIB nacional, colocando-o em 4º lugar e com um PIB *per capita* em torno de 13 mil reais. A cadeia produtiva da bovinocultura de corte é uma das mais tradicionais do estado com grande importância econômica e social, poder de integração regional, possibilidade de aumento de valor agregado de seus produtos finais e de melhoria da pauta de exportações. Na produção animal, os bovinos são os que mais contribuem no VBPA do RS. A maior concentração do rebanho está no oeste e sul do estado, associado à presença dos campos ou integrado com a produção de arroz. As quatro regiões que apresentam maior rebanho, correspondendo a 57,3% do plantel gaúcho, são: Fronteira Oeste (23,8%), Sul (12,5%) Central (10,8%) e Campanha (10,2%). Já o rebanho gaúcho de ovinos, tradicionalmente destinado à produção de lã, vem sendo convertido para a produção de carne e está distribuído, principalmente, pelo sul do estado nas regiões da Fronteira Oeste (39,8%), Sul (19,3%) e Campanha (13,2%) e, normalmente, está associado à criação de bovinos.

O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398m e a vegetação é diversificada com importantes áreas remanescentes da mata atlântica e a existência de campos, que caracterizam a Campanha Gaúcha e as terras altas do Planalto Meridional. O estado do Rio Grande do Sul possui dois biomas³: o do Pampa e o da Mata Atlântica, segundo as figuras 2 e 3. O bioma Mata Atlântica abrange 13,04% do território brasileiro com uma área de 1.110.182km² e ocupa toda a faixa continental leste brasileira, estendendo-se para o interior no sudeste e sul do país, sendo definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O bioma Pampa possui uma área de 176.496km², ou seja, 2,07% do território brasileiro. Este bioma é restrito ao Rio Grande do Sul e se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. A Campanha Gaúcha, situada no bioma Pampa ou dos Campos Sulinos, localiza-se na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai. A região tipo savana se distribui na maior parte do planalto Sul-Rio-Grandense, sendo limitada a oeste pelo rio Uruguai, ao sul pelo rio Quaraí, a leste pelo divisor de águas dos rios Ibirapuitã e Santa Maria e ao norte pelo rebordo da cota dos 200m (ACCORDI, 2003).

³ Os biomas são, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um conjunto de vida – vegetal e animal – constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

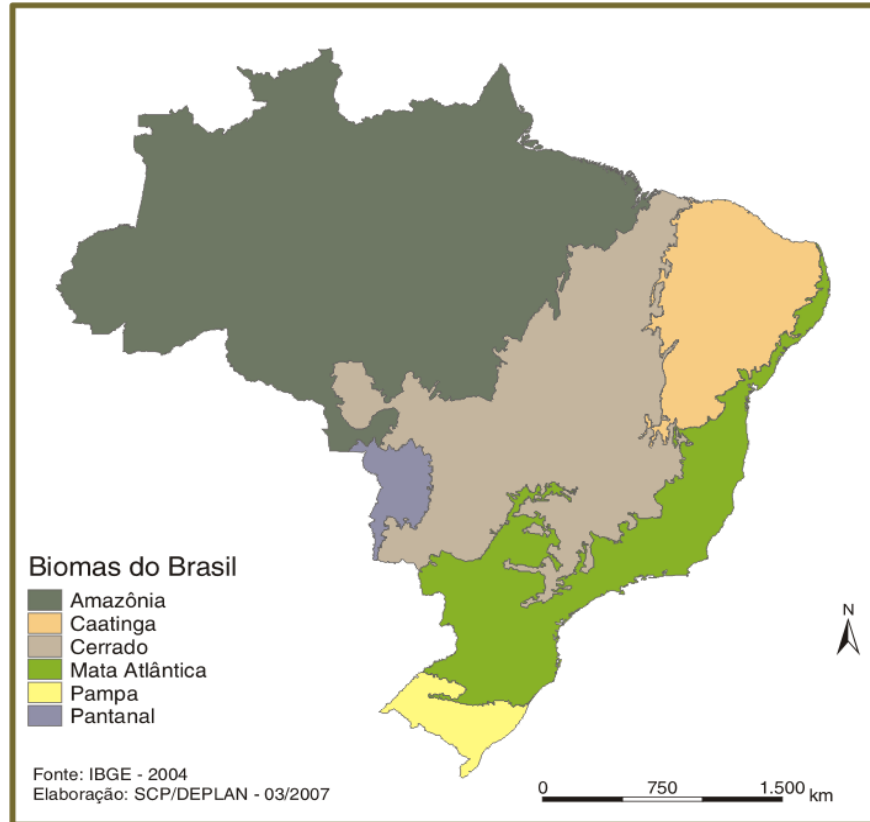


Figura 2. Biomos do Brasil.

Fonte: IBGE (2004/2007).



Figura 3. Biomos do estado do RS.

Fonte: IBGE, MMA (2007).

Na região da Campanha predominam os campos (pampa), a qual é uma região de verões quentes e invernos rigorosos, onde se têm, normalmente, baixas altitudes comparativamente ao restante do estado. A presença dos campos está mais relacionada à profundidade em que se encontra o lençol freático do que a um determinado tipo de clima ou solo. Estão, também, condicionados ao relevo, que geralmente é suave. A cobertura vegetal predominante é a pastagem natural (nativa), que se apresenta numa variedade de gramíneas e leguminosas, e esta pode se apresentar em forma quase contínua ou em tufos. Marcado pela presença do solo de *brunizens*, oriundo da decomposição de rochas sedimentares e ígneas, essa região possibilita o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. É notável, também, a presença de coxilhas (colinas arredondadas) e das matas galerias nas margens dos rios.

O município de Bagé, conforme a figura 4, encontra-se situado na bacia do Alto Camaquã, região sudoeste do Rio Grande do Sul, entre os paralelos 30°31' e 31°56' latitude sul, e os meridianos 55°30' e 54°30' longitude oeste de Greenwich, ocupando uma área de 4.096 km². Encontra-se localizado na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e na microrregião Campanha Meridional. Seus limites são: a norte os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul, a leste os municípios de Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota, a oeste o município de Dom Pedrito e a sul a República Oriental do Uruguai e o município de Aceguá. O município fica distante 374km da capital Porto Alegre. Situa-se a 218 metros de altitude, apresenta um clima temperado e responde por um número de, aproximadamente, 2.000 unidades de produção rural, sendo 1.400 consideradas de caráter familiar.

Bagé caracteriza-se por ser um município essencialmente de produção agropecuária, sendo a bovinocultura de corte, a bovinocultura de leite, a ovinocultura, a caprinocultura, a eqüinocultura e as lavouras de arroz e de soja, as suas principais explorações. Conta, também, com áreas cultivadas com milho, sorgo, espécies florestais, fruticultura e hortigranjeiros. O município apresenta uma população de 114.908 habitantes, respondendo a urbana por 96.566 e, a rural, por 18.342. Em 2004, o PIB de Bagé foi de 840.579 mil reais e o PIB *per capita* 6.997 reais. Segundo a Produção Pecuária Municipal de 2005, o município apresenta rebanhos de 319.906 cabeças de bovinos, 103.907 cabeças de ovinos e 2.025 cabeças de caprinos (IBGE, 2000; 2005; 2007).



Figura 4. Localização do município de Bagé/RS.

Fonte: www.wikipedia.com (2007).

Diante dessa contextualização e da dinamicidade dos ambientes, nomeadamente, dos sistemas de produção agropecuários, uma importante discussão se mostra latente e se pode abordar, no sentido de enriquecer o enfoque analítico da pecuária familiar no município de Bagé.

1.2 Histórico do município de Bagé/RS

Com base em informações da Prefeitura Municipal de Bagé (2006), esboçar-se-á alguns aspectos importantes em relação ao município, nomeadamente, no que se refere à sua história, sua economia e características que poderão contribuir no entendimento da temática desse trabalho de pesquisa.

Bagé, a “Rainha da Fronteira”, está localizada na fronteira do Rio Grande do Sul a 60km do Uruguai e constitui-se no caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevidéu. Por sua posição geográfica, desempenhou relevante papel na história do estado, desde o tempo do Império. Seus campos foram alvos de disputas entre índios, portugueses e espanhóis. Em Bagé aconteceram fatos importantes como a Guerra Cisplatina e as Revoluções Farroupilha e Federalista.

Os primórdios do município são posteriores à segunda metade do século XVII, quando os padres jesuítas, após fundarem São Miguel, desceram da região dos Sete Povos das Missões e instalaram-se no que hoje é Bagé, fundando a Redução de Santo André dos Guenoas, em 1683. Porém, os índios da região (que os padres pretendiam catequizar) eram rebeldes em relação aos índios missionários e aos homens brancos e destruíram a redução. Mais tarde, em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, no qual os portugueses renunciavam à Colônia do Sacramento em troca de terras do atual Rio Grande do Sul e da expulsão dos Sete Povos para a outra margem do rio Uruguai. Mas quando, em 1752, os dois exércitos – português e espanhol – chegaram aos campos de Santa Tecla para demarcar fronteiras, foram rechaçados por seiscentos índios *charruas* (tribo predominante nesta área), comandados por Sepé Tiarajú, que teria dito que aquelas eram “terras que Deus e São Miguel lhes haviam dado”.

Alguns anos depois, em 1773, o governador de Buenos Aires, D. Juan José Veriz y Salcedo, com cinco mil homens, partiu da Prata para expulsar os portugueses do Rio Grande do Sul. Logo na chegada fundou-se o Forte de Santa Tecla do qual ainda existem demarcações. O Forte era cercado por um fosso de nove metros de largura e dois metros e meio de profundidade, bem como, tinha uma muralha de três metros de altura e baluartes que alcançavam cinco metros e meio. O Forte foi arrasado duas vezes, a primeira, em 1776, Rafael Pinto Bandeira e seus homens invadiram e expulsaram os espanhóis, destruindo parte de sua construção. Depois de assinado o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, uma guarnição espanhola ocupou novamente o Forte, e os portugueses se estabeleceram numa Coxilha que recebeu o nome de Guarda de São Sebastião. Em 1801, os espanhóis abandonaram todos os seus postos avançados, inclusive o Forte de Santa Tecla, que foi pela segunda vez, demolido e arrasado. O território passou definitivamente aos portugueses, e as terras bageenses foram ocupadas ou arrendadas a pessoas que se destacaram nos combates travados.

Em 1810, algumas das colônias espanholas conquistaram sua independência da metrópole e, em meados de 1811, o governador do Rio Grande do Sul, Dom Diogo de Souza, concentrou o exército português nas fronteiras temendo alguma ação dos recém separados espanhóis. Assim, montou seu acampamento próximo aos “Cerros de Bagé”, local onde hoje está situada a cidade de Bagé. Segundo alguns historiadores, em 17 de julho de 1811, D. Diogo partiu com suas tropas para

invadir o Estado Oriental del Uruguay, deixando várias pessoas que não puderam acompanhá-lo e que originaram o município. A data de fundação de Bagé – 17 de julho de 1811 – bastante discutida até hoje, foi estipulada em 1963, por ocasião do Congresso do Segundo Centenário do nascimento de Dom Diogo de Souza.

Quanto à origem do nome Bagé, há várias hipóteses, todas elas ainda discutidas. Há quem diga que no local onde hoje está situada Bagé, viveu um cacique minuano chamado “Ibajé”. O índio Ibajé estaria enterrado no Cerro de Bagé e do seu nome teria se originado o nome da cidade. A existência desse índio nunca foi comprovada, sendo mais provável que seja uma lenda. A hipótese mais aceita é aquela que diz que a origem do nome Bagé vem da linguagem indígena e está relacionada com a idéia de “cerros”. Os índios *tapes* chamavam os cerros de “mbaiê”, porém, a expressão mais aceita para a origem do nome da cidade é “bag”, outra expressão indígena, que também significa “cerros”.

A povoação do município foi aumentando gradativamente, espalhando-se ao redor da Praça da Matriz (onde seria o centro do acampamento), e uma igreja, muito simples, foi construída (em 1820) para abrigar a imagem do padroeiro da cidade, São Sebastião, trasladada em 1813 da Guarda da Coxilha para Bagé. Mesmo após a demarcação definitiva das fronteiras, as terras do município continuaram a presenciar guerras e batalhas. Em 1825, D. Carlos de Alvear invadiu o território gaúcho e, no início de 1827, as forças do general Lavalleja entraram em Bagé, saqueando, queimando e destruindo o que encontravam pela frente. No ano seguinte, a assinatura do Tratado de Paz devolveu o sossego à fronteira. Em 1835 foi a vez dos gaúchos batalharem entre si. A eclosão desta nova disputa deu-se não pelos antigos objetivos de conquista de terras. Agora, os motivos eram outros: estavam em jogo os ideais de republicanos e imperialistas. Bagé, mais uma vez, viu seus campos servirem de palco para diversas batalhas. Uma das mais importantes e lembradas, a “Batalha do Seival”, foi travada em 10 de setembro de 1836 nos Campos do Seival. As tropas republicanas, comandadas por Antônio de Souza Netto, saíram vitoriosas e, no dia 11 de setembro, o mesmo General Netto, no atual Campo dos Menezes, margem esquerda do Rio Jaguarão, proclamou a República Rio-Grandense.

Finda a Revolução Farroupilha, Bagé foi elevada à categoria de freguesia, em 18 de maio de 1846, e de vila, em 5 de junho do mesmo ano. Foi reconhecida como cabeça de comarca em 22 de dezembro de 1858 e, quase um ano depois, em 15 de

dezembro de 1859, foi elevada à categoria de cidade. Outra revolução eclodiria na Província em 1893, quando os federalistas reagiram à ascensão dos republicanos ao poder. Em 11 de fevereiro, Gumercindo Saraiva invadiu o Rio Grande do Sul pelo Rio Jaguarão e, no Passo do Salsinho, foi travado o primeiro combate. Durante a Revolução de 1893, o município testemunhou ainda o Combate das Traíras, o Cerco do Rio Negro e o Sítio de Bagé. No Rio Negro, trezentos prisioneiros foram degolados sem poderem esboçar defesa. O Sítio de Bagé teve como palco a Praça da Matriz e a Catedral, que ficou sitiada quando os revolucionários tentaram tomar a cidade. Foram construídas trincheiras e, sob o comando do Coronel Carlos Telles, os “pica-paus” (defensores do governo oficial) resistiram à invasão. Como não podiam sair, tiveram que enterrar seus mortos ao lado das torres da Igreja.

Com mais uma guerra terminada, o início do século XX mostrou-se promissor para a cidade, que reunia várias qualidades capazes de transformá-la num centro industrial e agrícola. Relatos do início do século contam que o clima de Bagé era bem definido e o solo abundante em riquezas naturais, destacando-se já as minas de carvão de pedra em Candiota e no Rio Negro. Na pecuária, Bagé contava com uma boa produção de carneiros, bois e cavalos. A agricultura, embora a cidade já exportasse trigo desde 1835, encontrava-se um pouco mais atrasada que a pecuária, e os produtos de destaque eram o trigo e o arroz. A tradição de realizar exposições-feiras parece bem antiga e persiste até à atualidade. Há relatos de uma dessas exposições, ocorrida no princípio do século, no então Hipódromo Vinte de Setembro, adaptado para receber gado de leite, de corte e eqüinos. A seção agrícola teve mostras de trigo, cereais e frutas, destacando-se os vinhos feitos com vários tipos de uvas plantadas na região, todas de primeira qualidade. Houve também a seção industrial, com produtos de arte gráfica e livros.

Bagé contava com um progresso urbano considerável, estando inclusive favorecida com relação a outras cidades. A estrada de ferro já havia sido inaugurada no século anterior, em 1884, com a conclusão do trecho Bagé – Rio Grande, assim como a luz elétrica, inaugurada em 1899. Bagé foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul e a terceira do Brasil (atrás de Campos/RJ e Juiz de Fora/MG) a ter energia elétrica, mostrando o progresso da cidade. No início do século, a cidade já contava com bens e serviços de higiene pública e rede telefônica. Os serviços de abastecimento de água encanada, potável e esgotos demoraram um pouco a sair do papel, mas, mesmo assim, em 1913, entrou em funcionamento a Hidráulica

Municipal. As estradas também eram de boa qualidade. Em Bagé, por essa época, já se encontravam bancos (como o Pelotense e o de Emílio Guilayn), clubes (como o Caixeiral e o Comercial) e hotéis. O Hotel do Comércio talvez seja um dos melhores exemplos do poder da cidade na época: inaugurado em 1842 por um francês, foi sofrendo reformas e melhorias até tornar-se um dos melhores hotéis do estado do RS, extremamente luxuoso e referência para outros estabelecimentos.

A vida social da cidade era muito animada, sendo famosas as festas e recepções onde já se destacavam as mulheres rio-grandenses e sua beleza. Mas as festas preferidas da população, principalmente entre os de maior poder aquisitivo, eram as corridas de cavalos. Já no começo do século, o município era conhecido pela qualidade dos belíssimos eqüinos criados. O comércio era bastante variado e movimentado, e vários produtos importados diretamente dos principais países europeus, como França, Itália, etc., podiam ser encontrados com facilidade. Outro destaque de Bagé, do início do século, era a qualidade do ensino oferecido e a bonita arquitetura urbana, com influência predominantemente portuguesa, destacando-se os palacetes e sobrados. As ruas eram bem calçadas e arborizadas.

As centenárias charqueadas, muito presentes na época nesta parte do RS, também tiveram destaque. Elas movimentavam a economia local e estadual. A prova da importância das charqueadas para Bagé é que eram estas que mais empregavam pessoas no começo do século. Devido à importância da cidade para a região, ganhou o apelido de “Rainha da Fronteira”. Já formou renomeados artistas plásticos e ofereceu ao Brasil importantes nomes das mais variadas áreas, desde o futebol até à política. É sede de universidades e de várias instituições de serviço público, possui um instituto musical ativo, além de outras manifestações e atividades culturais. Mantém viva as tradições do gaúcho, oferece a seus cidadãos e visitantes a possibilidade de admirar prédios históricos e de conviver com hábitos típicos da região.

1.3 O problema de pesquisa: a pecuária familiar no município de Bagé/RS

Em função do cenário exposto, até o momento, e das abordagens que se fará nos tópicos posteriores, relativo à pecuária no estado do Rio Grande do Sul, em especial na região da Campanha Gaúcha, salienta-se que o estudo das características do pecuarista, de caráter familiar, poderá auxiliar para a melhor

compreensão desta atividade, para com isso contribuir na elaboração de políticas públicas e privadas, planejamentos e outras medidas para a região da Campanha Meridional do RS. Nomeadamente no que se refere à elaboração de políticas públicas visando essa categoria social, poder-se-ia analisar os financiamentos de investimento, custeio e comercialização da produção agrícola. De forma a melhor focalizar e desenvolver o respectivo estudo procurou-se sintetizar alguns questionamentos fundamentais como: *A categoria 'pecuária familiar' está presente no município de Bagé/RS? Caso sim, quais são as características (estrutura e organização da mão-de-obra, tamanho em área dos estabelecimentos e sistemas de produção) dessa categoria social? Qual o grau de inserção no mercado da pecuária familiar e se esta se articula em cadeias produtivas? Quais são as possibilidades de acesso aos recursos e serviços públicos por parte dessa categoria? E, por fim, qual o perfil sócio-demográfico do pecuarista familiar no município de Bagé?*

Dessa forma, o que se mostra de fundamental importância neste trabalho é verificar-se a existência dessa categoria social no *locus* empírico de pesquisa e identificar suas peculiaridades em função de condicionantes estruturais e conjunturais e, paralelamente, fazer um resgate histórico amplo e consistente para se entender a dinâmica de produção e a realidade na região estudada.

Assim sendo, imagina-se que seria necessário se conhecer e acompanhar a evolução gradativa das formas sociais de representação da pecuária familiar, nesse caso, procurando determinar segundo algumas dimensões, no que tange aos critérios da pesquisa, o que seria a pecuária familiar enquanto sistema de produção e qual a sua participação na economia e nas políticas governamentais de incentivo à produção. Além do mais, se teria um grau de ineditismo quanto ao objeto de estudo em análise, no caso do município de Bagé, de forma a focá-lo mais especificamente (estudo de caso), traçando um paralelo entre o aporte teórico revisitado e o empirismo resultante da pesquisa a campo, tomando essa tônica ao longo de todo o trabalho de pesquisa.

1.4 Hipóteses de trabalho

- A categoria pecuária familiar existe e apresenta características específicas nos seus sistemas de produção e manifestação;
- O grau de inserção no mercado da pecuária familiar se dá de forma assimétrica e variada, bem como, sua estrutura não se encontra organizada em forma de cadeia produtiva;
- A categoria pecuária familiar é relativamente assistida pelas políticas públicas e se mostra importante para a economia e o desenvolvimento local.

1.5 Objetivos

Tendo-se o conhecimento do cenário exposto, até esta altura, e dos enfoques de cenários que serão abordados nos capítulos subseqüentes, bem como, à luz das abordagens teóricas que tratarão do estudo dos processos históricos, das tipologias de categorias sociais, da agricultura familiar, da pecuária familiar, das cadeias produtivas, das políticas públicas macroeconômicas e do processo econômico e de desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul, o projeto de pesquisa tem os seguintes objetivos:

1.5.1 Objetivo Geral

- Caracterizar a categoria pecuária familiar e a compreender enquanto sistema de produção e manifestação, bem como suas estratégias de reprodução social, na região da Campanha Meridional, especificamente no município de Bagé-RS.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar elementos de compreensão da pecuária familiar para o acesso ao mercado por meio de formas cooperativas e associadas;
- Fornecer e disponibilizar dados e informações sobre a pecuária familiar para que os órgãos públicos e/ou privados elaborem políticas de investimento adequadas a essa categoria social;
- Visualizar o perfil do ator social da pecuária familiar de forma a compreendê-lo nas suas peculiaridades/particularidades.

1.6 Método

No arcabouço dessa investigação aparecem elementos identificados com os pressupostos definidos por Minayo et al. (1994)⁴ do que é pesquisa, que estabelece:

... é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta as atividades de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. [...] As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São fruto de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e objetivos (MINAYO et al., 1994).

O projeto foi realizado a campo através de uma pesquisa exploratório-descritiva por amostragem, com variáveis quantitativas e qualitativas. Utilizou-se a técnica da entrevista estruturada por meio de aplicação de questionário semi-aberto.

De acordo com Gil (1999) este tipo de entrevista, a estruturada, se dá a partir de uma relação fixa de perguntas e de ordem invariável para todos os entrevistados, possibilitando a análise estatística dos dados já que as respostas obtidas são padronizadas.

No entanto, admitiu-se a necessidade (caso houvesse) de realização de anotações extras (observações captadas) no questionário a título de informação, as quais poderiam enriquecer o trabalho em função do grau de subjetividade a que se esteve exposto, visto que parte-se do pressuposto de que não seriam somente questões objetivas que pautariam o comportamento do pecuarista familiar na sua atividade e racionalidade produtivas. Por questões objetivas, pode-se citar como exemplo, o custo de produção da atividade e, por questões subjetivas, a questão cultural, como a tradição, onde os elementos apresentam grau de importância relativa ao produtor.

O projeto-piloto, na fase de testes, foi aplicado a um número reduzido de pessoas ligadas à área acadêmica e de instituições de pesquisa que apresentam conhecimento de causa para realizar a análise de determinados erros ou expressões dúbias, com o intuito de que o questionário fosse aplicado sem problemas de interpretação.

Na fase de levantamento de dados, particularmente no que diz respeito à aplicação dos questionários, optou-se por um processo de amostragem que assegurasse a representatividade dos estabelecimentos de pecuária familiar de

⁴ Minayo et al. (1994) apud Bezerra (2006, p. 38).

forma a retratar, no estudo de caso, a realidade do segmento social no campo.

Segundo Yin (2001) o estudo de caso é uma forma de estratégia de pesquisa intensiva onde é levada em consideração, principalmente, a descrição e a compreensão de fenômenos sociais complexos, através das relações dos fatores em um contexto social selecionado. No estudo de caso, tem-se a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional.

Os critérios estipulados nesse trabalho de pesquisa para contemplar o caráter familiar⁵ da pecuária, no município de Bagé, enquanto sistema de produção/reprodução e manifestação está assentado em quatro premissas fundamentais e básicas, que são: (a) que tenham como atividade principal a criação de animais (bovinos e/ou ovinos) e que esta atividade ocupe a maior parte da área em termos expressivos, do estabelecimento rural, não sendo necessário, que esta atividade responda pela maior fonte de renda em termos monetários; (b) que a mão-de-obra seja predominantemente familiar, isto é, a mão-de-obra assalariada não pode ser mais representativa do que a familiar; (c) que o tamanho da área do estabelecimento rural/unidade de produção não seja superior a 280 hectares; e (d) que o produtor e sua família tenham residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo. Obviamente que, a grande maioria dos aportes teóricos revisados na literatura acerca da agricultura familiar, serviu de base para a determinação do caráter familiar da pecuária.

Buscou-se junto à EMATER Municipal (Escritório de Bagé) e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria Agropecuária – da Prefeitura Municipal de Bagé, a indicação sobre quais seriam os estabelecimentos rurais no município, dedicados à pecuária de caráter familiar, mais representativos para a elaboração e consecução do trabalho a campo, respeitando os critérios básicos (dimensões) determinados de antemão para delimitar o objeto de estudo. Respeitando os critérios estipulados no projeto do que se entende por caráter familiar de exploração, a população desses estabelecimentos rurais, ocupadas com pecuária bovina e ovina, foi tomada como universo da pesquisa, segundo a figura 5. Chegou-se ao tamanho da amostra, significativa do universo da população, através

⁵ Os aportes teóricos para a determinação do caráter familiar da pecuária fundamentam-se, principalmente, nos trabalhos de: Gasson e Errington (1993) apud Sacco dos Anjos (2003); e FAO/INCRA (1996). Estas abordagens serão tratadas com maior detalhe, posteriormente, no item 2.2.1

de cálculos estatísticos com base em dados de campo disponibilizados pelos órgãos públicos supracitados. A figura 5 possibilita constatar a concentração de localidades com o público da pecuária familiar nas regiões da Serra do Sudeste e da Fronteira Oeste. Tratam-se, de certo modo, de ambientes frágeis, o que deve sempre ser considerado na busca de alternativas e para o entendimento da lógica de produção ligada ao gado. Por outro lado, é mais um motivo para o reconhecimento e valorização deste público de produtores pela sua capacidade de convivência e preservação de ecossistemas tidos como fragilizados (terrenos com declive, mata e afloramento de rochas) o que acaba por diminuir drasticamente a superfície útil.



Figura 5. Áreas de pecuária familiar na região de Bagé/RS.

Fonte: EMATER (2003).

Conforme Gil (1999), para o caso de populações finitas – universo da população inferior a 100.000 elementos – o cálculo do tamanho da amostra é obtida pela seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

onde:

n = tamanho da amostra;

σ^2 = intervalo de confiança escolhido, expresso em número de desvios;

p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica, estimado;

q = porcentagem complementar ($100 - p$);

N = tamanho da população;

e^2 = erro máximo permitido.

De acordo com os órgãos públicos municipais de Bagé (EMATER e Secretaria de Desenvolvimento Rural), o número de estabelecimentos rurais que se dedicam à pecuária de corte, de caráter familiar, responde por quatrocentas unidades de produção ($N = 400$) cadastradas. Assim sendo, considera-se que no universo dessa população com base familiar da exploração animal, o fenômeno da pecuária familiar, segundo os critérios estipulados no projeto, é estimado e se expressaria em 100% (p) dos casos estudados.

Para se obter uma amostra significativa da população, estabelece-se segundo Gil (1999), usualmente, uma margem de erro máxima estimada de 3% a 5% para pesquisas sociais e nível de confiança de 95%, portanto, dois desvios, que corresponde a um nível intermediário de confiança. Caso se deseje um nível bastante alto ($\geq 99\%$) utilizam-se, na fórmula, três desvios. Optou-se, neste projeto, se trabalhar com uma estimativa de erro máximo de 5% e nível de confiança de 99% (3 desvios). Substituindo-se os valores escolhidos e estimados para tal pesquisa, tem-se:

$$n = \frac{(3)^2 \cdot 100 \cdot 400}{(5)^2 \cdot 399 + (3)^2 \cdot 100} = 33$$

Para efeitos de se trabalhar com uma margem de segurança bastante sólida e confrontar com o cálculo estatístico, utilizou-se, como parâmetro de indicação para a determinação do tamanho da amostra, os 10% dos estabelecimentos rurais das quatrocentas unidades de produção (N = 400) de caráter familiar dedicados à pecuária familiar, segundo os órgãos públicos do município e, dessa forma, chegou-se ao tamanho de amostra de quarenta (40) estabelecimentos. Com os dois cálculos realizados (n = 33 e N = 40), preferiu-se trabalhar com a maior amostra.

As localidades abrangidas e estudadas no município de Bagé, segundo a figura 6, foram: Palmas (Catarina, Coxilha das Flores, Lixiguana, Pedra Grande e Toca), Coxilha do Haedo, Olhos D'Água, Serrilhada e Estrada de Santa Tecla. O distrito de Palmas é o mais representativo do universo da pecuária familiar em Bagé em termos quantitativos.

De forma a distribuir os quarenta (40) questionários proporcionalmente em relação às localidades, procedeu-se a contagem do número de produtores dedicados à pecuária de corte por localidade e aplicou-se 10%, representando, aproximadamente, o número de questionários a serem aplicados por localidade. Por ser a região mais representativa, o distrito de Palmas contabilizou vinte e sete (27) do total de questionários aplicados, restando treze (13) para as outras localidades.

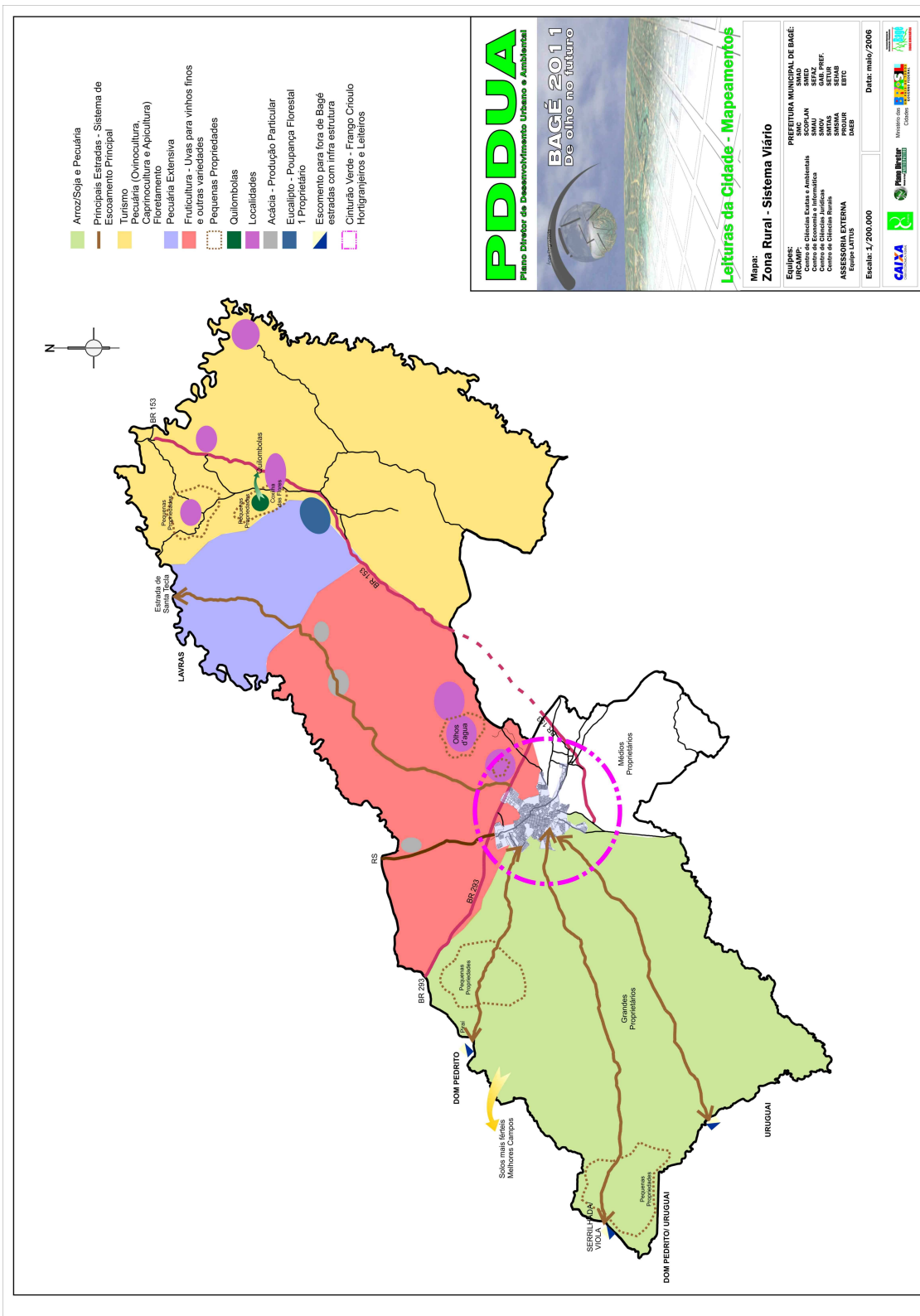
Conforme a tabela 1 pode-se observar a distribuição dos produtores que foram entrevistados por localidade, segundo a representatividade de cada distrito e localidade com base em dados da Prefeitura Municipal de Bagé, da EMATER Municipal e da Inspeção Veterinária do estado do RS (escritório local).

Tabela 1. Distribuição dos questionários por localidades rurais no município de Bagé/RS.

Localidades	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Pedra Grande - Palmas	12	30,0	30,0
Coxilha das Flores - Palmas	10	25,0	55,0
Catarina - Palmas	2	5,0	60,0
Toca - Palmas	2	5,0	65,0
Lixiguana - Palmas	1	2,5	67,5
Olhos D'Água	6	15	82,5
Coxilha do Haedo	4	10,0	92,5
Santa Tecla - Bagé	2	5,0	97,5
Serrilhada	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Figura 6. Mapa de Bagé – zonas rurais e localidades.



Fonte: Prefeitura Municipal de Bagé (2007). Disponível em: www.bage.rs.gov.br

Para a execução da coleta de dados dessa investigação, fez-se necessário aplicar os questionários *in loco* aos pecuaristas familiares, no município de Bagé, para se levantarem informações relevantes para o processamento e, posteriormente, análise e interpretação.

Após a coleta dos dados, passou-se a etapa de processamento dos dados, os quais foram digitados para a planilha eletrônica Excel[®] e, posteriormente, para o software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS[®] versão 12.0), para se proceder à inferência estatística e realizar a análise de *clusters* ou conglomerados. Este software é uma ferramenta para análise multivariada, a qual qualifica os resultados do trabalho de pesquisa e possibilita o cruzamento/interpolação das variáveis.

Segundo Everitt (1993) & Manly (1986), a análise de *cluster* é uma técnica estatística que objetiva agrupar os indivíduos (casos) que possuem características semelhantes em função de um conjunto de variáveis selecionadas. Assim, a análise de *cluster* classifica os indivíduos (casos) em grupos homogêneos, denominados *clusters* ou conglomerados. Desse modo, os grupos criados pela análise de *cluster* são semelhantes entre si (dentro do *cluster* a variância é mínima) e diferentes de outros *clusters* (entre *clusters* a variância é máxima).

A análise e interpretação dos dados foram as últimas fases deste trabalho de pesquisa, onde procurou-se demonstrar, através do método aplicado, que os pecuaristas familiares constituem uma categoria social com características próprias, apresentando, possivelmente, diferenças em função de uma série de fatores objetivos e subjetivos envolvidos na sua racionalidade.

Entende-se, portanto, que é possível diferenciar a pecuária familiar da Campanha Gaúcha, em especial do município de Bagé/RS, em função da caracterização do produtor familiar, criando uma “tipificação” que, segundo a análise de *clusters*, são agrupados por características em comum, o que favoreceria no auxílio à elaboração de estratégias e políticas públicas apropriadas aos *clusters* ou conglomerados de produtores com características semelhantes entre si. Essa seria uma aproximação do que hoje se têm em termos de tipos de PRONAF a serem acessados pela agricultura familiar, em função de um rol de características devido à sua atividade principal e segundo alguns critérios de contemplação desses recursos por parte dos agricultores familiares.

1.7 Justificativa

Uma das atividades mais tradicionais da região sul do estado do Rio Grande do Sul é o sistema de produção agropecuária e, destaca-se ainda, a importância que este setor tem para a economia e o desenvolvimento regional no que tange à geração de emprego e renda, bem como, a fixação do homem no campo. Levando em consideração esse aspecto, torna-se relevante caracterizar esta categoria (pecuarista familiar) para que se possa estabelecer políticas públicas e privadas adequadas à realidade desses produtores, pois a grande maioria não se enquadra nos critérios das principais políticas destinadas à agricultura familiar (RS Rural e PRONAF). Outro aspecto importante a ser frisado, se refere à inserção do produtor no mercado, nomeadamente em novos formatos – por exemplo, sistema em rede – procurando entender a sua racionalidade administrativa e produtiva, em função do ambiente onde se encontra inserido.

Portanto, as respostas e/ou direcionamentos aos questionamentos levantados no problema de pesquisa, poderão ser de fundamental importância quando se pensa no estabelecimento de bases firmes para o desenvolvimento regional e o incentivo ao comportamento empreendedor, de forma a dinamizar os sistemas de produção familiares existentes na região. Além do mais, o estudo pretende colaborar na geração de políticas e ações de longo prazo, pois é necessário conhecer-se as particularidades dessa categoria social, de forma a melhor atendê-los nos seus pontos de estrangulamento e gargalos do sistema de produção.

Corroborando com a perspectiva do trabalho a ser realizado, vale ressaltar o dado verificado pelo diagnóstico, realizado pelo SEBRAE/FARSUL/SENAR (2005), relativo aos sistemas de produção da pecuária de corte gaúcha, onde 12% dos entrevistados se consideraram como pecuarista familiar. Portanto, esse seria um aspecto relevante a ser levado em consideração, para se estudar a realidade dessa parcela representativa da pecuária gaúcha.

2 A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PECUÁRIA FAMILIAR: O MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Os enfoques clássicos

Para que se possa realizar uma revisão aprofundada acerca da temática do caráter familiar de produção nas unidades agrícolas, devem-se resgatar as elaborações teóricas de Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, e conseqüentemente, possibilitar um entendimento sobre o campesinato, bem como, o surgimento de um novo modo de produção, o qual imprimia, na época, uma nova dinâmica produtiva na agricultura, o capitalismo. Observa-se que os escritos e abordagens de tais autores se mostram revestidos de atualidade, guardadas as devidas proporções temporais e situacionais.

2.1.1 Marx e o campesinato

Segundo Marx (1986) o capitalismo, ao penetrar no campo, provocaria o fenômeno de concentração da riqueza, tal como no setor industrial. As grandes unidades de produção absorveriam as pequenas, levando à proletarização das camadas mais pobres do campesinato e a produção, especificamente capitalista, se generalizaria. Dessa forma, os camponeses seriam forçados a vender sua força de trabalho, pois o capitalismo penetraria na agricultura, separando o agricultor de seus meios de produção.

Para este autor, o desenvolvimento do capitalismo tem por base a separação entre trabalho e condições objetivas de produção, ou seja, o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho e a propriedade da terra transforma-se em meio de produção e, com isso, o campesinato seria somente um resquício de um modo de produção, o feudal, portanto fadado ao desaparecimento já que, para o desenvolvimento pleno do capitalismo, era preciso a extinção desta forma de produção agrícola que, não produzindo lucro, não conseguiria se sustentar nessa lógica.

Marx (1982), em “Para crítica da economia política”, afirma que o capital não é nada sem o trabalho assalariado, sem o dinheiro, sem os preços, fazendo uma crítica à economia política de então esconder a verdadeira relação entre o

empregado e o empregador. Ou seja, o Estado submete os trabalhadores a seus próprios interesses, o qual ganha um salário que não consegue comprar os produtos que ele próprio produziu. Esta é a contradição básica do modo de produção capitalista apontada pelo autor, pois a alienação para Marx ocorre não só na relação do trabalhador com o produto de seus trabalhos, mas também na própria atividade produtiva. Dessa forma, o trabalho não pertence à natureza do trabalhador, mas sim é condição para que esse sobreviva minimamente, sendo obrigado a se adequar às condições de trabalho. Por esse fato, ele apenas se esgota, e não se realiza na plenitude de suas capacidades mentais e físicas. Como afirma o autor, o trabalho “não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades”. Sobre esse aspecto, em seu livro que trata das obras do autor alemão, Browne (1968) reafirma Marx:

Entre os efeitos da indústria moderna sobre a agricultura, destaca-se o aniquilamento do camponês, baluarte da velha sociedade, e sua substituição pelo assalariado [...] A produção capitalista, congregando a população em grandes cidades e trazendo a dispersão dos trabalhadores rurais, concentra naqueles a força motriz histórica da sociedade, mas aniquila a vida intelectual de tais trabalhadores e perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra. Na agricultura, como na indústria, a expansão da produtividade é conseguida em função do progresso técnico e à custa do sacrifício do trabalhador, que é subordinado aos instrumentos de trabalho e se vê privado de sua vitalidade, liberdade e independência. O capitalismo traz, assim, o progresso tecnológico sacrificando as duas fontes originárias de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (BROWNE, 1968, p. 72-73).

Marx ao discorrer sobre a acumulação capitalista primitiva, no primeiro volume de *O Capital*, apresenta como referencial o que se passava na Inglaterra, país que exibiu o capitalismo mais adiantado de sua época. Em função daquilo que presenciou, considerava inexorável a concomitância entre desenvolvimento capitalista e proletarização no campo, fazendo uma analogia direta do que ocorria na indústria de cunho urbano.

O autor faz uma análise do ponto de vista do sistema econômico, da relação do campesinato como classe, onde os camponeses cederiam parte de seu trabalho excedente, ou mesmo do trabalho necessário à sua reprodução à sociedade, pois não incluem seu trabalho nos custos de produção e, por isso, o preço comercial do seu produto não cobriria o seu valor, não permitindo, dessa forma, a acumulação de capital.

É possível que os camponeses que trabalham com meios de produção próprios reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem mais-valia,

permitindo-lhes, sua posição, apropriar-se do próprio trabalho excedente ou de parte dele. E aí encontra-se uma peculiaridade, característica de uma sociedade onde predomina um modo de produção definido, embora não lhe estejam ainda subordinadas todas as relações de produção (MARX, 1980).

Outra questão que se mostra importante no debate marxista diz respeito à identidade do camponês quer em nível individual ou coletivo. Em termos específicos, trata-se de inquirir se os camponeses são uma classe social sob o modo de produção capitalista, isto é, um modo de produção distinto e singular, ou se corresponderiam a uma classe em transição. Ao considerar o camponês um ser ambíguo, que encerra em si mesmo a figura de explorador e explorado, além de ser possuidor de um pedaço de terra (mesmo sem obter necessariamente renda fundiária por ela), impediria o enquadramento em uma das duas classes polares e antagônicas, quer seja o proletariado e a burguesia.

De acordo com Shanin (1990), Marx como importante teórico da economia política, chegou a classificar os camponeses como um grupo de bárbaros miseráveis, que dificultavam o progresso econômico, rumo à sociedade moderna. Tanto ele quanto os adeptos do evolucionismo europeu (do determinismo unilinear e da idéia do progresso), acreditavam na tese da desapareição dos camponeses. Para eles, os pequenos camponeses eram um estorvo à evolução histórica, uma classe reacionária fadada à ruína. Marx via na comuna campesina russa um submundo arcaico, de pobreza material e débil contra as forças exploratórias externas: “*su decadencia bajo el capitalismo seria necesaria*”. Porém, o Marx pós-1870, admitiu a coexistência e a dependência mútua de modos de produção capitalistas e não capitalistas no espaço agrário. A natureza dual da propriedade individual e coletiva na Rússia oferecia à Marx a suposição de duas vias de desenvolvimento: as comunas rurais (*artel*), ou seriam destruídas por um tipo específico de capitalismo de Estado; ou se manteriam sob a revolução, dado aos seus aspectos corporativos de organização. Embora isoladas, logicamente, a permanência das comunas seria a melhor opção para o futuro na Rússia que ansiava por um novo sistema político.

O capitalismo leva, dentro de certos limites, à racionalização da agricultura, estabelecendo nítida distinção entre a terra como instrumento de produção e o seu proprietário, este residindo muitas vezes em pontos distantes de suas herdades. Esses avanços históricos são, porém, alcançados à custa do empobrecimento prévio dos produtores diretos. Na forma capitalista, os cultivadores reais são os

assalariados, empregados por capitalistas que encaram a agricultura como mero campo de aplicação de capital. Esses capitalistas, arrendatários, pagam aos proprietários de terra, periodicamente, determinadas quantias pelo direito de investir em tal domínio; à quantia paga, por terra agrícola, urbana, minas, florestas, etc., dá-se o nome de “renda do solo”. O capital pode aplicar-se ao solo, seja em investimentos efêmeros (adubos e fertilizantes), seja em investimentos mais duradouros (irrigação, drenagem ou construções). Dos últimos, resulta o que se pode chamar a “terra-capital”, que é parte do capital fixo; o juro correspondente é parte do aluguel da terra, mas não constitui renda do solo (BROWNE, 1968).

Ainda segundo Marx⁶, com a liberação de parte da população agrícola, liberam-se também os seus meios de subsistência, que se convertem nos componentes materiais do capital variável e passam a circular como mercadorias. Por seu turno, as matérias-primas agrícolas, consumidas antes na indústria caseira, transformam-se em capital constante, ao mesmo tempo em que se concentram os instrumentos de trabalho em grandes estabelecimentos manufatureiros. Cria-se assim o mercado doméstico, sendo as provisões e matérias-primas antes consumidas na própria agricultura, transformadas em mercadorias e vendidas às manufaturas. Esse processo não se completa, todavia, no período manufatureiro, no qual persistem, embora em proporções decrescentes, a indústria doméstica e um campesinato independente. Somente com a indústria moderna é proporcionada, com a máquina, a base para completar-se a expropriação da população agrícola e a separação entre agricultura e a indústria rural; e é conquistado, pelo capital industrial, todo o mercado doméstico.

2.1.2 Lênin e a desintegração do campesinato

Outro autor que trata da questão do campesinato, suas possibilidades e perspectivas é Lênin. Segundo o autor, o modo de produção capitalista (ocidental) era concebido como uma forma de civilização destrutiva, decadente, monstruosa, e era preciso juntar todos os esforços para evitar que tal sistema pudesse dominar a Rússia. Para analisar o momento pelo qual esse país passava, Lênin fundamentou sua teoria em dados e informações por meio dos *zemstvos*, que eram unidades administrativas locais criadas pelo governo czarista em 1864 e que tinham por

⁶ Marx apud Browne (1986)

finalidade estabelecer os níveis de tributos a serem recolhidos em cada uma dessas localidades. As informações utilizadas compreendiam a quantificação de unidades de produção, do contingente populacional, instrumentos de trabalho, semoventes, áreas cultivadas, a proporção de assalariamento e arrendamento por área de cultivo, despesas e receitas, contemplando, com isso, um conjunto expressivo de dados dos recenseamentos estatísticos que visava conhecer a realidade da agricultura e o mercado russo em processo de transformação.

Conforme Lênin (1982) o capitalismo se fundamentava no processo de exclusão social, por meio da detenção dos meios de produção, sendo que o que importava para o capitalismo era a crescente transformação da mais-valia em capital, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital. O modo de produção capitalista generalizou-se, promovendo a disseminação de suas relações básicas de produção e circulação. O capital, enquanto relação social, que se estabelece entre os homens, acumula-se, concentra-se e centraliza-se, criando e recriando a si e ao espaço social, o qual se instala de forma combinada e desigual. O desenvolvimento desse modo de produção implica não somente a produção de mercadorias, mas também a realização dessas através do processo de circulação, e a continuidade do desenvolvimento capitalista implica na permanente reprodução do capital que promove a criação e recriação do espaço no qual se instala, levando a desestruturação e/ou reestruturação de diversas atividades produtivas.

No que diz respeito a um de seus principais clássicos referente à questão agrária – “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” – a agricultura com base no campesinato estaria fadada ao desaparecimento, seja pela própria dinâmica da diferenciação entre os agricultores, seja pela incapacidade de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas. Nesse sentido, a idéia da diferenciação social camponesa de Lênin foi um dos principais paradigmas que nortearam os seus estudos. Para o autor, contradições no interior do campesinato seriam responsáveis por sua desintegração, criando novos tipos de população rural, permitindo que o capitalismo, de forma lenta e variada, penetrasse na agricultura por meio da criação de um mercado interno cujo processo fundamental seria a diferenciação social do trabalho gerado pela separação do produtor direto dos seus meios de produção, os quais se convertem em capital na mão de novos proprietários mais abastados. Sua visão se centra nessas contradições de classe, resultados do processo de diferenciação social dos camponeses em pobres (*bedniaks* e *mujiks*), médios

(*serediniaks*) e ricos (*kulacks*), diante da expansão capitalista, convertendo-se, posteriormente, em burguesia e proletariado. Sobre isso o autor diz:

A divisão social do trabalho constitui a base da economia mercantil [...] Com a economia mercantil, aparecem unidades econômicas heterogêneas: o número de ramos especiais da economia aumenta e diminui a quantidade de unidades que executam uma mesma função econômica. É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo (LÊNIN, 1982, p. 13).

Lênin aborda o processo de formação de um mercado interno para o capitalismo, estudando as relações econômico-sociais que deram origem a segmentos distintos e conflitantes de expressão rural. Nessa temática, ele trata do papel da propriedade fundiária privada e a conseqüente mercantilização das atividades agrícolas como pilares fundamentais do modo de produção capitalista e sua disseminação enquanto sistema preponderante.

Lênin afirma ainda que um fenômeno importante da vida econômica camponesa e que retarda a desintegração mais rápida do campesinato são os remanescentes do regime de *corvéia*, isto é, antigo sistema de relações produtivas entre camponeses e que era caracterizada por meio do pagamento em trabalho. Portanto, a base do pagamento do trabalho em espécie supõe um baixo desenvolvimento da economia mercantil, pois o capital não consegue se apropriar da mão-de-obra na forma de assalariamento, aspecto esse crucial para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Embora esta desintegração possa retardar, para o autor, o desaparecimento do campesinato é algo dado, sendo esta uma categoria social transicional no capitalismo.

2.1.3 Kautsky e a questão agrária

Kautsky foi considerado um dos teóricos mais conhecidos da Segunda Internacional Socialista. Fundou, em 1883, o periódico “Die Neue Zeit” (A Nova Época) tendo sido seu editor até 1917, publicação esta que exerceu enorme influência intelectual nos círculos socialistas alemães e internacionais.

O processo de expansão do capitalismo no campo, consubstanciado na modernização da produção agrícola, provocou profundas e irreversíveis transformações na organização dos espaços agrários o que acabou por gerar novas formas de expressão da agricultura. No âmago dessas questões, o autor trabalha e

questiona bastante a vertente da dialética enquanto campo de transformações sociais e suas formas de representações. Os resultados do processo histórico de modernização da agricultura nos mostram que a questão agrária sofreu com as opções políticas e econômicas de desenvolvimento adotadas (KAUTSKY, 1998).

Segundo o autor o grande estabelecimento leva vantagens sobre o pequeno, como por exemplo, em termos de crédito e transporte, mas também apresenta desvantagens em relação ao pagamento de trabalhadores braçais e intelectuais. O principal obstáculo à criação da grande unidade de produção seria o fato de tal processo depender da disponibilidade de terras contínuas, portanto, apresentaria limites naturais intransponíveis e, por isso, não concorda com a tese da concentração de renda pelo avanço da grande unidade de produção capitalista.

Kautsky enfatiza a utilização de máquinas agrícolas e seu papel transformador, substituindo a força de trabalho humana e estimulando o fluxo de operários agrícolas para as cidades devido o processo de expropriação do camponês. Essa mudança estrutural da agricultura sob o capitalismo seria comandada pela dinâmica do progresso tecnológico, especialmente devido aos efeitos da agroquímica, a qual acabaria por transformá-la em um ramo da indústria, não eliminando, necessariamente, as pequenas unidades de produção, mas transformando-as em uma forma de trabalho acessória.

O modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade atual; ao lado destes podem ser encontrados ainda os remanescentes, até hoje conservados, de outros modos de produção pré-capitalistas; também já se manifestam, igualmente, os germes de um novo modo superior de produção, em várias formas de economia estatal e comunal, assim como as cooperativas (KAUTSKY, 1998, p. 33).

No que se refere às formas de produção, interessante notar a indagação de Kautsky, onde: “...se o *capital se apodera da agricultura, como o faz?*”. Assim sendo, continua o autor procurando demonstrar que com a aplicação da ciência moderna, houve uma revolução na organização rural e a supressão da separação entre indústria e agricultura.

Da mesma forma que Lênin, Kautsky considerava a produção camponesa como uma “anomalia” ao relacioná-la com o desenvolvimento capitalista que se instalava no campo, sendo por ele adjetivada como a própria barbárie da sociedade.

Estudando as relações entre agricultura e indústria (a industrialização da agricultura), o autor dá ênfase à crescente incorporação de novas tecnologias de produção, mas que as pequenas explorações seriam incapazes de absorvê-las, ou

seja, o progresso técnico da agricultura seria incompatível com o caráter familiar de produção das pequenas explorações. Tal pressuposição, contudo, não se verifica na atualidade, uma vez que é reconhecido e verificado com certa frequência o uso racional de padrões tecnológicos pelos agricultores familiares.

Em seus estudos, Kautsky mostrou que à medida que cresciam as relações entre a cidade e o campo, a indústria urbana invadia o campo, criando necessidades socialmente determinadas, exigindo disponibilidade de dinheiro para supérfluos, mas também à sua indispensável reprodução biológica. Com a produção para o mercado, surgiria a concorrência e esse camponês já não produziria o necessário para uso próprio (comprando inclusive alimentos), tornando-se cada vez mais dependente, abrindo caminho para a agricultura capitalista. Sob essa concorrência, ele é levado a aumentar sua jornada de trabalho utilizando toda mão-de-obra disponível.

Kautsky (1998) considera a mercadoria como um produto do trabalho humano que não foi feita para ser consumida pelo próprio produtor, pois é um produto que ele não tem necessidade, entretanto, produz para ser entregue a outros em troca daquele produto que ele necessita; e produção simples de mercadoria, como a produção onde os produtores além de serem livres e iguais, um em relação aos outros, são proprietários de seus meios de produção ou na maior parte deles.

Em resumo, pode-se dizer que a obra de Kautsky analisa, fundamentalmente, a concepção marxista de superação técnica da grande produção sobre a pequena, bem como, a análise do crescente empobrecimento e proletarização do pequeno camponês, sob a égide do capitalismo. Para o autor, o extermínio da pequena produção camponesa inicia-se quando ela deixa de ser auto-suficiente na elaboração dos seus objetos de trabalho e de consumo. Com o surgimento de instrumentos mais sofisticados que são postos no mercado, os hábitos de consumo do camponês modificam-se. Com a necessidade crescente de obter dinheiro para satisfazer as suas necessidades, o pequeno camponês deixa de produzir para o auto-consumo e passa a produzir para o mercado. A partir daí o camponês torna-se um simples agricultor, ou seja, um camponês que pode se tornar um “empresário” agrícola.

A tendência é o desaparecimento do campesinato, mas o agricultor assume estratégias de reprodução social como o trabalho acessório, ou seja, o assalariamento temporário fora da sua unidade de produção se torna uma forma de manutenção do seu modo de vida.

2.1.4 Chayanov e a unidade de produção camponesa

Chayanov é destacado representante da corrente de pensamento conhecida na Rússia, no início do século XX, como a Escola da Organização da Produção, caracterizada pela orientação teórica não-marxista na abordagem da questão camponesa. O autor se propõe a analisar a organização dessa atividade econômica levando em consideração que a unidade familiar, ou seja, a unidade de análise é o processo de origem e desenvolvimento da família. O autor é um contraponto às abordagens tanto de Lênin quanto de Kautsky, ao considerar a presença de aspectos subjetivos na orientação das decisões tomadas no âmbito das unidades econômicas camponesas.

Chayanov proclamou a validade da exploração agrícola familiar e pregou uma posição radicalmente oposta às principais correntes marxistas na Rússia e na Europa Ocidental. Para ele, é importante entender de forma detalhada e aprofundada, o funcionamento da unidade de produção camponesa. Nesse aspecto há uma diferença marcante entre Lênin e Chayanov quanto a força de trabalho. Para Chayanov, o camponês não tende a exceder a exploração da sua força de trabalho para além das necessidades que lhe impõem a sua produção e reprodução. Já para Lênin, o camponês não está fora do mercado e, sendo assim, faz parte das relações mercantis por estar imerso nessa dinâmica e, com isso, outras necessidades são criadas continuamente.

O autor defende que o camponês não tem por objetivo maximizar renda, mas sim satisfazer suas necessidades, tendo como traço distinto a capacidade das famílias de imporem a si mesmas um ritmo de auto-exploração. Diferentemente da concepção de Marx, Chayanov parte do ponto de vista micro, interessando-se nos mecanismos a partir dos quais o camponês toma decisões e, dessa forma, não concorda com a teoria da diferenciação social de Lênin de vertente marxista, a qual determina o processo de decomposição camponesa, defendendo, por sua vez, a diferenciação demográfica do campesinato, onde o fundamental é o tamanho e a composição da família, da qual depende seu ciclo de desenvolvimento.

Chayanov (1974) não acreditava na extinção da produção camponesa, e sim na sua persistência, ou seja, a unidade de produção familiar na agricultura seria regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornariam diferente da unidade de produção capitalista, não se organizando sobre a base de extração e

apropriação do trabalho alheio (mais-valia), mas sim na relação entre o consumo e o trabalho familiar. Sendo assim, usa o termo “unidade econômica camponesa” para definir melhor essa forma de organização da produção enquanto unidade que engendra produção e consumo sob a responsabilidade do grupo doméstico, ou seja, dá atenção especial à questão das formas de produção e reprodução do camponês, enquanto ator social, nas suas unidades produtivas, respeitando uma lógica e uma racionalidade próprias desse modo particular de representação.

O autor vê a unidade econômica familiar como uma categoria social que preserva sua existência em pleno mundo capitalista, inclusive, fazendo uso do progresso técnico quando os imperativos forem determinados pela lógica da organização da produção da própria unidade. Dessa forma, não há resposta somente à maximização e a busca do lucro e, sim, uma reprodução social de um modo particular de produção.

Segundo Chayanov (1981), para se conhecer a organização interna da família, é necessário compreender o ciclo familiar completo e como a família realiza o balanço entre necessidade de consumo e o grau de intensidade de trabalho, pois somente desta forma é possível identificar a lógica que permeia a organização do trabalho e da produção no interior da família. Embora as unidades familiares de produção apresentem traços coerentes com a lógica do capital, distinguir-se-iam, das empresas capitalistas propriamente ditas, pela sua dinâmica própria de funcionamento. A maior aspiração do camponês seria ter terra suficiente para fazer pleno uso da força de trabalho da família, isto é, a posse ou acesso à terra seria condição indispensável para distribuir, de forma equilibrada, a mão-de-obra familiar disponível.

Sendo a família, na agricultura camponesa, o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão, o camponês executaria um balanço (subjetivo) no qual definiria o grau de auto-exploração, no que se refere ao volume da atividade agrícola e a intensidade do trabalho, ao qual a família iria se submeter para satisfazer a relação consumo/trabalho. Balanço, esse, entre as suas necessidades de consumo e a força de trabalho disponível na unidade familiar de produção, não tendendo a exceder a exploração da mão-de-obra familiar para além de suas necessidades. A não satisfação das necessidades levaria ao aumento da produção e do esforço do trabalho, ou seja, o volume de trabalho da família seria definido pelo consumo. Nessa perspectiva, infere que os camponeses são estimulados à

expansão de suas atividades agrícolas sempre que as situações do mercado lhes proporcionar benefícios, no mínimo, iguais àquelas que obteriam se desenvolvesse atividades artesanais ou comerciais.

Resumidamente Chayanov centrou seus estudos no balanço entre força de trabalho e consumo familiar, bem como, abordou a organização interna do trabalho de seus componentes em moldes não capitalistas, dada a ausência de assalariamento. O autor refere-se à dificuldade de manutenção dos atributos tradicionais do campesinato frente ao progresso técnico crescente de uma agricultura em processo de transição. Outro aspecto estudado por Chayanov, diz respeito aos modos de penetração do capitalismo na agricultura, baseada fortemente em maquinaria comercial agrícola. Ele conseguiu visualizar a passagem de uma agricultura de caráter independente e tradicional do camponês para uma agricultura que se transforma em um sistema meramente econômico, centrado em grandes empresas e concentradas verticalmente, em função do capital se tornar o atributo balizador principal das relações.

Para finalizar as abordagens clássicas acerca do campesinato e procurando fazer um apanhado geral do tema, Heynig (1982) aponta, a partir de um enfoque modernizante, a existência de um setor capitalista e outro não-capitalista, bem como a importância de manutenção dessa economia não-capitalista para a própria sobrevivência dos detentores dos meios de produção. Nesse gancho, entra a análise marxista clássica, que vê no camponês a figura do burguês e do proletário ao mesmo tempo, afirmando ser essa classe um atraso ao avanço do capitalismo. Daí advém, as denominações de “idiotas rurais” ou “a barbárie dentro da civilização”. Já Lênin, consegue fazer uma leitura mais apurada do campesinato e sua função social na estrutura da sociedade. No enfoque de Chayanov, consegue-se compreender a essência do que seria a economia camponesa e suas formas de reprodução enquanto atores sociais de um modelo que não se encaixava no modo de produção capitalista, mas que se tornava necessária para o desenvolvimento desse capitalismo no campo. Chayanov demonstra que o camponês satisfaz suas necessidades e, caso haja excedentes, ele poderá eventualmente vender no mercado, portanto, trabalha-se na perspectiva de que a economia camponesa seria um “modo de produção”. Obviamente que há críticas ao trabalho de Chayanov, afirmando que não haveria um modo de produção campesina entre o feudalismo e o

capitalismo e, sendo assim, Chayanov trabalha com a “diferenciação demográfica” enquanto Marx com a “diferenciação de classes” na agricultura.

Sobre os enfoques dos clássicos abordados acima, nomeadamente, Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, deve-se ressaltar que suas abordagens e concepções apresentam uma natureza dedutivista, pois, para eles, embora tais aportes analíticos tenham se revestido de valiosa utilidade, ainda assim, apresentam suas limitações pelo fato de terem estabelecido os parâmetros para suas investigações a uma dada época histórica distinta, em tempo e espaço relativos.

2.2 Os enfoques contemporâneos

Para demonstrar a importância da contemporaneidade do tema agricultura familiar, enquanto forma social de produção, afirma-se que a busca de uma revisão de literatura, em torno do processo de manifestação, representação e adaptação, se torna crucial para o entendimento da reprodução dessa agricultura familiar frente à atual conjuntura.

Segundo Felício (2006) o conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato e, que o problema que se coloca, não é só a diferença entre esses dois sujeitos (se é que existe), mas o modo como sua existência pode ser entendida. O desafio de tal compreensão justifica o resgate de teorias científicas, políticas e de outras áreas de conhecimento. Os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos por dois paradigmas distintos: de um lado, o paradigma do “capitalismo agrário”, afirma que o único futuro para o campesinato está na metamorfose deste em agricultor familiar, pois o camponês seria sinônimo de atraso, resquício do feudalismo, da barbárie e, que seu desaparecimento é inevitável com o avanço do capitalismo e, sendo assim, a sua transformação em agricultor familiar é a única possibilidade, importante e necessária, pois de alguma forma este faz parte do agronegócio; de outro, o paradigma da “questão agrária”, ressalta que não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar como características fundamentais, isto é, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume também o trabalho no estabelecimento produtivo, entretanto, seu futuro está na superação do trabalho familiar onde é preciso, por exemplo, incentivar o trabalho-cooperativo e aprender a não abominar o mercado.

2.2.1 A abordagem conceitual da agricultura familiar com referencial no modo de produção

Para Friedmann (1980) o conceito de modo de produção tem uma utilidade analítica bastante limitada, na medida em que a variedade de contextos sociais e econômicos da produção agrícola inclui relações feudais de produção por um lado, e, por outro, relações comerciais de explorações familiares altamente mecanizadas, dentro de uma economia capitalista. Estes contextos não são derivados apenas da organização interna da produção familiar, mas também do ambiente sócio-econômico no qual a produção familiar está inserida, que acaba por condicionar a importância relativa do processo interno.

Nesta perspectiva, a autora distingue três tipos de exploração agrária: a exploração camponesa, a produtora simples de mercadoria ou exploração familiar e a capitalista. Friedmann (1980) define a exploração familiar como uma exploração que além de possuir os seus meios de produção, ou a maior parte deles, precisa para sua reprodução da mobilidade dos fatores de produção existentes somente na economia capitalista. Isto implica que para sua sobrevivência, deve adaptar-se às variações de preços relativos e aumentar sua produtividade e composição orgânica do capital, enquanto que na produção camponesa, mudanças deste modo são muitas vezes desnecessárias e certamente impossíveis. Portanto, na exploração familiar ou produtora simples de mercadorias, laços pessoais com a terra, trabalho, meios de produção e crédito são priorizados e, as relações de mercado, colocadas em segundo plano. Ou seja, a relação consumo/produção da família com o ambiente é o foco principal da unidade de produção familiar. Além da análise da preponderância das decisões tomadas no âmbito da família, e que a racionalidade dessas decisões é quase sempre voltada à reprodução dos membros familiares, a autora vai um pouco mais além e também verifica a importância da mulher na tomada de decisões do estabelecimento.

Tanto Friedmann quanto Ploeg são autores que trabalham com uma perspectiva neomarxista. Friedmann oferece uma explicação dentro do escopo do marxismo para a persistência das unidades familiares de produção inseridas numa sociedade capitalista.

Para Ploeg (1992) a agricultura é uma contínua interação entre força de trabalho, objetos de trabalho e instrumentos. Esta interação de elementos é voltada

tanto para a produção de valores de troca quanto para a formação de material reprodutivo para a unidade de produção agrícola. Durante o processo de trabalho se reproduzem não só os objetos de trabalho, como também a força de trabalho e os instrumentos, portanto, a produção está estritamente ligada à reprodução.

Para se discutir os conceitos de agricultura familiar, nas sociedades desenvolvidas, são necessários ultrapassar dois obstáculos. Primeiro, definir a agricultura familiar somente pela ausência de mão-de-obra assalariada pode ter vantagens operativas indiscutíveis, porém comporta uma esterilidade analítica bastante grande. Se a universalidade do conceito da agricultura familiar pode dar-se somente através da ausência de mão-de-obra assalariada, torna-se evidente que esse é um avanço muito pequeno ao conhecimento teórico da realidade. Além disso, é necessário contextualizá-la e estudar as suas características derivadas dessa contextualização, tais como: suas relações com a sociedade em nível político, econômico e cultural e o papel que ela desempenha nessas relações. Segundo, existe uma tendência bastante generalizada de identificar agricultura familiar e campesinato. Entretanto, enquanto a noção de campesinato permanece a mesma, descrita por Chayanov, a agricultura familiar que deu origem ao campesinato modificou-se com a introdução do capitalismo no campo. Portanto, atualmente, não se pode falar de agricultura familiar através do conceito de campesinato, mas falar de agriculturas familiares de acordo com a intensidade e direção das mudanças ocorridas em cada uma delas (YRUELA & GÚZMAN, 1985).

Ainda segundo os mesmos autores, nas sociedades mais desenvolvidas, a agricultura familiar tem-se submetido a processos de mudanças (sociais, tecnológicas e econômicas) que a obrigaram adaptarem-se por variadas formas, onde se pode supor o desaparecimento parcial ou total de suas características originais. A análise da agricultura familiar nestes novos contextos não pode prescindir da origem real daquelas características, mas em vez de recriá-las deve-se atentar sobre as modificações ocorridas devido aos processos de readaptações aos quais se encontra submetida. Por exemplo, analisar os processos de interação, cada vez mais freqüente entre as sociedades rural e urbana e a maneira que essas estão transformando a agricultura familiar. A integração da agricultura ao sistema econômico global transforma, por diferentes formas, as características tradicionais da agricultura familiar, criando-se dificuldades reais para confundirem-se os conceitos de agricultura familiar e de agricultura camponesa, através dos seguintes

mecanismos: (a) a dinâmica econômica do tamanho das unidades de produção é alterada pela rigidez do mercado de terra e pelo novo comportamento laboral dos membros da família. A crescente apropriação privada da terra termina com a modalidade de unidade de produção comunal. Quanto ao comportamento laboral, com o desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente demanda por força de trabalho, assume-se uma nova postura onde os membros da família ofertam sua mão-de-obra para outros setores, inclusive não-agrícolas. Assim a dimensão da exploração agrária não fica, necessariamente, condicionada pelo tamanho da família; (b) pela ruptura do modelo econômico tradicional, perde importância a ausência de mão-de-obra assalariada para definir a agricultura familiar. A redução, pela transferência a outros setores, da força de trabalho familiar, pode ser complementada pela agricultura a tempo parcial ou pela contratação de trabalho assalariado. Pode-se argumentar que existe um limite para a contratação dessa mão-de-obra, pois ultrapassado esse limite não se pode mais falar em agricultura familiar. Em termos sociológicos, esse limite será sempre posto em causa, isto é, até que ponto pode se considerar esse limite para discriminar coletivos com comportamentos culturais, econômicos e políticos diferentes; (c) em nível sociológico uma repercussão imediata do rompimento do modelo econômico é a dissolução das características da família extensa camponesa. Com a mobilidade ocupacional, fruto do novo comportamento laboral, tende a desaparecer a unidade familiar com uma célula social internamente homogênea e reconhecida pela unidade, e a convergência das ações de seus membros; (d) o abandono ao modelo tradicional de comportamento não é conseqüência somente da readaptação necessária para inserir-se na mobilidade ocupacional imposta pelo modo de produção capitalista, mas também produto dos contatos cada vez mais intensos e freqüentes que a família vem mantendo com o exterior, através dos meios de comunicação e de seus próprios membros; e (e) em nível macrosocial, pode-se deduzir da alínea *d* que as comunidades rurais ampliam sua compreensão do universo social, ultrapassando seu conhecimento comunal, e assim, compreendem melhor a complexidade do sistema social ao qual estão inseridos. Portanto, a ação coletiva da família passa a ser determinada não pela realidade comunal, mas pelo contexto das relações de poder que a articulam com a sociedade.

Depreende-se dessas abordagens que, a agricultura familiar, em sua organização e ações está, atualmente, vinculada ao atendimento dos requerimentos

e imposições de um sistema de interdependências e não mais aquela dinâmica de um sistema fechado e auto-suficiente.

Nessa perspectiva, a agricultura familiar torna-se uma unidade de produção simples de mercadorias agrícolas que se articula em torno de uma força de trabalho e gestão familiar mínima e fixa indispensável ao desenvolvimento da mesma. A exploração pode recorrer ao trabalho assalariado temporário, inclusive permanente, desde que permaneçam as condições da força de trabalho e gestão familiar. A produção destina-se ao mercado, porém isto não implica no desaparecimento total do auto-consumo, ainda que implique numa interpretação diferente do mesmo, ao passo que na economia camponesa a produção para o auto-consumo era a atividade principal. Já na agricultura familiar esta se torna uma atividade marginal, mesmo representando uma poupança com gastos em alimentação. O auto-consumo tem agora um significado diferente, pois ele já não determina mais o comportamento da família. Hoje a tendência é a formação de pequenos grupos de explorações familiares ligadas por parentesco ou amizade, cujos membros trocam produtos de suas explorações.

Portanto, a renda da terra, por um lado; e a capacidade de domínio e de aplicação que o trabalhador tem como proprietário dos meios de produção e reprodução do patrimônio familiar, por outro, são as condições que explicam em grande parte a existência e a funcionalidade da agricultura familiar.

Gasson et al. (1988) fizeram uma revisão de algumas contribuições feitas por economistas, antropólogos sociais, historiadores e sociólogos rurais nos estudos da unidade de produção agrícola familiar e dos negócios dessa família, do Reino Unido. Os principais tópicos revisados foram: o desenvolvimento do ciclo familiar; o processo de transferência entre gerações; relações conjugais; e as características da unidade de produção agrícola familiar e da exploração agrícola familiar, e como se dá a interação entre elas. Entretanto, entre estes tópicos, o mais discutido foi a interação entre a unidade de produção familiar e a exploração agrícola familiar. Para os autores, são cruciais para o sucesso e sobrevivência da exploração familiar, questões como: Existem limites para a interação entre unidade de produção agrícola familiar e exploração agrícola familiar? Algumas decisões tomadas pelas famílias são mais ou menos comerciais do que aquelas tomadas pelos gestores profissionais? A instabilidade dos negócios põe limites sobre os procedimentos e o relacionamento familiar? Iguamente, a instabilidade familiar constrange o

crescimento e o desenvolvimento dos negócios?

Gasson (1988)⁷ argumenta que é particularmente relevante se estudar o negócio agrícola familiar, pois a família tem um importante papel no estabelecimento e desenvolvimento da unidade de produção familiar, dada como uma importante fonte de capital, trabalho e informação. Como uma potencial fonte de capital de risco, a família tem várias vantagens. Os parentes do agricultor familiar seriam incapazes de roubar suas idéias e colocá-las em prática por conta própria. Conhecendo-o bem, eles podem julgar se possuem as qualidades pessoais necessárias para conduzir o negócio. Eles estariam numa boa posição para monitorar como seu capital está sendo usado e fazer pressão para mostrar se ele está sendo mal aplicado. Pelo seu lado, o empresário conhecendo bem os investidores do capital (a família), pode desenvolver todo seu potencial na condução do negócio agrícola familiar. Outro tópico relevante para a exploração familiar é a utilidade que o agricultor familiar atribui para seu próprio lazer. O autor descreve que no estágio inicial do negócio, o agricultor familiar desiste do lazer e gastos correntes a fim de prover fundos adicionais para investimento e, que, posteriormente, com o retorno das aplicações antecipadas ele poderá converter uma parte para consumo e lazer. Gasson expressa, entretanto, que a percepção do agricultor familiar de utilidade atribuída ao lazer pode ser bem diferente daquela atribuída pelo trabalhador assalariado.

It is easy to oversate the antitheses between work and leisure where entrepreneurs are concerned. The entrepreneur may enjoy his work just as much, if not more than his leisure. The greater autonomy conferred by self-employment may reduce the irksomeness of work, though there is bound to come a point where the hours of work are so long that leisure acquires a positive utility (GASSON, 1988 apud GASSON et al., 1988. p. 6).

A principal conclusão de Gasson et al. (1988) foi que, virtualmente, todas as unidades de produção agrícolas na Grã-Bretanha são conduzidas como negócio familiar e que elas são uma importante lição a respeito de tal assunto. Os autores acreditam que este tópico tem sido sub-explorado e que representa um julgamento valioso para resultados de pesquisa científica, e proposição e elaboração de políticas públicas, pois forma-se uma confusão muito grande quando o termo agricultura familiar é utilizado para referir-se somente à pequena unidade de produção, uma vez que existem unidades de produção de distintos tamanhos sendo conduzidas por famílias. Portanto, há a necessidade de se fazer a distinção entre a

⁷ Gasson (1988) apud Gasson et al. (1988).

unidade de trabalho ou exploração familiar e a unidade de gestão ou negócio familiar. Na exploração familiar os papéis de gestor e trabalhador se confundem, já na unidade de gestão o chefe da família e/ou outro membro desta, assume somente o papel de gestor. A família parece ser muito importante, senão o mais importante fator da agricultura familiar em ambos os casos.

The conventional distinction between family farming and business is oversimplified and misleading, and a more relevant classification needs to be developed (GASSON et al., 1988. p. 35).

Referenciando o Convênio FAO/INCRA, pode-se definir a agricultura familiar a partir de três características centrais:

... (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e (c) a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra, pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p. 4).

Segundo o PRONAF⁸, o agricultor familiar é caracterizado, para fins de atendimento do público alvo do programa, como sendo: (a) aquele que possui 80% da renda originária da atividade agropecuária; (b) detêm ou explora estabelecimentos com área até quatro (4) módulos fiscais; (c) explora a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; (d) utiliza mão-de-obra essencialmente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; e (e) reside no imóvel ou em aglomerado rural próximo.

Para Lamarche (1993) a exploração familiar, como conceito de análise, é a unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Com esta definição toda a exploração camponesa é uma exploração familiar. Entretanto nem todas as agriculturas familiares são camponesas, como também não podem ser compreendidas em um único modelo. Seria um erro concluir que todos os exploradores familiares possuem um mesmo sistema de valores e as mesmas ambições para o futuro. A transmissão de um patrimônio sócio-cultural comum e o estado de conservação deste pode variar consideravelmente, de uma sociedade para outra e mesmo de um explorador familiar para outro dentro de uma mesma sociedade. A exploração familiar é uma formação social heterogênea:

⁸ PRONAF apud MATTEI, L. (2001).

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade (LAMARCHE, 1993, p.18).

Segundo Abramovay (1997) agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho advêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue, parentesco ou casamento.

Afirma-se que a abordagem de Gasson & Errington (1993)⁹ é a que será utilizada para fins deste trabalho, onde o conceito de agricultura familiar adotado e estabelecido abrange os seguintes aspectos:

... os traços essenciais da agricultura familiar são: (a) a gestão é feita pelos proprietários; (b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; (c) o trabalho é fundamentalmente familiar; (d) o patrimônio pertence à família; (e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e (f) os membros da família vivem na unidade produtiva (GASSON & ERRINGTON, 1993).

Por propor-se a explorar a discussão, sobre um assunto tão amplo e complexo que é a agricultura familiar, não se tem e nem se terá a intenção de esgotar a discussão acerca desse tema, porém, acredita-se que ela nos dá condições necessárias para se demarcar as diferenças fundamentais entre as categorias de agricultura familiar. Se as agriculturas, familiar e camponesa, coincidem com a preocupação em preservar e manter a reprodução de seu patrimônio sócio-cultural, pois este é seu único e principal negócio, ambas também se preocupam com a conservação do ambiente natural, pois a residência de sua família é no próprio negócio, além de utilizarem majoritariamente mão-de-obra familiar, no entanto, diferem, substancialmente, quanto ao objetivo da produção e as práticas agropecuárias para a obtenção dessa produção. Enquanto na agricultura camponesa as práticas agrícolas fazem parte da herança cultural do camponês e a produção destina-se, fundamentalmente, para a reprodução da família e da exploração, comercializando somente o excedente; na agricultura familiar, as práticas agrícolas utilizadas na principal atividade produtiva, são provenientes, na sua maioria, das estações experimentais e o produto final destina-se, quase que na sua totalidade, ao mercado. Portanto, enquanto o lucro não faz parte da lógica camponesa, é componente da lógica da agricultura familiar, mas não o objetivo primordial. Ademais, há diferenças de postura entre as unidades produtivas de base

⁹ Gasson & Errington (1993) apud Sacco dos Anjos (2003, p. 43).

familiar (camponês e agricultor familiar) em relação às variáveis sociais no que se refere ao comportamento social do grupo (família) com a terra, com o sistema ao qual está inserido e ao seu próprio comportamento interno.

Em função da diversidade da agricultura familiar em seus pontos convergentes e divergentes, observam-se, concomitantes a esses fatores, variados graus tecnológicos adotados pelos agricultores em suas unidades de produção, aspecto este de relevante importância ao analisar-se a dinâmica da agricultura familiar.

2.2.2 A agricultura familiar e o modo de produção capitalista sob a ótica da modernização tecnológica e do progresso técnico

Segundo Ploeg (1992) um aspecto que influencia o processo de trabalho, que não é a coordenação desse processo pela unidade familiar, é o progresso técnico. Com o progresso técnico, tem-se um aumento do processo de externalização que são as atividades que antes eram realizadas na unidade doméstica e passam a ser realizadas por agentes externos. Com isso, aumentam as relações de mercantilização e a divisão do trabalho. A externalização de tarefas e da produção aumenta a especialização e o grau de mercantilização da unidade de produção e diminui a autonomia do negócio familiar perante às grandes corporações. Esse grau de mercantilização pode variar consideravelmente em relação ao processo de trabalho e produção, dependendo dos meios de reprodução estarem ou não mercantilizados. Quanto mais dependente do mercado for esse processo de reprodução de uma unidade de produção agropecuária, maior será o grau de mercantilização.

Pode-se afirmar também que quanto maior for o progresso técnico introduzido nas unidades de produção rurais, maior o grau de mercantilização e, conseqüentemente, maior a intensidade do processo de introdução de ciência e tecnologia na agropecuária, ao que Ploeg chama, de domínio do capital sobre o processo de trabalho agrícola.

A relação entre exploração familiar e exploração capitalista envolve uma intensificação da relação de mercadorias na reprodução de tal modo que a força de trabalho é mobilizada através do mercado e não do grupo doméstico. Entretanto, enquanto considerações sociais e condições técnicas resistirem a essa

transformação, o contexto geral econômico da produção simples de mercadorias é perfeitamente compatível com a produção capitalista. Porém, o conjunto da exploração camponesa, resistente à comercialização, na continuação de sua existência, deverá decompor-se para produção capitalista ou produção simples de mercadoria (FRIEDMANN, 1980). A autora ainda afirma que, a produção simples de mercadorias ocorre quando a empresa familiar está vinculada de forma parcial à divisão social do trabalho e não realiza a produção ampliada. Na produção simples não há geração de mais-valia (lucro) no processo de produção, ao passo que, na produção ampliada ocorre geração dessa mais-valia. Assim sendo, confirma que é possível que, tanto a produção simples quanto a ampliada, possam coexistir em uma sociedade que possui o mesmo modo de produção (capitalista).

Navarro (1987) trabalha na ótica de que os obstáculos apontados ao desenvolvimento capitalista na agricultura, originam-se na distinção básica entre o caráter biológico essencial à produção agrícola e outros processos produtivos, o que abre tempos diferenciados no circuito completo de produção agrícola, com repercussões negativas à consolidação da empresa capitalista. Como a produção agrícola incorpora dimensões biológicas que, concretamente, significam a ociosidade do capital constante e a interrupção do uso da força de trabalho no processo produtivo, estas peculiaridades afetariam inevitavelmente a taxa de lucro, pois estes intervalos no processo de produção não criam nem valor nem mais-valia.

Nesse aspecto Mann & Dickinson (1987) responsabilizam as diferenças entre tempo de produção e o tempo de trabalho como a origem dos obstáculos com que a empresa agrícola capitalista se defronta e, conseqüentemente, abrindo espaço à sobrevivência da unidade familiar. Os autores, apoiados em Marx, expõe um dos aspectos mais controvertidos da teoria do desenvolvimento capitalista, onde a pequena produção seria um estágio transicional no desenvolvimento do capitalismo mundial. Já, em relação às teorias não-marxistas, sobre as unidades de trabalho familiar, uma das mais categóricas críticas é a que considera o comportamento econômico nessas unidades abstraído e isolado da totalidade contextual das relações econômicas e sociais. Marx, se referindo aos obstáculos do desenvolvimento capitalista, em sua teoria do valor-trabalho, afirma que o valor de troca é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo.

Mooney (1987) corrobora com as afirmações feitas por Mann & Dickinson de que a não-identidade dos tempos de produção e de trabalho é considerada

impeditiva ao desenvolvimento capitalista, bem como, o caráter perecível das mercadorias também é considerado como incompatível com as exigências da produção capitalista. No entanto, o autor relembra que o desenvolvimento capitalista na agricultura pode se arquitetar de formas sutis e disfarçadas no estabelecimento de novas formas de produção. Segundo ele, essa vertente está explícita na clássica obra de Kautsky, em “A Questão Agrária” e, dessa forma, Mooney relata que o desenvolvimento capitalista não pode ser vislumbrado apenas em termos de trabalho assalariado. Sobre o tempo de produção *versus* tempo de trabalho, a pesquisa científica apresentaria um papel importante na dedicação à invenção de métodos que reduzem a preponderância do tempo de produção sobre o tempo de trabalho. Além disso, o autor nota que o capitalismo em si não estaria sozinho nessa busca de maior harmonia entre tempo de produção e tempo de trabalho. Ou seja, que em qualquer forma ou tipo de produção, o homem se esforçará para reduzir esses tempos.

Mooney reafirma Mann & Dickinson, onde o trabalho assalariado seria o critério fundamental da agricultura capitalista. No entanto, o autor faz o contraponto afirmando que a lógica dessa tese exige que as medidas de variância em necessidades de mão-de-obra sejam, historicamente, anteriores às medidas de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, mercadorias que não tem identidade de tempo de trabalho e tempo de produção, irão mostrar grande flutuação nas exigências mensais de mão-de-obra. Seguindo, Money observa que o capital também penetrou em mercados de produtos perecíveis e, que essa ênfase, também negligencia o fato de que os pequenos produtores raramente se mostram dispostos a assumir o risco de estocarem seus gêneros perecíveis. Assim, frutas e legumes bem como o leite e as aves, encontrarão um obstáculo na perecibilidade e, nem por isso, deixarão de ser absorvidos pelo capital. Portanto, o que se observa seria uma tendência geral para a redução do tempo de trabalho, o qual é acompanhado não por um aumento da presença do trabalho pago, mas por uma redução desse tipo de trabalho. Sob esse enfoque, parece que a identidade entre tempo de trabalho e de produção não é o caminho para a penetração do capitalismo. Ao contrário, pode constituir uma barreira a essa penetração, na medida em que permite o uso mais eficiente de uma oferta estável de mão-de-obra familiar.

A idéia de agricultura familiar no Brasil não se vinculava, na época de sua concepção, de forma geral, ao progresso social, à melhoria das condições de vida,

de ampliação de recursos econômicos, ou seja, comungava-se da noção dominante sobre essa agricultura familiar como algo inferior, atrasado, ignorante e com poucas possibilidades de sobrevivência, não merecendo, portanto, a atenção do Estado no sentido de dirigir a ela políticas de estímulo e incentivo.

Sacco dos Anjos (2003) faz uma abordagem dos enfoques atuais, onde centra seu foco no marco da “modernização” da agricultura, tida como a forma mais apropriada ao processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, trabalha na análise das especificidades da agricultura camponesa, bem como seu processo de evolução sob essa ótica de modernização. A sorte de qualquer política nacional e assentada sobre o modo de produção capitalista, a agricultura familiar vai mostrando seu papel ao Estado, seu poder de resistência e adaptação, bem como o de “amortizador” das contas nacionais. Para o autor, o atual paradigma assentado no modo de produção capitalista, denota que a existência desse ator social torna-se importante, levando-se em conta as estratégias de apropriação e transferência de riscos, inerentes à atividade primária. Ao contrário, do que se refere nos enfoques clássicos, o camponês não seria um entrave nem uma forma de transição para se chegar a um modelo pleno de agricultura.

Abramovay (1992) destaca a importância da unidade de produção familiar quando coloca: *“...é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”*.

O autor segue e procura examinar os argumentos que consideram a agricultura, fundamentalmente, bipolarizada entre aqueles que a dominam por completo (processos) e, de outro lado, uma infinidade de pequenos estabelecimentos (produtos) com expressão econômica cada vez menor. Nesse aspecto, vem à tona a discussão entre o que seria familiar, patronal, grande e pequeno, pois quase sempre se associa a agricultura familiar à pobreza e precariedade. O autor ainda se refere à determinação da natureza social do estabelecimento apenas pelo tipo de trabalho nele realizado, afirmando, no entanto, que é preciso se levar em conta o tipo de “relação com a terra”. A questão da estrutura agrária “bimodal” é tratada de forma bem pragmática acerca do papel exercido pelos grandes estabelecimentos *versus* o modelo de agricultura familiar e seus desdobramentos nas diversas funções exercidas por essa agricultura. Portanto, o fenômeno central recai sobre a base da unidade familiar que gerencia boa parte do

próprio processo produtivo. O autor ressalta que a agricultura familiar, enquanto classe e ator sociais, necessitaria de um melhor planejamento a longo prazo na busca de um processo de desenvolvimento, soberania e autonomia, desde que essa pauta fosse colocada como prioritária nos planos, programas e projetos nacionais. Nesse particular, pode-se trazer a discussão dos mercados onde se trabalharia na ótica de desenvolvimento local e regional, promovendo e estimulando o comportamento cooperativo e de redes (*network*) para que o conjunto de agricultores consiga obter um maior poder de barganha junto a esse mercado, ocorrendo, conseqüentemente, uma pulverização e descentralização dos grandes grupos comerciais.

A agricultura familiar enquanto diversidade de sistemas deve integrar-se e adaptar-se para ter condições de suportar as tensões, como grupo social, causadas entre o que se pode e o que se deseja ser, e o que a sociedade cobra de seus comportamentos. Portanto, integração e adaptação são exigências para a realização das “agriculturas familiares”. Se as estruturas produtivas das agriculturas familiares fecham-se sobre si mesmas, torna-se impossível desenvolverem suas capacidades produtivas por falta de insumos, aqueles os quais não são capazes de produzir; por outro lado, se o desenvolvimento dessas capacidades produtivas põe-se em função exclusiva da dinâmica do mercado, certamente se divorciarão das necessidades sociais e perderão suas próprias razões de serem, suas identidades próprias. Por essa razão o lucro não é a lógica das produções familiares, mas uma componente dessa lógica, uma vez que se torna necessário encontrar para suas continuadas existências, enquanto agriculturas familiares, um ponto de convergência entre o atendimento das necessidades sociais sem, no entanto, descuidarem-se da rentabilidade de suas atividades produtivas.

Para se determinar a estratificação social das explorações agrícolas a tempo completo e parcial, além do limite territorial da exploração, concorre também a situação externa do mercado de trabalho e as oportunidades econômicas gerais que se apresentam aos trabalhadores agrícolas. Dito de outra forma, a consolidação da exploração familiar a tempo parcial se dá muito mais pelo modelo econômico desenvolvido pela sociedade na qual a exploração familiar está inserida do que pela limitação de área.

A agricultura familiar, a exemplo da agricultura capitalista, responde aos estímulos provocados pela ciência e tecnologia, isto é, são receptivas e adotam

práticas agrícolas inovadoras, umas mais que outras, dependendo das ambiências interna e externa. Entretanto essa vontade em inovar, por parte do agricultor familiar, devido a movimentos de preservação e conscientização da sociedade em seu entorno, e também a sua, está percebendo com mais clareza que perder seu patrimônio sócio-cultural e permitir a degradação da ambiência natural, pela aceleração vertiginosa da revolução pós-moderna, é um risco que o triunfo total da ciência apresenta e, que inclusive, pode resultar na total desaparecimento da agricultura familiar.

As unidades de produção familiares, que tem seus negócios geridos por membros da família, residentes ou não na unidade de produção, mas cujas explorações agrícolas são realizadas por um administrador ou funcionários, ambos assalariados; e, que esse assalariamento é feito não por imperativos técnicos (sazonalidade da produção, mão-de-obra familiar insuficiente, etc.), mas como estratégia econômica para extração da mais-valia, lógica própria do capitalismo, são empresas, apesar de familiares, capitalistas. O fato de, juridicamente, não serem Cia. Ltda. ou S.A., não é um impedimento para torná-las não capitalistas. O que as torna capitalista ou não, é sua lógica de produção e reprodução social, ou seja, é o comportamento das empresas que procuram maximizar sua utilidade (lucro) sujeitas aos condicionantes da tecnologia e dos recursos disponíveis.

Wanderley (1999) postula que o que caracterizaria o estabelecimento familiar camponês é o sistema policultura-pecuária, vislumbrando ainda nesse aspecto, algumas características mais subliminares desse sistema de produção, que seriam as forças produtivas não-transferíveis e o tempo de não-trabalho desse agricultor. A autora perspectiva a noção do horizonte das gerações no que se refere ao processo de transmissão da terra, bem como, outras dimensões que complementariam essas peculiaridades, como a questão da valorização de um meio natural e a idéia de unidade de habitação desses estabelecimentos familiares. Adiante, Wanderley faz referência às formas modernas de agricultura familiar inseridas no contexto dos mercados e agroindústrias, onde se percebe uma racionalidade própria desses agricultores, alocados em realidades distintas de outros grupos. Ela considera que a agricultura familiar necessita de níveis “mínimos vitais” para que as fragilidades do sistema não venham a desestabilizar essa forma de produção e, nesse particular, a ameaça à autonomia e a precariedade são elementos a serem analisados, pois os processos migratórios estariam envolvidos em dois aspectos básicos (a esperança e

o fracasso).

Não é intuito do presente trabalho de pesquisa contestar o modo de produção capitalista, o que se pretende argumentar é que esse sistema, pelo menos na agropecuária, apesar de hegemônico não é homogêneo e, conseqüentemente, há espaço para uma exploração familiar com propriedade ou posse da terra, com características variando de acordo com sua ambiência natural, social, cultural e econômica, portanto, agriculturas familiares, mas todas com uma característica comum: o lucro não é a lógica de produção e reprodução, o lucro é um componente dessa lógica. Dito de outra forma, as unidades de produção familiar dedicadas à agropecuária não se constituem em um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponde a um modelo determinado. Assim, em uma mesma região, as explorações familiares se distinguem pela origem étnica, pela religião, pelos hábitos dominantes, pela colonização, pela distância da comunidade rural a qual pertencem até o centro urbano, pela atividade produtiva a qual se dedicam, entre outros fatores, que são capazes de caracterizar um grupo e, ao mesmo tempo, distingui-lo de outros.

2.2.3 Relações da agricultura familiar com o mercado

Friedmann (1978) compreende as unidades de produção como um grupo homogêneo totalmente inserido no mercado, ao passo que, Ploeg (1992) defende os agricultores familiares como uma categoria heterogênea, existindo diferentes graus de mercantilização entre os produtores. Friedmann ganhou destaque por trabalhar com o conceito de produção simples de mercadoria para analisar a reprodução das unidades familiares de produção, conceito esse, originalmente abordado por Marx.

Para Abramovay (1992) o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais, interessando apenas a produção de mercadoria e, elegendo, portanto, o critério econômico como sendo o predominante. Nesse contexto, nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade, fundamentalmente, econômica, defendendo o autor de que o camponês possui cultura e economia incompleta e parcial e, dessa forma, impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista. Ou seja, o camponês é a melhor definição de um resquício do sistema feudal, uma vez que essas sociedades camponesas são incompatíveis com

o ambiente econômico onde imperam relações, claramente, mercantis. Portanto, na sua concepção, o camponês é extinto, pois o agricultor familiar é um novo personagem diferente do camponês tradicional, o qual teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado, racionalizando, ao máximo, sua produção.

Na esfera da produção e reprodução, o produtor precisa coordenar as suas tarefas, traçando assim diversas estratégias para a organização do processo de trabalho e o desenvolvimento da produção agropecuária. Além dessa coordenação de tarefas com relação à organização do processo de trabalho, o produtor terá ainda que coordenar o domínio da esfera familiar com o sistema econômico institucional mais amplo. Segundo Sandrini (2005) esse é o caso, por exemplo, dos pecuaristas familiares que além das decisões com relação ao processo de trabalho que irão desenvolver em sua unidade de produção, terão que decidirem quais serão as relações socioeconômicas que irão manter fora da esfera da unidade de produção, como as relações de compra de insumo, venda da produção, participação em associação/cooperativa, necessidade de empréstimos e etc.

Portanto, para se estudar a organização laboral na exploração familiar, deve-se não somente analisar o trabalho realizado através da auto-exploração familiar, mas também o trabalho executado por serviços de terceiros. Da mesma forma, para se compreender realmente o que se sucede, em termos de classes sociais na exploração familiar, é necessário que se estude a inter-relação entre os estratos sociais e de exploração, e não identificá-los como um único estrato.

Os conceitos de heterogeneidade e graus de mercantilização são extremamente importantes para o estudo da pecuária familiar, pois por meio deste enfoque pode-se obter um auxílio no entendimento do caráter heterogêneo existente entre os pecuaristas. Algumas unidades de produção possuem alto grau de mercantilização enquanto outras, existentes na mesma região, possuem um grau de mercantilização menor (SANDRINI, 2005).

Dessa forma, um dos principais problemas encontrados no propósito de analisar a exploração familiar é a natureza heterogênea das situações englobadas sob esta denominação, principalmente, quando se aborda a exploração familiar a tempo parcial. Esse agricultor tanto pode ser um operário-agricultor, um profissional liberal urbano (explora uma pequena área aos fins de semana, como hobby e/ou complemento de renda), como um empresário que, em épocas adversas na

economia, investe na agricultura como forma de seguro de seu capital. Antes de estudar-se essa natureza heterogênea da exploração a tempo parcial, dever-se-ia analisar as razões que explicam sua aparição e de como se pode descrever seu desenvolvimento dentro do processo geral de evolução da agricultura nos países industrializados (ALEGRE, 1980).

A análise de Lamarche (1993) sobre a exploração familiar desenvolve-se sobre um eixo hipotético definido pelo grau de integração na economia de mercado. Desta forma, dependendo do grau de integração com o mercado há uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida, de representação e de manifestação. As extremidades desse eixo seriam representadas pela exploração camponesa, ou *Modelo Original* e pela exploração familiar, ou *Modelo Ideal*. A localização no referido eixo das explorações familiares dependeria de sua própria história e do ambiente específico no qual elas funcionam, bem como, a forma e o grau de inserção nesse ambiente. Isto é, os exploradores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem alianças em função da memória que guardam de sua história e de suas ambições para o futuro.

Nos países industrializados, conforme Lamarche (1993), muitos dos exploradores familiares desapareceram porque não puderam, quando foi preciso, modificar seu sistema de produção e adaptar-se às novas exigências de mercado, sem dúvida por serem muito dependentes do seu *Modelo Original*. Atualmente, alguns exploradores familiares estão em dificuldades, se diria até em processo de falência, porque não são mais capazes de pensar de outra maneira seu modo de produzir e viver; são os exploradores familiares que se encontram hoje desprovidos de praticamente todo seu patrimônio sócio-cultural, seja porque o renegaram, em todo ou em parte, seja porque seus pais, por diversas razões, não julgaram oportuno transmitir-lhes tais valores. Ao perder este patrimônio, eles perderam também um capital de conhecimentos através dos quais poderiam encontrar soluções alternativas. Portanto, segundo Lamarche, pode-se formular a hipótese de que, nas sociedades dominadas pela economia de mercado, quanto mais a exploração familiar estiver próxima dos modelos extremos menos ela poderá acomodar as restrições que se apresentam a essas sociedades e, por isso, mais dificuldades terá de assegurar sua reprodução.

Importante ressaltar que para Friedmann (1978) a agricultura familiar está integrada ao mercado de produtos, ou seja, a produção dos agricultores familiares

está sujeita as flutuações de preços e seus negócios geralmente são competitivos comparados aos estabelecimentos capitalistas. Ainda segundo Friedmann (1986) essa competitividade está atrelada aos custos de produção que são relativamente menores nos estabelecimentos familiares do que nas empresas capitalistas, pois nestas unidades familiares de produção não há uma necessidade estrutural pelo lucro e existe uma flexibilidade de consumo. Outra constatação da autora é que um dos fatores que mantém a unidade familiar de produção competitiva é o fato de esta conseguir absorver o progresso técnico. Dessa forma, mesmo em uma situação de avanço do capitalismo, a agricultura familiar se adapta e se fortalece frente às mudanças do ambiente.

Quando se afirma que o lucro não é a lógica de produção, se está afirmando que aqueles tipos de agriculturas familiares, não são empresas agrícolas capitalistas, mas, por outro lado, ao afirmar-se que o lucro é uma componente de sua lógica de produção, se está afirmando que essas agriculturas são modernas e inseridas no mercado. Portanto, não se quer aqui fazer uma apologia à agricultura camponesa de Chayanov, pois a exemplo de Espinosa et al. (1994), entende-se que todas as culturas perdem, em algum momento, sua capacidade de reação e, a partir de então, estacionam no tempo e no espaço, se não tiverem capacidade de mover-se a outros entornos geográficos e/ou responder a novos estímulos sociais.

Segundo a Lei 11.326/96, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, se reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo, o qual representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implantação, execução e gestão de recursos. Conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto-Lei 1.946, em 28 de junho de 1996 cujos objetivos podem ser resumidos na proposta implícita de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de forma que lhes propiciasse o aumento efetivo da capacidade produtiva e da geração de emprego e renda. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação dos municípios, estados, governo federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. A agricultura familiar é responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e representa 40% do PIB na agropecuária. A agricultura familiar no Brasil reúne ao redor de 4,2 milhões

de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo e, no Rio Grande do Sul, as cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar respondem por 27% do PIB gaúcho (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006).

De acordo com o IBGE¹⁰ a agropecuária familiar reúne 13,78 milhões de pessoas, 77% do total de agricultores/pecuaristas e detém 85% dos estabelecimentos agrícolas do país. Os agricultores familiares são responsáveis por 38% das safras agrícolas e 30,5% das terras cultivadas.

Segundo a EMATER/RS (2003), levando-se em consideração a nova conjuntura da agropecuária nacional e as dinâmicas produtivas do meio rural, entende-se por “pecuarista familiar” aquele que tem o seu sistema de produção baseado na bovinocultura de corte associada ou não à ovinocultura, com a utilização de mão-de-obra essencialmente familiar, área total de campo até 300 hectares, reside na unidade de produção rural ou em aglomerado urbano próximo, 80 % da renda bruta anual advinda da exploração agropecuária e não-agropecuária, e renda bruta anual não superior a R\$ 40 mil reais. Esta categoria responderia por um rebanho estimado em torno de três milhões de cabeças no estado do Rio Grande do Sul e, de acordo com os dados da extensão rural, o número de pecuaristas gaúchos com este perfil chega a 40 mil famílias. Uma quantidade razoável, em torno de 10,5 mil famílias, encontra-se no extremo Sul do Rio Grande do Sul. A principal dificuldade enfrentada pela pecuária familiar é a deficiência na infra-estrutura, como estradas, moradias, saúde e eletricidade. O termo “pecuária familiar” ainda é desconhecido do grande público, pois sempre existiram apenas as classificações de pequeno, médio e grande, o que confundia o pecuarista familiar com os grandes criadores. Estes produtores, por terem como atividade principal a bovinocultura de corte, não se enquadram em programas de crédito para a agricultura familiar (RS Rural e PRONAF) por esta não ser considerada uma atividade da pequena unidade de produção, ou seja, porque a área total dessas unidades de produção ultrapassa o limite de quatro (4) módulos fiscais. Ainda segundo a EMATER/RS, essa categoria de produtores raramente foi beneficiada com propostas de políticas públicas e quase sempre permaneceu dispersa, desorganizada e à margem do processo de contemplação dessas políticas. Este estrato de produtores situa-se, principalmente, nas regiões da Campanha/Fronteira Oeste, Central, Campos de Cima da Serra e

¹⁰ IBGE (2007). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

Metropolitana.

Dessa forma, a pecuária familiar no estado do Rio Grande do Sul, mostra-se como um objeto de estudo a ser investigado no sentido de caracterizar essa categoria social, particularmente, do município de Bagé/RS na região da Campanha Meridional, no que tange às suas características de atividade produtiva principal, estrutura e organização da mão-de-obra, tamanho em área do seu estabelecimento rural, moradia no campo e, conseqüentemente, do seu sistema de produção, bem como considerações sobre suas possibilidades de inserção no mercado e o acesso aos recursos financeiros e tecnológicos.

Dar significados diferentes aos conceitos de agricultura/pecuária familiar, camponês, unidade de produção familiar e exploração familiar não é o objetivo desse estudo, no entanto, afirma-se que é de suma importância ter-se realizado uma revisão teórico-conceitual acerca dos temas convergentes, bem como, paralelamente, ter-se abordado aspectos do processo de modernização tecnológica e grau de mercantilização, relacionados ao caráter familiar de produção na agropecuária, de forma a melhor compreender as diversas realidades e tomadas de decisões dos produtores, em função de seus ambientes social, econômico, ecológico, cultural, tecnológico, ético e político em que se desenvolvem e se encontram inseridos.

Sob a égide da agricultura familiar, destaca-se que a pecuária familiar seria uma derivação daquela categoria, sendo que a mesma apresenta características similares àquela e, ao mesmo tempo, especificidades distintas em relação à produção na agricultura. Ou seja, seus sistemas de produção atendem a aspectos de área, produto, ciclos de produção e etc., peculiares à pecuária e que necessitam ser levados em conta na análise de propostas de políticas públicas e em pesquisas agropecuárias no âmbito das instituições. Dessa forma, procurar-se-á no capítulo 3 esboçar essas especificidades e localizar a pecuária na esfera mundial, nacional, procurando demonstrar sua importância enquanto atividade de relevante contribuição para a fixação do homem no campo e no desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis.

3 A PECUÁRIA FAMILIAR: SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

Nesse tópico, procura-se realizar um resgate da pecuária enquanto atividade produtiva situada em âmbito mundial, nacional, macro e micro regional, fazendo um apanhado amplo da estrutura e da conjuntura, bem como, uma abordagem relacionada ao modelo de modernização tecnológica da agricultura no Brasil e, conseqüentemente, no estado do Rio Grande do Sul. Aborda-se a questão histórica de formação da pecuária de corte no RS, bem como, faz-se um resgate do gaúcho enquanto agente social de transformação inserido nessa realidade local. Finaliza-se com uma abordagem holística e sistêmica da pecuária de corte, priorizando o enfoque sobre os sistemas de produção familiares e suas formas estratégicas de reprodução e manifestação para o entendimento de racionalidades e decisões próprias do pecuarista familiar.

3.1 A pecuária de corte no contexto mundial e nacional

Atualmente o mundo vem passando por intensas e profundas transformações que se estendem às mais diversas e variadas esferas, sejam elas, econômica, cultural, social e/ou tecnológica, o que tem gerado novas tendências e visões de mundo, seja no âmbito da pesquisa, da ciência e da tecnologia, seja no âmbito político, institucional e mercadológico. E essas transformações, advindas do processo de globalização, vêm ocorrendo de forma a modificar, para melhor ou para pior, a vida das pessoas e dos sistemas de produção ao qual estão inseridas, dentro da dinâmica do mundo do trabalho.

Essas transformações ocorridas no setor primário frente à globalização, também trouxeram o seu lado nocivo, como a exclusão de muitos produtores do processo produtivo, principalmente os de menor porte, em face de suas incapacidades de atenderem às exigências como: (a) a grande escala e (b) a padronização de produtos e processos. A elevação dos custos sociais e a destruição dos recursos naturais também fazem parte deste novo cenário.

Para minimizar os efeitos indesejáveis da globalização e da modernização da agricultura sobre as regiões rurais, nos últimos anos, especialmente na Europa, tem ocorrido uma mudança de uma lógica fundamentada na “produtivista” para uma

lógica de “agricultura multifuncional”, baseada na existência de: (a) uma demanda diversificada; (b) de oportunidades ligadas às transformações das funções das áreas rurais (agricultura de serviço); (c) de relações com o ambiente (agricultura sustentável); e (d) dos objetivos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Tomando-se ciência das atuais formas de produção predominantes nos mais variados países, com suas particularidades e fragilidades, aponta-se que a pecuária é uma atividade de substancial relevância na economia mundial e que seus produtos (carnes, leites, couros, ovos, óleos, etc.) continuaram a ser importantes na vida do ser humano.

Serrana (2004) afirma que a carne é um dos alimentos mais completos e seu valor nutritivo é sempre alto (qualquer que seja a fonte, seja ela, bovina, ovina, suína, aves, peixes, etc.), razão para ser um alimento consumido em todo o mundo. Cada país ou região tem suas preferências por esse ou aquele tipo de carne, mas não deixando de estarem presentes na alimentação dos mais variados povos. O ser humano necessita em sua dieta, quantidades adequadas de alimentos tanto de origem animal quanto vegetal e, a carne, deverá estar sempre presente se desejar-se ter uma dieta balanceada e saudável que possa suprir as necessidades essenciais de crianças, jovens e adultos.

Segundo Mielitz Netto (1994) os sistemas de produção gerados a partir da Inglaterra, para os países sob sua influência, eram de baixo dinamismo tecnológico, enquanto que, nos Estados Unidos, a partir da década de 30 passou a ocorrer uma verdadeira revolução na produção de carne, desde as unidades de produção rural até a industrialização. Essas transformações impactaram o mercado mundial, alterando a oferta qualitativa e quantitativa, bem como seu ciclo, além de provocar modificações na demanda através da mudança de padrões dos produtos, dos hábitos, dentre outras. Diferentemente da Inglaterra que detinha o controle comercial e financeiro do comércio mundial de carne, os Estados Unidos são, simultaneamente, o maior produtor, consumidor, importador e um dos grandes exportadores. À medida que produz internamente suas necessidades e influencia fortemente o mercado internacional de grãos, determina, produtivamente, o controle do mercado de carnes.

Do ponto de vista tecnológico, passaram a coexistir, internacionalmente, dois tipos de pecuária “mais moderna”. De um lado, aquela derivada dos moldes ingleses, de base pastoril, que em países como Austrália, Nova Zelândia, Argentina,

Uruguai e, em parte significativa na região Sul do Brasil, baseiam majoritariamente a alimentação do gado no pastoreio direto nos campos, que sofrem melhorias por adubação, introdução de espécies forrageiras, etc. E, de outro, a chamada pecuária industrial, onde os animais são mantidos em áreas reservadas, onde o alimento lhes é aportado sob diversas formas, como vegetais verdes ou secos, rações, concentrados, suplementos, subprodutos industriais, etc. Tem-se, portanto, a bovinocultura praticada em moldes extensivos, baseada na espontaneidade da produção animal a partir do pastoreio da vegetação nativa, com pouco atendimento sanitário, na qual a participação do produtor se limita a, uma vez ao ano, vender o gado obtido de um processo rudimentar, quase extrativista. E, tem-se também, no outro extremo, a bovinocultura intensiva praticada em currais ou estábulos, protegendo os animais do nascimento ao abate, fornecendo-lhes alimentos, antibióticos, etc., segundo a determinação de uma equipe de profissionais qualificados que padronizam qualitativamente a produção, adequando-a à demanda (MIELITZ NETTO, 1994).

De acordo com Potensal (2004) apenas a Índia, por questões religiosas e, portanto, sem fins comerciais, supera os maiores produtores mundiais de carne bovina, apresentando, com isso, em termos de efetivo, um rebanho superior que gira em torno de 320 milhões de cabeças. Atualmente o Brasil apresenta um rebanho em torno de 200 milhões de cabeças (figura 7).

Os principais consumidores mundiais de carne são a China e os Estados Unidos. Há vinte anos, os Estados Unidos lideravam o mundo com uma ampla margem. Todavia, após as reformas econômicas na China em 1978, a economia chinesa quadruplicou em duas décadas e a produção de carne disparou. Em 1999 a China já consumia 55 milhões de toneladas de carne, contra 34 milhões de toneladas nos Estados Unidos. Com a produção de carnes crescendo mais rapidamente na China do que nos Estados Unidos, essa margem poderá se alargar ainda mais durante esta década (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2007). Ainda segundo a mesma fonte, nesse contexto, analisando os sistemas de produção pecuários, a produção de carne bovina se mantém em crescimento lento desde a década de 1990. Os Estados Unidos, o principal país produtor, se mantém na faixa dos 12 milhões de toneladas. O Brasil, segundo maior produtor, apresenta elevação gradual passando dos 6,1 milhões de toneladas em 1999 para 8,8 milhões de toneladas em 2005 e, ainda, apresenta potencial de mais crescimento. Em

seguida aparecem a União Européia e a China como grandes produtores mundiais. No entanto, o consumo nacional anual, *per capita*, gira em torno de 37 kg. Enquanto a produção brasileira evoluiu, o consumo *per capita* está praticamente estagnado, principalmente quando comparado com os países desenvolvidos. Por sua vez, as importações que, em 2000, foram de quase 100 mil toneladas, apresentam recuo desde então, tendo sido registrado 50 mil toneladas em 2005.

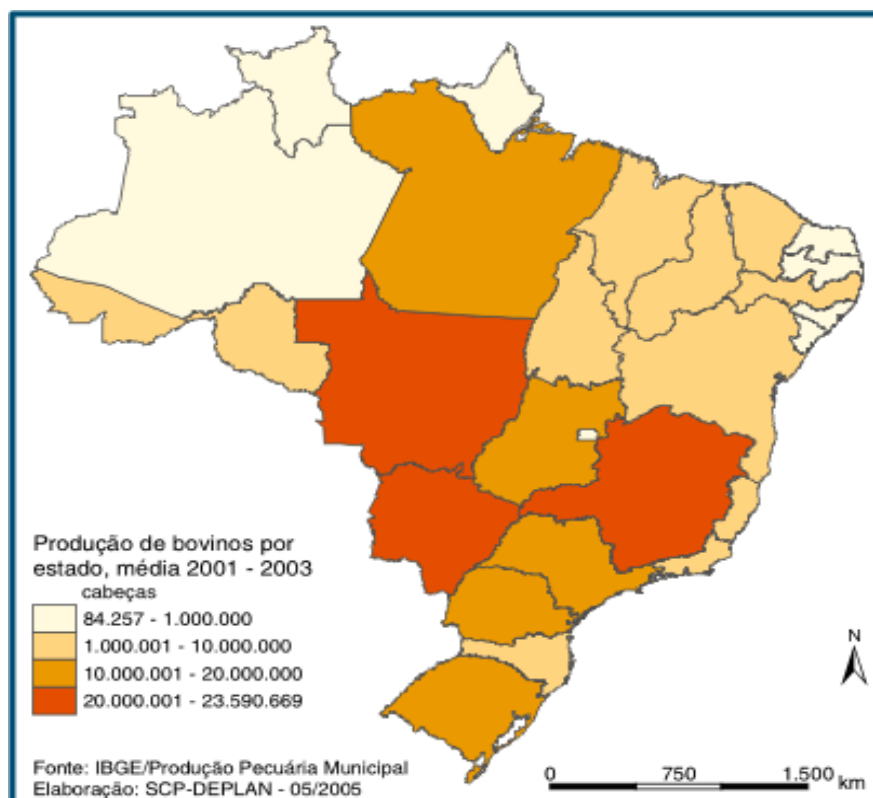


Figura 7. Efetivo de bovinos no Brasil.

Fonte: IBGE, PPM (2005).

Constata-se que cinco estados brasileiros detêm 54% do rebanho bovino do país, que são: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul (ANUALPEC, 2004). E, levando-se em consideração, as regiões brasileiras, pode-se afirmar que o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste são responsáveis por 85% do total do Brasil no que tange à pecuária de corte. Na figura 8 pode-se observar o efetivo do rebanho bovino gaúcho.

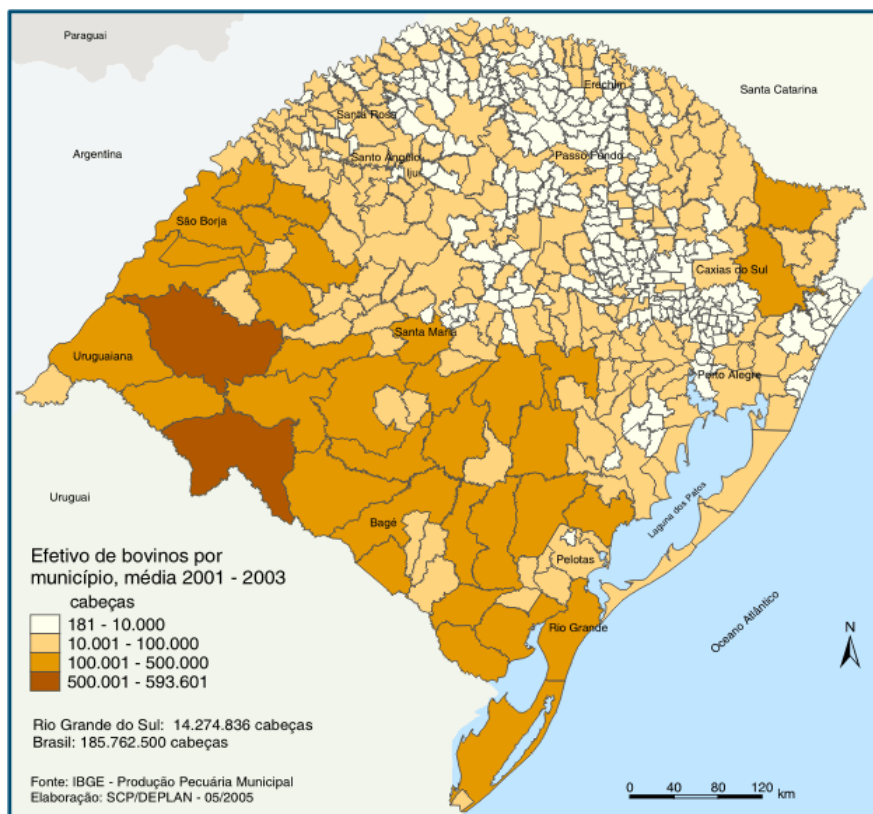


Figura 8. Efetivo de bovinos no RS.

Fonte: IBGE, PPM (2005).

Segundo a Embrapa (2005) dos 196 milhões de cabeças de bovinos, a maior parte da produção de carne bovina, 3,9 milhões de toneladas se dá nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, cujos rebanhos, predominantemente zebrúinos, somam, aproximadamente, 90 milhões de animais. Uma outra parte importante da produção, 1,3 milhão de toneladas, se dá na região Sul, que possui um rebanho em torno de 30 milhões de animais (17% do efetivo nacional) de variados graus de genética taurina britânica, sendo que desses, 16 milhões (8%) encontram-se nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde no estado gaúcho predomina os sistemas extensivos de criação a pasto, nos quais a alimentação dos animais, na maioria dos casos, não inclui grãos que podem ser consumidos diretamente pelo ser humano, sendo esta situação a principal diferenciação de característica da produção brasileira, consideradas as demais regiões do país. O restante do efetivo do rebanho bovino é representado pelas novas fronteiras de produção no país, nomeadamente, a região Norte. Na região da Campanha Gaúcha houve a manutenção da população de bovinos nos últimos quinze anos, sendo que essa constatação pode ser um indicativo de que a produção pecuária na região em questão esteja ameaçada, uma

vez que está sendo substituída por culturas agrícolas e florestais não nativas de questionável sustentabilidade.

Nota-se que o Rio Grande do Sul não tem conseguindo enfrentar a concorrência de alguns pólos mais recentes na criação de bovinos, como, por exemplo, os estados da região Centro-Oeste, no que diz respeito à atividade de exportação de carne bovina, que, pelas exigências do mercado externo, requer uma maior qualificação no processo produtivo (padronização de carcaças, por exemplo) do que a produção para o mercado interno. Enquanto a participação do Rio Grande do Sul no total de exportações em 1990 era de 22%, em 2002 caiu para menos de 6%. Esse “espaço” perdido pelo estado gaúcho foi ocupado, além de São Paulo, pelo Paraná e pelos estados da região Centro-Oeste.

O perfil da pecuária na região da Campanha do Rio Grande do Sul privilegia a terminação de animais para abate. Esse enfoque de produção, somado à falta de um manejo adequado para fêmeas em recria, compromete a renovação do rebanho. A baixa taxa de natalidade e os atrasos nos partos promovem uma menor produção de carcaças, o que prejudica a seleção para o abate após a terminação. Nesse sentido, a pesquisa tem focado seus trabalhos com base em campo nativo e em sistemas alimentares que proporcionem melhor crescimento dos animais, procurando, com isso, preservar a composição campestre e provocar menor desgaste do solo, bem como, diminuir o custo de produção da atividade (EMBRAPA, 2005).

A pecuária de corte no Brasil pode ser analisada sob duas características específicas: a diversidade e a descoordenação. A diversidade se configura na grande variedade de raças, sistemas de criação, de condições sanitárias de abate e de formas de comercialização. A descoordenação é estabelecida pela baixa estabilidade nas relações entre produtores, frigoríficos, atacadistas e varejistas. As relações entre os vários segmentos da cadeia são efetivadas via mercado, na maioria dos casos, facilitadas pela consideração da carne bovina como *commodity* (produto comum). O principal fator que induz a tal forma de organização é a baixa especificidade dos produtos transacionados.

Uma constatação que contraria o senso comum é o envolvimento de um enorme contingente de agricultores familiares dedicados à pecuária de corte. Já em 1985, 68% dos estabelecimentos rurais no país, em que esta era sua atividade principal, tinham menos de 50 hectares, apesar de deterem apenas 16,7% do

rebanho. No outro extremo, as unidades de produção superiores a 500 hectares detinham 66,49% da área, representavam 3,66% do universo de estabelecimentos dedicados à pecuária e possuíam 45,6% do rebanho. Isso evidencia que não é, necessariamente, verdadeira a identidade que se estabelece entre a pecuária e as grandes unidades de produção, apesar de caber a estas a maior parcela pelo abastecimento de carne no mercado. Outra constatação é a de que, partindo de uma pecuária praticada em moldes extensivos por todo o país, as inovações tomaram trajetórias diferentes e, às vezes, complementares segundo as diferentes regiões. No Rio Grande do Sul, é mais freqüente a produção em ciclo completo e, as inovações, basearam-se no cultivo de pastagens forrageiras, principalmente de inverno para apascentamento a campo. Já no estado de São Paulo, as inovações mais expressivas dizem respeito à terminação dos animais em regime de confinamento, utilizando-se de subprodutos industriais, culturas vegetais como cana-de-açúcar, milho, capineiras, etc. Mesmo aí e nas regiões do Centro-Oeste, os melhoramentos na capacidade de suporte das pastagens são absolutamente diferentes em termos de requisito de investimento e manejo fito-zootécnico em relação àqueles possíveis no RS (MIELITZ NETTO, 1994).

Na bovinocultura de corte, as alianças mercadológicas podem ser definidas como um compromisso estabelecido entre os segmentos de produção, abate/processamento e distribuição, que tem como objetivo ofertar um produto com atributos de qualidade que a diferencie da carne comum – *commodity* – disponível no varejo. Assim, trata-se de uma relação diversificada entre a indústria de insumos, a produção agropecuária e os frigoríficos, que pode ser claramente identificada como um exemplo de cadeia produtiva, que tem como foco a oferta à população de um produto de origem animal.

Os mercados ainda são considerados como o principal meio para a coordenação e para o estabelecimento de estruturas de aliança e de comercialização. No entanto, com a complexidade da economia atual, a diversificação da produção, a emergência de novos paradigmas tecnológicos e uma série de mudanças nos processos e sistemas de produção, alguns postulados foram distanciando-se da realidade e novas perspectivas de compreensão do funcionamento das unidades de produção agropecuárias (em especial as familiares) se tornaram necessárias, nomeadamente, por exemplo, na dinâmica do cooperativismo assumindo papel importante nessa nova reestruturação da economia

e da produção.

O comportamento dos mercados da pecuária modificou-se com o passar do tempo e a segmentação do processo produtivo em etapas, bem como os avanços tecnológicos, proporcionaram maior controle da produção por parte dos produtores mais capitalizados. Dessa forma, pode-se verificar que a pecuária de corte vem passando por um processo de modificação que inclui aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais relativos à mudança na racionalidade das decisões dos atores que lhe são pertinentes, bem como nas suas relações com os demais setores da economia. Como em todas as demais atividades, principalmente as agrícolas, esse processo não é universal e nem homogêneo, promovendo a diferenciação entre os agentes envolvidos.

A pecuária é um sistema (figura 9) constituído por uma seqüência de etapas interdependentes (cria – recria – engorda), que exigem diferentes manejos, fazendo com que cada etapa constitua-se quase que como linhas diferenciadas de produção, portanto, com possibilidades diferenciadas de inovações (MIELITZ NETTO, 1994). A produção pode ocorrer com as etapas sendo realizadas no mesmo estabelecimento (integração horizontal) ou, separadamente, havendo uma especialização maior em uma destas etapas.

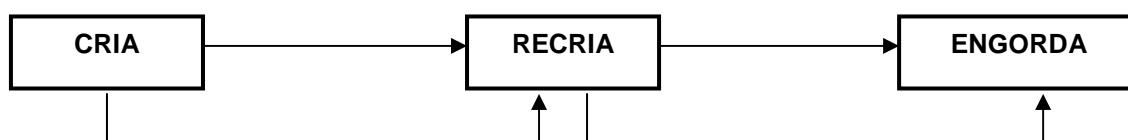


Figura 9. Ciclo da produção pecuária.

Na cria, a eficiência depende da fecundidade da vaca, da extensão da vida reprodutiva, de sua aptidão materna, do custo de produção do rebanho, da qualidade dos terneiros, da resistência às doenças, do menor intervalo entre partos, da conversão alimentar, etc. Na recria, os animais desenvolvem sua estrutura corpórea, com a conformação plena de seu esqueleto. Na engorda, o animal desenvolve massa muscular e acumula reservas de gordura, sendo sua eficiência medida pelo resultado em carne produzida, que vai depender da aptidão genética de conversão alimentar, da qualidade nutricional dos alimentos, dos aspectos ambientais, do manejo zootécnico, dentre outros fatores.

Essa atividade, no estado do Rio Grande do Sul, é explorada predominantemente de forma extensiva, baseada essencialmente no campo nativo. Como a produção de forragem é determinada pela composição botânica, condições de solo e, preponderantemente, pelo clima, esta apresenta um caráter estacional, delimitando períodos de ganho de peso (primavera-verão) e de posterior perda de peso dos animais (outono-inverno). O ciclo estacional da produção de forragem acaba por determinar a estacionalidade nos abates bovinos, causando flutuações nos preços.

Segundo Zeni (2001) na atividade de pecuária de corte é necessário o uso de suplementação alimentar, ocorrendo variações de quantidade e qualidade, em função do tipo de rebanho e do objetivo da criação, bem como, do nível tecnológico empregado na atividade. Essa suplementação inclui sal comum, sal mineral, uréia, calcário e ração balanceada. O fornecimento de sal é praticamente indispensável, visto que as forrageiras não conseguem suprir, totalmente, as necessidades básicas de minerais dos animais. O sal pode ser comum (hipoclorito de sódio) ou combinado com outros minerais que aumentam a eficiência orgânica dos animais e proporcionam carne de melhor qualidade organoléptica. O sal comum é proveniente da extração marinha, apenas triturado e ensacado para transporte. Já o sal mineral é produzido em diversos locais e consiste basicamente em adicionar ao sal comum, outros minerais que favorecem o desenvolvimento dos animais. Alguns produtores adquirem o sal comum e o *premix*, separadamente, e realizam a mistura na própria unidade de produção, utilizando diversas combinações de quantidades em função do preço do boi gordo, do preço do sal mineral ou da disponibilidade de caixa. O *premix* é uma mistura de diversos minerais que são necessários para os animais, excluído o sal comum, o que favorece o transporte pelo menor volume desta mistura, visto que o sal comum é o ingrediente com maior proporção na mistura final. No entanto, a suplementação mineral pode ser substituída pelo incremento de adubação no solo para produção de forragem.

Outras causas técnicas somam-se a essa deficiência alimentar cíclica, na tentativa de explicar a baixa produtividade do rebanho gaúcho, como a falta de um controle sanitário adequado (parasitos externos e internos), inadequação de certas práticas de manejo, o insuficiente sistema de controle e seleção genética dos animais, etc. Assim, as inovações tecnológicas desenvolvem-se nos planos sanitário, genético, alimentar e de técnicas de manejo.

Para atender essas demandas dos produtores, têm-se políticas públicas específicas, em nível nacional, nomeadamente, o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a qual busca apoiar essa forma social de produção com base em sistemas familiares.

Segundo o INCRA/SADE, o PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo é realizada pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação e utiliza o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado. A justificativa de se fortalecer a agricultura familiar é porque ela tem a capacidade em absorver mão-de-obra e responde por quatro em cada cinco empregos gerados no campo. Além disso, o setor é responsável por 26% do rebanho bovino (leite e corte), 37% da produção nacional de arroz, 66% do algodão, 69% do milho e 87% da mandioca e supera em eficiência a produção dos grandes agricultores em produtos como aves, suínos, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, tomate e café. Por tudo isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do homem do campo para a cidade.

Os esforços do PRONAF estão sendo direcionados para: (a) atuar em função de demandas estabelecidas pelos agricultores familiares e suas organizações; (b) estabelecer compromissos negociados, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; (c) viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, pesquisas, novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, profissionalização, dentre outros fatores; (d) possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura produtiva e social no meio rural; (e) agilizar os processos de trabalho, para que os benefícios do programa sejam rapidamente apropriados pelos agricultores familiares e suas organizações; (f) buscar participação dos agricultores familiares e de suas organizações em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do programa; (g) promover parcerias entre o poder público e o setor privado para o desenvolvimento de ações de apoio em longo prazo; (h) estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas ações de educação, formação, pesquisa,

produção, dentre outras, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações; e (i) garantir aos agricultores familiares a conquista da cidadania.

O PRONAF promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural) e a profissionalização dos agricultores familiares.

Diante dessa contextualização, a realização da atividade principal, a pecuária, desenvolvida com finalidade também mercantil, implica a realização de uma renda monetária, cuja natureza difere do lucro (mais-valia). Ainda que numa escala extremamente modesta, o acesso à unidade de produção assegura o domínio da família sobre as condições imediatas de produção. É do uso extensivo da terra e do trabalho de pastoreio que provém à geração do produto físico pecuário, através da proliferação dos rebanhos. Entretanto, a realização do produto físico não é acompanhada da contabilização monetária dos custos, visto que o desfrute da terra e o uso da mão-de-obra familiar não implicam em custos monetários diretos relevantes.

Apesar do processo de produção implicar a formação de um valor, o preço de venda não está determinado por esse valor. O preço é dado pelo mercado e pode até ser inferior ao valor realmente criado, porém haverá excedente, um lucro mercantil, se o preço superar os custos monetários de produção. Presume-se que não ocorre no estabelecimento rural, na grande maioria, qualquer atividade de processamento do produto pecuário (agregação de valor), o qual poderia mudar substancialmente os custos e as receitas.

No caso dos pecuaristas familiares do município de Canguçu/RS, pode-se observar que o sistema de criação implementado pelos produtores, com base na criação de gado de corte de forma extensiva, possui um caráter estratégico próprio da atividade pecuária, ou seja, uma forma de racionalidade produtiva própria, mas que não se mantém estática no tempo e no espaço. Isto pode ser verificado quando se observa que, na criação de gado de corte, não há uma época restrita para a venda do gado, como ocorre na produção de grãos. Desta maneira, se não há a necessidade irrestrita de renda proveniente da produção pecuária, este produtor pode deixar de comercializar o gado por mais de um ano agrícola (COTRIM, 2003). Ainda de acordo com o autor, se a pecuária é a principal atividade deste tipo de produtor, como é possível que este possa se reproduzir sem comercializar o gado?

Assim como o agricultor familiar, o pecuarista familiar também possui forte autonomia no que se refere à produção para o auto-consumo, além de apresentar, possivelmente, outras fontes de renda agrícola (produção de milho, feijão, etc.) e não-agrícola (aposentadorias, operário meio-turno da indústria, etc.).

Outro aspecto que deve ser considerado na identificação desse estrato social são suas relações com as atividades urbanas. Na medida em que a pecuária extensiva e os cultivos agrícolas de subsistência não ocupem integralmente a mão-de-obra do estabelecimento, surge a possibilidade dos membros da família estar inseridos em atividades urbanas, contribuindo para a renda familiar. Essa possibilidade, em tese efetiva, depende das circunstâncias como a proximidade aos centros urbanos e a oferta de oportunidades de ocupação, presumivelmente restritas.

Para se analisar a diversidade de formas de reprodução social dos pecuaristas familiares, é necessário que se tenha uma visão global do entorno social, cultural e ambiental onde os mesmos encontram-se inseridos. Grande parte das pesquisas, ao analisarem as unidades familiares, centra atenção em questões relativas à produção. Ou seja, esquecem-se de que essa unidade além de ser produtora de bens primários é, antes de tudo, o núcleo de uma família. Como ressalta Champagne:

(...) Haveria a tentação de crer que os filhos dos agricultores não assumem a atividade familiar só por razões essencialmente econômicas: para que um empreendimento seja assumido, bastaria que fosse economicamente rentável. Como, então, explicar que alguns empreendimentos que não são considerados 'rentáveis' pelos próprios agricultores, tenham, no entanto, um sucessor? (...) A preponderância indiscutível do fator econômico corre o risco, sabe-se, de ocultar fatores sociais que tornam possível a autonomia desta representação econômica da sucessão (CHAMPAGNE, 1986, p. 26).

Ao se apontar o entorno (a comunidade e a sociedade local) como fator decisivo nas ações e decisões que os produtores assumem nas formas de reprodução de sua unidade de produção familiar, observa-se que essa reprodução está relacionada também à identidade deste agente produtor.

(...) Significa pertença de atores sociais a uma condição social em relação a outros atores e outras condições sociais. Essa pertença é definida pela concepção geral ou visão de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com os outros e com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção, pelo espírito religioso e pelo sistema de reprodução biológica e social (GEHLEN, 1998, p. 56).

No que tange aos pecuaristas familiares, tem-se em vista que o ambiente (biótico e abiótico) é um fator preponderante quando se está referindo à reprodução deste sistema de produção. A região que originalmente era formada por savanas (vegetação arbustiva de pequeno/médio porte) foi se tornando campo, por intermédio, principalmente, da ação antrópica. Os solos rasos da região, de certa forma, determinaram um melhor desempenho à pecuária do que à produção de grãos e, é por meio da atividade pecuária, que as áreas de campo se mantêm até os dias atuais nessas regiões. Assim, pode-se dizer que o ambiente está intimamente relacionado com a reprodução social do pecuarista familiar, ao mesmo tempo em que este influi diretamente sobre a formação, manutenção e dinâmica deste ambiente (COTRIM, 2003).

Presume-se que os sistemas de produção da pecuária familiar sejam rudimentares e talvez pouco sustentáveis do ponto de vista econômico. Contudo, tendo em vista que o estabelecimento rural estaria em condições de garantir a segurança alimentar, uma atividade mercantil com baixo rendimento poderia sustentar-se por muito tempo, o que seria benéfico em certo aspecto, pois se trata de famílias que necessitam daquela atividade. O horizonte cultural desse estrato também tende a ser restrito, tendo em vista que o acesso a bens culturais é, presumivelmente, limitado, tanto pela baixa renda monetária auferida, na maioria dos casos, quanto pela escassez de oferta. Na caracterização dessas famílias, será conveniente, em trabalhos futuros, apurar o acesso aos serviços públicos e aos diversos aspectos de conforto e qualidade de vida. Indicadores ambientais devem ser difíceis de apurar, mas talvez seja possível ter noção do quanto os sistemas de produção aplicados prejudiquem ou não as condições do solo para seguir sendo útil ao pastoreio, bem como, seu papel de mantenedor de ecossistemas regionais no que tange ao equilíbrio e a qualidade da flora e da fauna.

Para o desenvolvimento socioeconômico da região da Campanha do RS é imprescindível que o pecuarista familiar receba apoio dos diversos órgãos da sociedade, quer público, quer privado. Esse apoio deve levar em consideração as aspirações e objetivos do pecuarista e da região, além da disponibilidade de tecnologias de produção, de recursos, de pesquisa, etc.

Se os objetivos diferem entre o pecuarista patronal e o pecuarista familiar, eles também podem ser distintos entre os grupos de produtores deste último segmento na conjugação de elementos ecológicos, sociais, econômicos e

tecnológicos. Em função dos seus objetivos e do contexto em que o pecuarista familiar está inserido, ele tende a adotar sistemas e tecnologias de produção não necessariamente idênticas aos dos demais produtores. Esse contexto é formado pela disponibilidade e tipo de recursos (terra, mão-de-obra e capital), pela situação dos preços de mercado, pelos seus conhecimentos de tecnologia de produção, pelas condições de comercialização e pelas suas tradições culturais. A pesquisa tecnológica tem desenvolvido diversas alternativas de produção para a pecuária ao longo das últimas décadas, muitas dessas alternativas estão sendo usadas pelos pecuaristas enquanto outras estão aguardando a sua difusão pelos órgãos de extensão para serem adotadas (ou não) pelos produtores. No entanto, nesse aspecto, um fator se mostra crucial. O modelo de pesquisa e de desenvolvimento é de suma importância na concepção e na noção de tecnologia e de inovação apropriadas à realidade dos pecuaristas familiares. Dessa forma, o papel da ciência deve ser a de geradora de tecnologias adaptadas e de acordo com os anseios e às demandas da região para que se promova o desenvolvimento local a partir de uma leitura criteriosa e sistêmica, construindo-se em conjunto essa importante interface entre a ciência e a sociedade. Assim sendo, tratar-se-á a seguir no item 3.2 a relação da ciência com o desenvolvimento da pecuária de corte do estado do RS.

3.2 O processo de formação e desenvolvimento da pecuária de corte gaúcha

Do processo histórico de formação da pecuária gaúcha, apreende-se que se torna necessário o resgate de acontecimentos pretéritos para que se possa, dentro de certos limites, entender a dinâmica produtiva de uma região, bem como, os processos desenvolvidos pelos mais diversos atores de uma determinada atividade produtiva, no caso a pecuária de corte. Ou seja, a análise do passado, a avaliação do presente e a prospecção para o futuro se mostram de fundamental importância quando se pensa em desenvolvimento de uma região e, o reconhecimento da necessidade de um resgate do processo histórico da pecuária na Campanha Gaúcha, contribuirá, de forma inestimável, ao entendimento das dinâmicas do mundo rural.

De acordo com Lazzarotto (1971)¹¹ uma das primeiras medidas que a coroa portuguesa adotou para ocupar e consolidar suas fronteiras no Sul do Brasil e

¹¹ Lazzarotto (1971) apud Sandrini (2005).

estimular a atividade pecuária foi a distribuição das sesmarias. Uma sesmaria equivalia ao redor de 13.064 hectares e o principal público beneficiado com essa concessão foram os militares que prestavam serviços à coroa e alguns tropeiros mais abastados que abandonaram a atividade predatória.

Segundo Fialho (2005) Portugal e Espanha tinham estratégias distintas de ocupação do território sul-americano; os portugueses procuravam garantir o espaço territorial por meio da introdução de imigrantes oriundos daquele país e, principalmente, de famílias açorianas. Espanha percebendo o avanço português precisava garantir sua parte do território, mas a escassez de recursos humano-militares e financeiros restringia sua ação de ocupação. Nos limites espanhóis próximos ao atual território rio-grandense (Paraguai), a ocupação dava-se em pontos estratégicos com o estabelecimento de reduções ou missões pela Companhia de Jesus. Ainda segundo o autor, foi nesse período, em 1680, que os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, fundação que, em parte, atendia aos interesses dos comerciantes portugueses que viviam em Buenos Aires, cidade de domínio espanhol. Com a fundação da Colônia, os portugueses quebraram o monopólio dos espanhóis no comércio de prata, oferecendo em troca açúcar, escravos e manufaturas inglesas, praticando uma atividade comercial ilícita e lucrativa.

A Colônia do Sacramento desempenhava relativa importância na demarcação do território, os portugueses tinham interesse estratégico-militar de conservação da área. Dada essa importância, este núcleo português foi várias vezes atacado e tomado pelos espanhóis. Pesavento (2002) relata que foi nesse período que os portugueses tomaram conhecimento da reserva de gado da *Vacaria del Mar*. Essa reserva surgiu com a reprodução dos rebanhos jesuítas abandonados por mais de quarenta anos (1640-1680) num ambiente selvagem sem a interferência antrópica. Esse grande rebanho de gado “xucro” (selvagem) despertou o interesse de vários grupos que caçavam os animais para extrair o couro e enviá-los para Buenos Aires ou Sacramento para posterior exportação para a Europa. Cabe salientar que, naquela época, a carne não tinha valor comercial na região, era apenas utilizada na alimentação da população e o excedente era descartado.

As primeiras sesmarias concedidas (figura 10) localizavam-se na região que vai de Tramandaí aos campos de Viamão, por volta de 1700. Em seguida surgem novas concessões na região da fronteira oeste, incluindo a região da Campanha

(FONTOURA, 2000)¹². No entanto, vários foram os momentos importantes no processo histórico e que se tornaram responsáveis pelo dinamismo econômico vivenciado pela região Sul do RS em épocas passadas. O primeiro momento refere-se ao ciclo do couro e da graxa; o segundo com o ciclo da carne; o terceiro com o ciclo da ovinocultura, que foi complementar a pecuária gaúcha; o quarto com o ciclo dos frigoríficos; e, o quinto, com o ciclo da modernização industrial com base nas vantagens locacionais dos portos de Rio Grande e Pelotas. O ciclo da courama e da graxa representou a primeira atividade econômica desenvolvida no Rio Grande do Sul. O gado deixado pelos jesuítas, e que, posteriormente, procriou-se pelos campos meridionais, chamou a atenção dos bandeirantes que por volta de 1680 passaram a capturar esse rebanho. Com a doação de sesmarias, objetivando fortalecer as fronteiras do território português, começou-se a formar as primeiras estâncias gaúchas, e com isso a atividade pastoril passou a representar a atividade econômica principal (CHELOTTI, 2006).

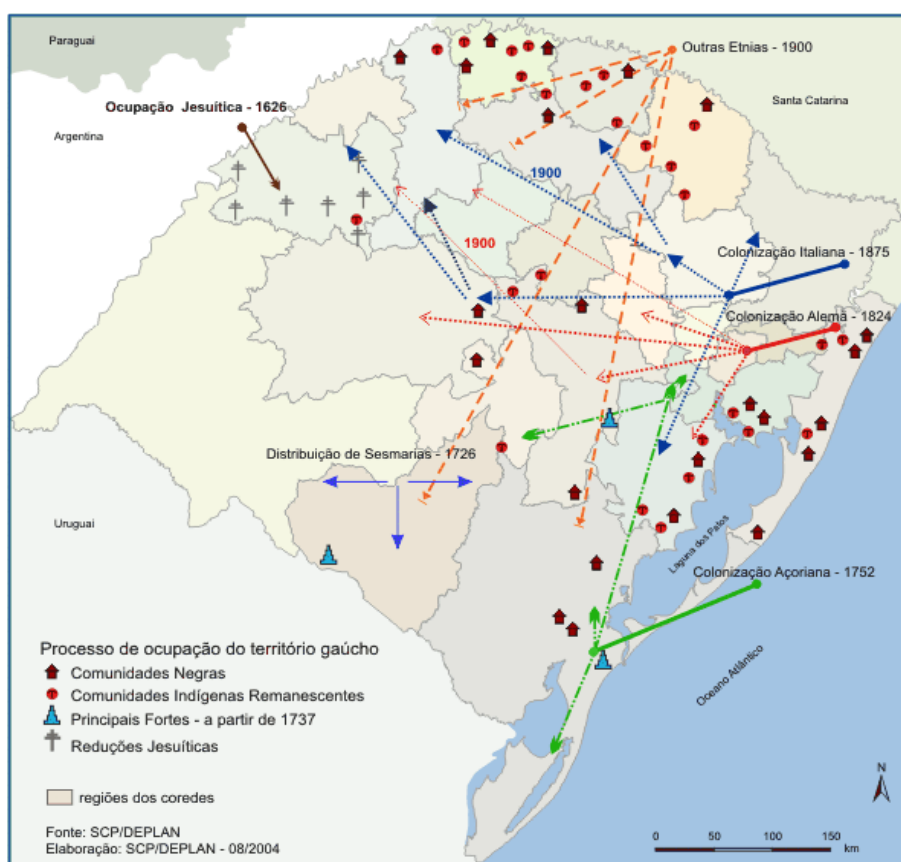


Figura 10. Processo de ocupação do território gaúcho.

Fonte: SCP/DEPLAN (2004).

¹² Fontoura (2000) apud Sandrini (2005).

Assim, a courama, como atividade econômica predominante, dominou até o fim do século XVIII, quando a pecuária começa a se firmar como prática pastoril criatória. O couro não perde, contudo, sua importância no comércio rio-grandense, mas o mercado é enriquecido pela carne salgada. Com a emergência das charqueadas no final do século XVII, a produção de carne salgada adquiriu novas formas, criando um estabelecimento capaz de gerar riqueza e acumulação de capital. Nesse contexto, surge em Pelotas (localizada no sul do estado) a aristocracia do charque, que apoiada no trabalho escravo desenvolveu as charqueadas. No entanto, o couro não cedeu em importância, mas a carne ganhou nova expressão produtiva, quando em 1870 atingiu seu clímax com a consolidação do ciclo do charque, o qual foi um importante produto de exportação para o Rio Grande do Sul (VIEIRA & RANGEL, 1993)¹³. Com as concessões de sesmarias tem-se, paulatinamente, a formação das estâncias de gado no território do Rio Grande do Sul e, com isso, diversas cidades da região da Campanha surgiram devido à dinamização econômica e social em função da criação de animais enquanto atividade produtiva.

A pujança econômica das estâncias soma-se à riqueza com os negócios do charque, gerando grandes acúmulos de capital, principalmente na cidade de Pelotas, transformando-se num pólo de influências políticas e culturais do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento da ovinocultura no estado foi influenciado pelo mercado consumidor da lã da Europa e América do Norte, concentrando 50% do contingente ovino brasileiro, formado principalmente por raças produtoras de lãs.

Segundo Fontoura (2000)¹⁴ a charqueada era um estabelecimento que beneficiava a matéria-prima proveniente da criação de gado e que utilizava em grande parte de seu processo de produção o trabalho escravo, e exportava charque, couro e sebo.

Enquanto o Brasil possuía apenas as charqueadas, os países da região da Prata, no período de 1860 a 1880, já começavam a implementar avançados e modernos métodos para a conservação da carne, principalmente, nas indústrias do Uruguai e da Argentina, sendo que em 1883 inaugura-se o primeiro frigorífico na Argentina. No Brasil essa substituição só começa por volta de 1917.

Na região da Campanha, desde o século XVIII as charqueadas tiveram

¹³ Vieira & Rangel (1993) apud Chelotti (2006).

¹⁴ Fontoura (2000) apud Sandrini (2005).

presença e importância significativas. No entanto, em meados do século XIX, as charqueadas cederam lugar aos frigoríficos que, com sua entrada, paulatinamente, foram modificando, de forma substancial, o sistema de produção empregado em boa parte das unidades de produção.

Segundo Pesavento (2002)¹⁵ a eclosão da Primeira Guerra Mundial proporcionou um período de euforia para a pecuária gaúcha face às amplas perspectivas de mercado que se ofereceram. A necessidade de abastecimento dos países em guerra elevou os preços dos gêneros de consumo, entre os quais a carne congelada. Momento esse que, com benefícios fiscais, instalaram-se empresas com capital norte-americano no Rio Grande do Sul, no município de Santana do Livramento nos anos de 1917 e 1918, e na cidade de Rio Grande em 1917. No entanto, o final da guerra trouxe uma retração no consumo de carne na Europa, exatamente no momento em que as empresas frigoríficas gaúchas encontravam-se operando em larga escala e em nível mundial. Mas a crise que abalou os frigoríficos, conseqüentemente a pecuária gaúcha, não permaneceria por muitos anos até a ascensão em 1928 do governo Getúlio Vargas, o qual passou a atender as reivindicações da classe latifundiária pastoril, com a redução de tarifas, o acesso ao crédito fácil, etc.

Com a crise que abalou a economia das charqueadas no início do século XX, os frigoríficos assumiram a produção e a industrialização da carne em grande escala. No período pós I Guerra, os frigoríficos passaram a aumentar a exportação de congelados e derivados da carne, iniciando uma queda na produção e exportação do charque. Embora na metade do século XIX o rebanho bovino já estivesse em fase de aprimoramento zootécnico, por meio da importação de raças européias, foi somente no início do século XX que se intensificou a qualificação do rebanho gaúcho. Melhoramentos esses que já eram realizados na Argentina e Uruguai, tornando-os mais atrativos no mercado internacional de carnes.

Fontoura (2000) e Marcantonio (1987)¹⁶ relatam que com a abertura do mercado ao capital estrangeiro e, conseqüentemente, com o início da abertura de frigoríficos, o processo de melhoramento genético do gado que já havia iniciado, se intensifica. Dessa forma, aumenta-se a preocupação com a saúde e sanidade dos rebanhos, tanto que os primeiros banheiros carrapaticidas públicos são construídos

¹⁵ Pesavento (2002) apud Chelotti (2006).

¹⁶ Fontoura (2000) e Marcantonio (1987) apud Sandrini (2005).

por volta de 1915, sendo que, só no município de Bagé, em 1917, já havia 291 desses. Com esse processo de modificação da estrutura produtiva, os sistemas de produção de gado também passam por mudanças em função de novas técnicas, as quais não se deram de forma homogênea no estado do RS. Muitos produtores não introduziram as inovações tecnológicas em suas unidades de produção e seguem até os dias atuais sem adotar um padrão genético mais elevado para o rebanho, melhoria das pastagens e nem vendendo seu gado aos frigoríficos.

No decorrer das décadas 1930, 1940 e 1950 o Rio Grande do Sul passaria a exercer um papel importante no abastecimento dos mercados do sudeste, fornecendo produtos primários, tanto provenientes da Campanha Gaúcha, como a carne; como das áreas coloniais, como a banha, vinho, dentre outros produtos (CHELOTTI, 2006). Segue o autor, afirmando que a década de 1970 representou uma nova fase para a economia gaúcha, principalmente no que tange à agricultura, em função da expansão do processo de modernização que transformava rapidamente o norte do estado com o cultivo de soja para a exportação e trigo para o mercado interno. Nesse caso a região Sul do RS apresentou-se como uma área de expansão da modernização, no entanto, em função da resistência da classe latifundiária foi um processo lento representado pela introdução do cultivo do arroz irrigado em áreas arrendadas da pecuária. A localização geográfica das cidades de Pelotas e, principalmente, Rio Grande em função dos portos, favoreceu o ciclo da modernização industrial. A década de 1970 foi marcada pela expansão do sistema agroindustrial, principalmente da soja, a qual seria escoada pelo porto de Rio Grande. A formação de complexos agroindustriais fez com que novas indústrias se instalassem na região em função dos incentivos governamentais, organizando, principalmente, a agroindústria do pêssego e do arroz em Pelotas e da pesca em Rio Grande.

A década de 1980 representou outro momento de crise na pecuária gaúcha em função de um processo de reestruturação nessa cadeia produtiva devido à abertura do mercado brasileiro ao exterior e a constituição do Mercosul, o que colocaria a pecuária gaúcha em situação de vulnerabilidade.

A especialização da produção, associando grupos de empresas no processo de matéria-prima, estabelece princípios de racionalização através da construção de espaços produtivos novos, interconectados e complementares. A transformação que se opera na distribuição industrial, a partir da política dos distritos industriais, tende a

especialização produtiva, elevando, conseqüentemente, o padrão tecnológico industrial (VIEIRA & RANGEL, 1993)¹⁷. O autor ainda relata que, nesse sentido, a Campanha Gaúcha acabou especializando-se apenas no setor agroindustrial, principalmente na carne, sendo favorável enquanto a economia brasileira não sofria concorrência com outros mercados. A partir da abertura do mercado brasileiro na década de 1990, principalmente com a criação do Mercosul¹⁸ e da guerra dos incentivos fiscais entre alguns estados brasileiros, acabou ocorrendo o deslocamento de plantas industriais para regiões mais atrativas, como o Centro-Oeste brasileiro. Nesse contexto, dentre as várias dimensões referentes ao seu declínio sócio-econômico podem-se citar, inicialmente, as migrações internas e o padrão de assentamento dos imigrantes (alemães, italianos, etc.) do exterior já em meados do século XIX. Com isso, ocorreu um crescimento demográfico maior nas regiões nordeste e norte, em detrimento do sul, que já se encontrava povoado e com as relações de produção organizadas, principalmente, na cadeia produtiva da pecuária de corte extensiva. Outro fator que pode ser apontado como responsável pelo declínio econômico da região sul do RS, seria a prolongada crise da pecuária e seus segmentos complementares, que se iniciou na época das charqueadas no século XVII e, posteriormente, prolongou-se até atingir a cadeia produtiva da carne.

Para Bandeira (1994):

A referência isolada à crise decorrente da pecuária é insuficiente para explicar o declínio da região. Afinal, as atividades que, em um determinado momento, constituem a base da economia de uma área podem enfrentar problemas – até mesmo desaparecer – sem que isso determine, de forma inexorável, a estagnação econômica dessa região no longo prazo. Para que essa estagnação ocorra, é preciso que, além disso, a região mostre-se incapaz de renovar e transformar a sua base econômica, não conseguindo encontrar alternativas de reconversão de suas estruturas produtivas que viabilizem a retomada de um crescimento mais rápido. Esse parece ter sido o caso da região sul do Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1994, p. 10).

O que nos parece ser mais evidente, nesse caso, é que a classe latifundiária pastoril não reverteu suas estratégias de reprodução, mantendo-se atrelada, a uma forma de produção organizada tradicionalmente (pecuária latifundiária por exploração). Mas, o que teria levado essa classe latifundiária a permanecer à margem das mudanças que passaram a ocorrer na economia gaúcha? Nesse

¹⁷ Vieira & Rangel (1993) apud Chelotti (2006).

¹⁸ O MERCOSUL, ou Mercado Comum do Sul, é a união aduaneira – livre comércio intrazona e política comercial comum – de cinco países da América do Sul. Em sua formação original o bloco é composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006 a Venezuela depende de aprovação dos congressos nacionais para que sua entrada seja aprovada.

sentido, fica evidente a presença do conservadorismo entre a classe latifundiária regional com a manutenção do espaço latifundiário frente às transformações que ocorriam na economia gaúcha. A sua especialização na atividade primária alicerçada no latifúndio pastoril permitia, sem muita introdução de tecnologia, gerar renda suficiente para manter-se, dada sua grande extensão territorial. Pois, por mais que tivesse uma baixa rentabilidade, o latifúndio assegurava um bom padrão de vida em todos os períodos, indistintamente da conjuntura econômica.

No entanto, para Bandeira (1994) é importante ressaltar que:

Torna-se bem claro assim, o modo pelo qual a predominância da grande propriedade pode ter contribuído para a disseminação de uma cultura empresarial conservadora no rural da região Sul, avessa à riscos e pouco propensa à inovações de resultados incertos. A prevalência dessa cultura, certamente, foi um dos obstáculos que entrou a diversificação do perfil da produção agropecuária local (BANDEIRA, 1994 p. 21).

Assim, desde o início do século XX, nos momentos de crise da pecuária, ocorreu o arrendamento da terra para o cultivo do arroz irrigado, assegurando dessa maneira, a manutenção e reprodução dos latifúndios na região sul do RS. Cabe-se destacar que os pioneiros no cultivo de arroz irrigado em escala comercial, no estado do RS, eram indivíduos de origem urbana que aplicavam capital nessa atividade sob os moldes do arrendamento, em função das demandas do mercado consumidor, que representava o sudeste brasileiro. No que tange à lavoura do arroz irrigado, esta foi capaz de dinamizar o espaço agrário regional da região sul, que até então se encontrava assentado somente na pecuária de corte de bovinos e ovinos, realizada de forma extensiva. Embora essa lavoura tenha penetrado na região já no início do século XX, a sua maior expansão deu-se a partir da aceleração do processo urbano-industrial na década de 1970 e da necessidade da geração de maior quantidade de alimentos para o mercado consumidor do sudeste brasileiro, representando, assim, um novo momento da diversificação da matriz produtiva dos municípios dessa região (CHELOTTI, 2006).

Mesmo o processo de modernização da agricultura, durante o período do “milagre brasileiro”¹⁹, ao longo da década de 1970, não conseguiu alcançar esse tipo

¹⁹ É a denominação dada à época que o Brasil alcançou extraordinárias taxas de crescimento do PIB – 11,1% a.a. – e essa notável característica, que é o rápido crescimento econômico, veio acompanhada de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits na balança de pagamentos. No entanto, esse excepcional crescimento ocorrido durante o período da ditadura militar, especialmente entre 1968 e 1973, no governo Médici, trouxe, paradoxalmente, aumento da concentração de renda e da pobreza, e instaurou-se um pensamento ufanista de “Brasil potência”.

de produtor (pecuarista de forma geral, em especial o familiar) que acabou não introduzindo as inovações tecnológicas em seus estabelecimentos (SANDRINI, 2005).

No entanto, dois dos principais pilares da economia regional, ou seja, a lavoura orizícola (irrigada) e a pecuária extensiva de corte enfrentaram desde meados da década de 1990, sucessivas crises em suas cadeias produtivas, associados a fatores como a concorrência do Mercosul²⁰, o deslocamento da fronteira agrícola para outras regiões como o Centro-Oeste brasileiro e outros países (Uruguai e Argentina), incentivos fiscais em outros estados brasileiros (como Mato Grosso e Goiás), que acabaram influenciando na redução de investimentos na região sul do RS.

Dessa forma, na década de 1990, a questão regional passou a fazer parte das discussões referentes à aplicação de políticas públicas por parte dos governos estadual e federal, visando amenizar as disparidades socioeconômicas existentes no Rio Grande do Sul.

No entanto, a complexidade na elaboração de políticas públicas eficazes para a reestruturação econômica da região da Campanha Gaúcha, esbarra no enfrentamento de uma estrutura produtiva tradicional que apresenta forte resistência por parte das elites locais, para que se promova a adesão de novas alternativas produtivas. Além desses fatores, deve-se destacar o processo histórico de formação sócio-espacial, alicerçado no latifúndio pastoril, na baixa densidade demográfica e na estrutura fundiária extremamente concentrada.

Para Vieira et al. (1999):

O desenvolvimento econômico que emergiu da diversificação das atividades produtivas no nordeste e norte do estado do RS tornou-se um contraponto ao conservadorismo rural e à industrialização quase restrita à agroindústria da Metade Sul. Não se formou no sul do estado, um processo de acumulação de capital e modernização produtiva, suficiente à evolução qualitativa e quantitativa das forças de produção e, conseqüentemente, de concentração da população via geração de empregos. De outra parte, houve concentração do poder político e econômico na Metade Norte do Rio Grande do Sul (VIEIRA et al. 1999, p. 51).

O acirramento dessas disparidades regionais no estado do RS intensificou-se, na medida em que o capitalismo desenvolveu-se de maneira desigual pelo território

²⁰ Um dos argumentos mais utilizados na escala regional correspondia às semelhanças na matriz produtiva entre os países do bloco e o Rio Grande do Sul, principalmente no que tange ao setor agropecuário (arroz irrigado, soja, milho, pecuária de leite, pecuária de corte e produção ovina – lã e carne).

gaúcho. Conforme Heidrich (2000)²¹, o esgotamento da dinâmica de crescimento baseada na economia fundada na pecuária extensiva de grande escala, assim como os limites alcançados de expansão da lavoura da época colonial, fazem despontar a lavoura moderna e a indústria como formas de desenvolvimento econômico.

No entanto, deve-se destacar que a própria região sul do RS possui grandes disparidades socioeconômicas internas, pois os investimentos geralmente se localizam em cidades estratégicas como Santa Maria, Pelotas ou Rio Grande, não atingindo dessa maneira os demais municípios, que permanecem com as estruturas produtivas tradicionais e pouco dinâmicas. Na realidade, o que se configura atualmente é uma maior ou menor integração aos interesses capitalistas. Assim, esse acentuado crescimento, geograficamente concentrado, é agravado pelas tensões resultantes de um padrão de crescimento econômico espacialmente desigual, no qual as áreas dotadas de melhor infra-estrutura atraem maiores quantidades de investimentos.

Soares (1996) destaca que:

A questão posta é que se na Itália de Gramsci “a unificação colocou em íntimo o contato as duas partes da península”, no Rio Grande do Sul contemporâneo, as novas exigências impostas pelas transformações do processo de acumulação capitalista na fase de globalização, evidenciaram a fragilidade de um modelo de desenvolvimento baseado na propriedade da terra e nos grandes monopólios, que não diversificou a produção, nem buscou novos mercados e, mais importante, não distribuiu renda nem transferiu avanços tecnológicos para sua base social [...] Parece que permanecemos, no final do século XX, como na Itália meridional [...] (SOARES, 1996, p. 83). (Grifos no original)

Nesse sentido, é possível identificar-se desigualdades distributivas de recursos e capitais no seio de uma dada região, nesse caso a região sul do RS, pois ao realizar-se uma análise interna desse processo, certamente, emergirão “áreas” ou “bolsões” ricos e pobres no interior de uma mesma região. A mesma discussão é abordada no que se refere ao estado do Rio Grande do Sul quando se visualiza a separação entre “Metade Norte” e “Metade Sul”. Mas a mera distinção dicotômica entre uma “Metade Norte rica” e uma “Metade Sul pobre”, a nosso ver, têm apenas o caráter político de chamar a atenção para uma questão de cunho regionalista.

Segundo o relatório da Engevix (1997) – Plano de Reestruturação Econômica – encomendado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, a Metade Sul seria um espaço regional inserido na fronteira brasileira com o

²¹ Heidrich (2000) apud Chelotti (2006).

Uruguai e a Argentina que sofreu, ao longo das últimas décadas, principalmente a partir de meados da década de 1980, um profundo processo de perda de dinamismo econômico, perda essa resultante das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira.

Há mais de meio século, portanto, a região sul do RS que, já foi palco de empreendimentos pioneiros no estado gaúcho, defronta-se com dificuldades que têm colocado obstáculos no seu desenvolvimento econômico, social e cultural (CHELOTTI, 2006). Seguindo o autor afirma que é nesse contexto que a Campanha Gaúcha está inserida. A população da região sul do estado já representou mais da metade na virada do século XVIII, hoje não chega a um quarto. A sua participação na produção industrial do RS, que já foi de 35% na década de 1930, na década de 1990 se aproxima a apenas 10%; e a participação no PIB, que já esteve entre 38% e 39% no final da década de 1930, chega a cerca de 17% no final da década de 1990 e em 1995 manteve-se com 17,15% no PIB gaúcho.

Alguns indicadores socioeconômicos atuais estão muito associados aos condicionantes históricos, como forma de apropriação desse espaço, que se deu por meio da doação de sesmarias, com baixíssima densidade demográfica, bem como pela concentração dos meios de produção nas mãos da classe latifundiária. No entanto, na década de 1920, este modelo desempenhava um importante papel econômico ligado ao desenvolvimento de uma pecuária pujante que contava com a aplicação de capital internacional na implantação de plantas industriais (frigoríficos) nessa área. O que se denota disso, é que a região sul do RS e, mais especificamente, a Campanha Gaúcha não soube transferir emprego e renda ao longo dos anos que se passaram à sociedade gaúcha de sua região.

Entretanto, no final da República Velha, algumas transformações passariam a redefinir a economia brasileira, sendo que, gradativamente, ocorreu a substituição das economias regionais em proveito de uma economia em nível nacional com a criação, a expansão e a hegemonia do capital industrial, acirrando as diferenças entre as regiões do estado do RS.

Chelotti (2006) relata que as demandas regionais, ou seja, o reconhecimento da região sul enquanto área periférica na economia gaúcha começava em partes a ser atendida, ocorrendo uma significativa divulgação, principalmente entre os meios de comunicação e políticos da região, alertando para as grandes disparidades socioeconômicas que emergiram no Rio Grande do Sul. O reconhecimento da

existência dessas disparidades representou para os políticos e empresários da região sul, uma tentativa de recuperação e reestruturação econômica. No entanto, para as demais áreas do estado, esse reconhecimento representava uma depreciação na imagem do Rio Grande do Sul no cenário econômico e de investimentos internos e externos, na medida em que a existência de uma “área deprimida” economicamente no RS, supostamente desenvolvida em relação ao restante do país, refletia diretamente nos interesses econômicos da agricultura moderna.

Nessa linha Soja (1993)²² destaca que o capitalismo baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como um meio necessário à sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual. Assim, os novos rumos na economia capitalista, principalmente no período da ditadura militar, reverteram o padrão de produção regional, potencializando os segmentos urbano-industriais emergentes no nordeste gaúcho. Assim, as áreas próximas ao eixo Caxias – Porto Alegre passaram a ser mais atrativas para a aplicação de capitais do que a região sul.

Smith (1988)²³ afirma que a desigualdade do desenvolvimento é a expressão geográfica das contradições do capital. O autor ainda ressalta que o capital desloca-se sistematicamente no espaço geográfico, sempre buscando alcançar maiores taxas de lucro.

Concomitante à análise histórica do processo de formação e desenvolvimento da pecuária gaúcha, se torna importante, para a compreensão da dinâmica da região, resgatar-se o perfil do *gaúcho*, trazendo à tona sua formação histórica e sócio-antropológica de forma a elucidar os elementos que estiveram presentes na formação do território e da personalidade do tipo característico regional. Dessa forma, os elementos do passado (ação histórica e social) são elementos que podem se perpetuar no cotidiano das pessoas e, assim sendo, pode-se encontrar explicações para os acontecimentos da atualidade. Como este trabalho foca a região da Campanha Meridional, e mais especificamente o município de Bagé/RS, procura-se fazer uma abordagem em torno do *gaúcho* (peão e estancieiro), onde segundo alguns estudiosos, tiveram sua gênese no índio, no europeu (português e espanhol)

²² Soja (1993) apud Chelotti (2006).

²³ Smith (1988) apud Chelotti (2006).

e no negro, base da sociedade rio-grandense do extremo sul do país.

De acordo com Fialho (2005) as características do gaúcho podem ser vinculadas ao espírito desbravador dos portugueses do período colonizador, mas também, ao espírito aventureiro dos grupos indígenas que habitavam a região, principalmente dos *pampianos*. A figura do gaúcho, construída ao longo do processo histórico de ocupação e formação do território rio-grandense, bem como as heranças culturais, incorporaram diversas significações até alcançar a atual – habitante do estado do Rio Grande do Sul. A palavra, *gaúcho*, no decorrer dos anos, passou por um processo de construção no sentido de identidade, seguindo dois caminhos que convergiram para o significado atual. Esses caminhos estão identificados com a personalidade das pessoas e com o espaço físico que ocupam. Antigamente, referido a certa casta de características depreciativas que ocupava determinada região que compreendia parte dos territórios da Argentina, do Brasil e do Uruguai; atualmente, desvinculada desse caráter de depreciação atribuída aos habitantes do Rio Grande do Sul. Observa-se nos relatos históricos que, o surgimento da palavra *gaúcho* e a transformação de seu significado, estão atrelados a mudanças profundas na vida do povo rio-grandense; passou da captura do gado xucro (animal não domesticado) para a criação, resultando na troca do estilo de vida nômade pela sedentária, pelo estabelecimento das estâncias e etc.

A representação do gaúcho reuniu diferentes etnias na formação da identidade regional – em contraposição às demais regiões do país. No interior do Rio Grande do Sul, a distinção étnica e cultural está latente, há regiões características de colonização portuguesa (incluindo a açoriana), alemã e italiana, sendo as duas últimas mais representativas do que a primeira no norte do estado. Também se observa uma participação mais reduzida das etnias francesa, japonesa e polonesa. Interessante contradição encontra-se quando, no ambiente interno (Rio Grande do Sul), se menospreza os herdeiros legítimos da cultura gaúcha, que são os habitantes da região Sul e seus herdeiros étnicos da miscigenação de portugueses, espanhóis, negros e índios; e se exalta às raízes culturais próprias, mas que se utiliza dessa cultura gaúcha para se diferenciar e se afirmar como cultura superior quando se encontra fora das fronteiras do RS. A exaltação dessa identidade regional não é simplesmente uma forma de diferenciação e resistência do gaúcho, mas um modo de enfrentar e reivindicar a perda da sua posição de destaque econômico e político frente ao cenário nacional (FIALHO, 2005).

Na história da colonização do Rio Grande do Sul, pode-se observar que a representação social do gaúcho reúne todas as etnias sob um mesmo tipo social – o *gaúcho* – apesar da segregação racial velada existente no interior da sociedade rio-grandense. Contudo, a atividade pecuária, na época exaltada, era dominante no RS, ao passo que a agricultura ocupava posição secundária e, essa atividade pecuária, era base do trabalho tanto do gaúcho *estancieiro* quanto do *peão*.

Fialho (2005) relata que quando se reporta à região sul rio-grandense, também conhecida como região da Campanha Gaúcha ou Pampa Gaúcho (palavras similares), logo vem à imagem os campos verdes infundáveis ocupadas pelas estâncias de criação de gado. Segundo historiadores, no período colonial, a Campanha estava entregue ao acaso, com uma baixa densidade populacional e que a única companhia era a solidão. Ainda segundo o autor, para se apresentar a região do pampa gaúcho, recorre-se a três autores que a descrevem sob prismas diferentes. Para Roche (1969)²⁴, quase todos os relatos e descrições sobre a região sul do estado, vislumbra-se o uso de palavras que exprimem, em algum grau, algo monótono e enfadonho. Ou seja, parece que a região tem o poder de envolver as pessoas no sentimento da melancolia. O espaço, o silêncio e a solidão invadem a alma dos habitantes do pampa, levando-os, quase, à desesperança e ao comodismo. José de Alencar²⁵, por sua vez, descreve a paisagem bucólica, explorando os sentidos que norteiam a vida rural no extremo sul do Brasil do século XIX. Para o autor, o pampa rio-grandense desperta a sensação de solidão (tristeza) e o sentido do eterno (imutabilidade), fazendo transparecer a noção de que o tempo parou; região esquecida, disposta na imensidão vasta dos campos, a vida do ser humano parece perder o sentido e, quando isso ocorre, o pavor, o medo e outros sentimentos desagradáveis preenchem o pensamento. A solidão e a imutabilidade podem ter repercussão na auto-estima das pessoas, levando a crer que, para quebrar esse círculo vicioso, seria necessário um esforço sobre-humano, principalmente quando se trata da população rural, onde as atividades produtivas agropecuárias se submetem às leis biológicas da natureza. Talvez seja essa uma das respostas para o estado de letargia que alguns pesquisadores relatam quando se referem à região sul do RS.

O modelo que se é construído, quando se fala nas “coisas gaúchas”, está

²⁴ Roche (1969) apud Fialho (2005).

²⁵ José de Alencar apud Fialho (2005).

baseado num passado que teria existido na região pastoril da Campanha e na figura *real* ou *idealizada* do gaúcho. A figura real pode ser encontrada em documentos históricos e a figura idealizada em documentos de exaltação, este último, fundamentalmente, nos centros tradicionalistas que, no afã de incorporar modos e costumes, caricaturam o tipo social do pampa. Desta forma buscam-se na historiografia, informações que nos auxiliem a conhecer e entender a figura real do gaúcho do passado. Entretanto, destaca-se que na história há um *sentido*, desde as origens que não é um sentido de real, nem de racional, muito menos verdadeiro quanto falso; é, no entanto, da ordem da *significação* que é a criação imaginária da própria história, aquilo em que e pelo que a história se constitui para começar, pois os registros de acontecimentos passados são transmitidos pela linguagem e, esta, apresenta na sua estruturação significações imaginárias. Portanto, a figura real do gaúcho do passado, no sentido estrito, não se encontrará completamente, mas a historicidade dará conta desse aspecto no plano simbólico-racional (OLIVEN, 1996)²⁶.

Na discussão da formação da região da Campanha e da gênese do gaúcho, Ornellas (1996)²⁷ afirma que: “*seria um equívoco não reconhecer a influência espanhola na herança cultural daquela região, uma vez que os espanhóis dominaram por um longo período o território rio-grandense. Essa influência vem auxiliar na compreensão das formas de manifestação da população da Campanha, nomeadamente, por exemplo, no linguajar*”. Segue o autor referendando que o significativo contingente de colonizadores portugueses era oriundo dos Açores, mas eles também traziam no sangue a herança árabe (moura), pois o Arquipélago foi descoberto no século XV e Portugal enviou para lá habitantes do Algarve, província que era predominantemente moura.

A participação do índio também está presente na formação do gaúcho, pois foi este que desenvolveu as técnicas de trabalho e produção utilizadas na pecuária do extremo sul do Brasil, as quais seriam transmitidas aos brancos e mestiços que se aventuravam na Campanha para a captura de gado xucro. Em comparação com as fazendas dos europeus (espanhóis e portugueses), as missioneiras eram menores em área e em número de pessoas e cavalos, mas destacavam-se pela qualidade dos bovinos (mansos e gordos) bem como pela eficiência e produtividade

²⁶ Oliven (1996) apud Fialho (2005).

²⁷ Ornellas (1996) apud Fialho (2005).

do trabalho. Criavam-se ovelhas, charqueava-se a carne, gastando menos da metade dos recursos que os europeus utilizavam. Portanto se reconhece a habilidade dos índios com o gado, uma das razões pela qual não se usava o emprego do negro escravo na atividade pastoril, salvo em atividades acessórias (FREITAS, 1980)²⁸.

Com isso, visualiza-se que, o gaúcho rio-grandense tem na sua origem três etnias: branca, índia e negra. No entanto, o negro só viria a integrar o tipo rio-grandense em meados do século XVIII, com a utilização da mão-de-obra escrava na agricultura e nas charqueadas.

O cotidiano do gaúcho peão era a “lida” (trabalho) de campo e a captura de gado, as arreadas ou vacarias para extração do couro. O peão passava vários dias nessa captura, dormindo ao relento e enfrentando os índios hostis e o gado xucro. As arreadas consistiam na junção do gado disperso no campo e, logo depois, começavam, com uma vara comprida equipada com um objeto cortante na extremidade, a ceifar-lhes os tendões da perna (jarreta), impedindo sua locomoção. Após imobilizar a quantidade desejada, retornavam para dar-lhes o golpe fatal e retirar o couro que, posteriormente, era estaqueado para secar e ser comercializado. Nas estâncias de criação, o peão observava permanentemente os animais e, em períodos determinados, realizava a marcação, a castração e se preocupava com os cuidados quando o animal adoecia, além da busca pelos desgarrados (FIALHO, 2005).

Freitas (1980)²⁹ relembra que a captura do gado vivo, destinado às estâncias de criação era uma atividade de maior risco, dada a agressividade dos animais, muitos peões morriam nessas expedições. Devido ao risco da atividade, os *patrões* (gaúchos estancieiros), optavam pela contratação de mão-de-obra livre, ditos os *gaudérios* (gaúcho peão), os quais recebiam como pagamento alguns animais, pois o dinheiro era pouco utilizado como forma de remuneração. Ainda segundo o autor, o peão também realizava o rodeio, localizado em terreno elevado. Cravava-se um poste no centro do terreno para orientá-lo sobre o local que deveria reunir os animais e, posteriormente, se começava as atividades de tratamento do gado: curava, castrava, apartava, costeava e, dependendo da qualidade do campo, oferecia sal aos animais para suprir a deficiência nutricional e alimentar. Com os animais

²⁸ Freitas (1980) apud Fialho (2005).

²⁹ Freitas (1980) apud Fialho (2005).

tratados e prontos para o abate, iniciava-se outra incursão não menos arriscada, levando-se vários dias para se percorrer a distância que separava a estância das charqueadas.

O trabalho do peão era praticado em determinadas estações do ano, sobrando-lhe tempo para as rodas de chimarrão em volta do fogo de chão e as reuniões para se contar os *causos*. Ou seja, o gaúcho sul-riograndense criador de gado, levava uma vida rude e ociosa, referindo-se aos momentos de trabalho e de espera (ROCHE, 1969)³⁰.

O principal instrumento de trabalho do peão era o cavalo, com o qual tinha uma profunda relação de apego. De acordo com Vianna (1987) e Roche (1969)³¹ a atividade exercida e a região de extensas planícies faziam do cavalo o companheiro indispensável do peão. Na sociedade rio-grandense do período colonial, o cavalo era o principal meio de locomoção, de trabalho, de defesa ou de ataque, o instrumento de conquista do espaço e da fortuna. Para o gaúcho, o cavalo era símbolo de representação social, de *status*, o indivíduo desprovido de montaria era uma pessoa desqualificada. Ou seja, o cavalo tinha uma função social de ampliar os círculos de sociabilidade, reduzindo distâncias e aproximando as pessoas.

Interessante observar que, quanto às condições de vida, o peão não dispunha de muitos recursos, a precariedade estava presente na alimentação, na vestimenta e na moradia. Na região da Campanha Gaúcha as casas eram dispostas de acordo com uma hierarquia espacial, a casa do proprietário das terras (estancieiro) situava-se em locais privilegiados como o alto de coxilhas, para observar a movimentação e garantir melhor posição de defesa. Próximas a estas, localizavam-se as casas dos empregados, geralmente de barro, pau-a-pique. Também se encontravam no interior das terras do proprietário, na divisa dos campos, as casas dos *posteiros*, famílias que recebiam permissão do estancieiro para estabelecer moradia (viviam de favor), tendo que prestar em troca serviços como os de evitar roubos de gado e de auxiliar na “lida” de campo (trato com os animais). Assim sendo, Freitas (1980)³², afirma que a mão-de-obra utilizada na unidade de produção era, na maioria, não remunerada (troca de favor) que, para o autor, sob a lógica econômica, definia o caráter impuro do capitalismo mercantil, manifestado na existência de algumas instituições semi-

³⁰ Roche (1969) apud Fialho (2005).

³¹ Vianna (1987) & Roche (1969) apud Fialho (2005).

³² Freitas (1980) apud Fialho (2005).

feudais, entre as quais se sobressai a do posto. Dessa forma, a vida na Campanha não era fácil, apesar da imagem do gaúcho de ocioso e livre. Observa-se que esse estilo de vida era consequência das condições que se lhe apresentavam, talvez não tenha sido sua opção, mas a opção imposta pelo meio ao qual era submetido. A distribuição de terras pela Coroa Portuguesa seguiu critérios que privilegiava amigos e pessoas influentes (militares e desbravadores com poder econômico), restando, para a maioria das pessoas da região da Campanha, o trabalho sazonal, o favor (dos estancieiros) e a vida simples.

Nas últimas décadas do século XIX foram percebidas mudanças que influenciaram o modo de vida do peão e, que compunham, conforme Pesavento (2002), um lento processo de transformação capitalista que compreendia no cercamento dos campos, no confinamento do gado, no refinamento do rebanho, na formação de pastagens e etc. Essas inovações contribuíram na liberação de mão-de-obra para o meio urbano e na readaptação cultural de parte da população rio-grandense.

A atividade de pastoreio é uma escola incomparável de sociabilidade, pela sua própria característica de trabalho coletivo. A “lida” de campo não é uma atividade individual, necessita de um grupo de pessoas para tratar com o gado, onde trabalham de forma coordenada e imbuída do sentimento de cooperação. Mesmo assim, a cordialidade, a hospitalidade e a alegria do gaúcho, parecem contrastar com a região, com o isolamento e a solidão, características comuns para descrever a Campanha. A distribuição espacial, fruto do sistema de colonização imposto pelo governo na época, contribui para o isolamento e para a formação de uma diversidade cultural. Apesar das migrações internas e do processo de miscigenação, o Rio Grande do Sul ainda guarda as marcas da colonização, pois se encontram ainda na atualidade regiões com características fortes e marcantes das etnias colonizadoras, demonstrando a lenta integração (FIALHO, 2005).

Para finalizar essa temática acerca do perfil do gaúcho campeiro, pode-se arriscar afirmar que, talvez, o *gaúcho estancieiro* represente o tipo ideal, mas sabendo-se da impossibilidade de atingi-lo, o *gaúcho peão* alivia sua frustração com a proximidade na relação com o proprietário das terras, companheirismo esse nada desinteressado, mediado pelas necessidades de ambos. Por um lado, nota-se a presença da figura *superior* e da auto-afirmação, e de outro, do *subordinado* e da dependência. No entanto, com o processo de desenvolvimento ao longo dos anos, o

peão teve de modificar a forma de garantir a sua sobrevivência e de sua família. Foram séculos de vida do peão sob o olhar do estancieiro, e a mudança decorrente desse processo de desenvolvimento, modificou seu estilo de vida, levando-o a transformação de peão-empregado a pequeno produtor-proprietário.

Nessa linha de raciocínio, o pecuarista familiar reproduziria na sua unidade de produção, o modo de vida e o sistema de criação adotados pelas unidades de produção capitalistas, utilizando-as como referência para sua “concepção de mundo”, aspectos esses característicos do perfil do gaúcho, seja estancieiro ou peão; e, portanto, justificadas tais percepções.

3.3 A pecuária de corte e suas inter-relações com os sistemas de produção familiares

Para se estudar a agricultura familiar e sua lógica de produção/reprodução, fazer uma discussão e definir o que é sistema, torna-se uma consequência natural daquela. É somente através da análise dos diversos sistemas, agrícolas e não-agrícolas, da agricultura familiar que poder-se-á perceber como é que o produtor e sua família se inserem e se articulam na realidade social. Na perspectiva interna pelas condições e situação de produção, tais como: qualidade e quantidade de terra, ecologia, condições climáticas, ciclos produtivos, tipo de unidades de produção, acesso a recursos, etc. Na perspectiva externa as condições e situações de produção não se esgotam somente no âmbito de ação direta do produtor. Ele tem uma relação intencional e não-intencional com a situação e processos socioeconômicos, culturais, agroecológicos, espaço físico e social que demarcam a atividade produtiva de sua unidade de produção e, que, portanto, condicionam sua resposta a este contexto. A articulação e inserção do agricultor familiar, na perspectiva externa, se expressam na dinâmica local, regional, nacional e internacional, nomeadamente, do mercado. No mercado, não só a resultante da exploração familiar que é sua produção propriamente dita, mas também a mão-de-obra familiar se expressa com todas as suas potencialidades.

Segundo Spedding (1980) existem tantas coisas diferentes que podem legitimamente considerar-se como sistema (uma vaca, uma unidade de produção agrícola, etc.) que nos leva a concluir que qualquer coisa pode ser um sistema. Isto, entretanto, não é assim e, caso fosse, o conceito não teria utilidade. Se não se

podem distinguir os sistemas dos que não são, não se poderia utilizar o conceito e, se a distinção não comporta propriedades importantes, não valeria a pena fazê-la. São as propriedades dos sistemas que, fundamentalmente, importam e podem ser resumidas assim: um grupo de componentes independentes, que operam unidos para um fim comum, que é capaz de reagir como um todo frente a estímulos externos, que não é afetado diretamente por seus próprios produtos e que tem os limites definidos dentro dos quais tem lugar as reutilizações de algum significado ou importância.

Na mesma linha de raciocínio, Demo (1992) afirma que, um dos maiores problemas da definição de um sistema é sua delimitação: onde termina um e começa outro. Todo sistema pode ser visto como um subsistema. Ademais, um elemento pode estar em vários sistemas ao mesmo tempo (o ser humano é membro dos sistemas social, político, cultural, ecológico, econômico, etc.). Seria o modo de organização dos elementos que proporia o contorno próprio e relativamente delimitável do sistema. Assim sendo, as partes, fora do contexto do todo, seriam apenas átomos isolados. Por isso mesmo, o termo soma é incompleto e apenas analítico. Entretanto, o sentido perde a ambigüidade e o mistério quando se diz: o todo é maior que a soma das partes, o maior que aponta para a organização que confere ao agregado características não só diversas, mas também, muitas vezes, não encontradas nos componentes isolados; e a soma das partes não representa um resultado numérico, mas a sua agregação não organizada. O todo organiza as partes e é o tipo de organização que especifica o todo.

Dessa forma Rosnay (1975) afirma que sistema pode ser definido como um conjunto de elementos em interação dinâmica, organizado em função de um objetivo. Esta interação pode ser mais bem compreendida quando trabalha-se na ótica de que os sistemas são abertos, e que mantêm relações/interações entre o ambiente físico, biológico, social, cultural e econômico e entre os outros sistemas que constituem o seu entorno.

No entanto, para se estudar e analisar os sistemas torna-se necessário delimitarem-se as fronteiras do que é um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a unidade de produção agrícola familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto diverso, e dotado de relações/interações endógenas e exógenas onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação.

Lima et al. (1995) ao fazer a análise da unidade de produção designou sistema como sendo:

... um todo organizado e estruturado que não responde a critérios simples e uniformes de otimização e que não pode ser considerada como a simples justaposição de setores de produção, tampouco, como a adição de meios e técnicas de produção. Ao observar e analisar uma unidade de produção como um sistema implica, antes de tudo, considerá-la em seu conjunto, isto é, as inter-relações e interações existentes entre seus elementos, para depois analisá-la em suas partes (LIMA et al., 1995, p. 46).

Para Dufumier (1996) a análise sistêmica fundamenta-se na aquisição progressiva de conhecimento, partindo do geral para o específico. Dessa forma, o estudo se inicia com as relações que o objeto de estudo mantém com o ambiente (global, regional e local) até se chegar em níveis mais específicos, como no caso, a unidade de produção. Torna-se imperativo ainda que na análise sistêmica não se busque apenas situar o objeto de estudo no espaço, e sim, sua evolução no tempo. Deve-se buscar conhecer a relação do objeto com o passado, ou seja, sua relevância relacionada com os aspectos históricos. Com base no passado, pode-se compreender melhor as relações/interações (ambientais, culturais, sociais e econômicas) nos sistemas de produção.

Assim sendo, entende-se por sistema de produção, a combinação no espaço e no tempo de certas quantidades de força de trabalho (familiar, assalariada, etc.) e de distintos meios de produção (terra, máquinas, sementes, dentre outras) com a intenção de obter diferentes produções agrícolas ou não-agrícolas. Consideram-se como componentes de um sistema de produção, as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais assim como as atividades não-agrícolas (DUFUMIER, 1996).

Já para Landais et al. (1987), um sistema de criação é formado por componentes inter-relacionados e organizados pelo homem, com o objetivo de valorizar recursos por intermédio de animais domésticos, para deles se obter produtos variados (ovos, leite, carne, etc.) ou para responder a determinadas necessidades, como tração e lazer. Os componentes destes sistemas são: o produtor e suas práticas; os animais agrupados em lotes, tropas ou populações; e o ambiente biótico e abiótico.

Dufumier (1996) acrescenta que “o enfoque dos sistemas de criação difere geralmente dos sistemas de cultivo pelo fato de que as considerações temporais não

serem as mesmas que para as produções vegetais, e que as quantidades de animais são muito mais limitadas. Não se pode, portanto, comparar totalmente o rebanho à parcela e nem o animal à planta”.

Dessa forma pode-se afirmar, grosso modo, que sistemas de manejo seriam o conjunto de práticas e procedimentos utilizados pelos agricultores/produtores, dentro de um determinado espaço físico, com entradas e saídas de energia, para produzirem produtos de origem animal e/ou vegetal.

Segundo Mazoyer & Roudart (1997), para se entender a dinâmica do objeto e da região em estudo, torna-se necessário ter em mente o que é um sistema agrário, o qual se configura pela exploração do meio historicamente constituído e durável, ou seja, um sistema de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado que responda às condições e às necessidades temporais e espaciais. Esse conceito demonstra que um sistema agrário se forma dos fluxos existentes entre diversas variáveis que configuram o meio (região) onde está inserido o agricultor e as ações do mesmo sobre estas variáveis. As variáveis que constituem o sistema em questão são: as transformações ocorridas historicamente no ambiente original por meio de ações antrópicas e, estas ações, correspondem, principalmente, à implementação de cultivos/criações; instrumentos de trabalho utilizados, como máquinas e ferramentas; a força e a divisão social do trabalho; a forma de artificialização do meio (técnicas de produção/manejo); e as relações de troca existentes entre os diversos sistemas e atores sociais que interagem na região.

Neste contexto, os conceitos de camponês e agricultor familiar se condicionam, mas a unidade de produção familiar (objeto) e a ambiência (estrutura agrária) se colocam como condição prévia e necessária para a existência da estrutura agrária e de um sistema (por ex. economia local, regional, etc.). Portanto a unidade de produção familiar, como objeto, é uma realidade que tem que estar conectada com sua ambiência (estrutura agrária) e esta com aquela. À medida que a unidade de produção não se relaciona com sua ambiência, constitui-se uma realidade privada de sentido; e a ambiência, por sua vez, sem a unidade de produção familiar torna-se um sentido privado de existência. Da mesma forma, se a estrutura agrária não se relaciona com o sistema (local, regional, nacional e/ou global) constitui-se uma realidade privada de sentido e o sistema sem estrutura, torna-se um sentido privado de existência.

Deduz-se daí que, todo sistema e toda estrutura, conforme Godelier (1980)

devem ser descritos como realidades mistas, contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente, isto é, de modo que sua contradição não exclua sua unidade.

Os sistemas de produção possuem uma lógica de produção (intimamente conectada com a lógica ou racionalidade do produtor), além de uma lógica de reprodução expressada não somente por suas próprias condições, mas de maneira que formam parte da produção como processo social, e que os assinala seus limites e possibilidades. Para compreender-se a complexidade, a natureza e a eficiência da agricultura familiar, deve-se ter em mente que, sendo ela uma unidade de produção não capitalista, a força de trabalho não é transformada em mercadoria e o lucro não é seu único objetivo, portanto, a sua racionalidade econômica não será a mesma de um empresário capitalista.

Dessa forma, e procurando fazer uma relação entre os sistemas pecuários de produção com suas especificidades, poder-se-ia relatar que a baixa eficiência da pecuária gaúcha se expressa principalmente pela baixa produtividade, baixa rentabilidade do capital investido e pela baixa capacidade de articulação junto aos demais segmentos da cadeia produtiva. Para Richter (1971) entre as diversas causas sugeridas para explicar essa baixa produtividade da pecuária gaúcha, destacam-se: a influência do clima, a incerteza do tempo, os métodos de produção de forragem, os sistemas de produção inapropriados, as doenças, a falta de motivação para novos investimentos e os problemas de mercado. Ressalta que alguns desses problemas são de natureza interna (em nível de unidade de produção) e, portanto, estão sujeitos ao controle dos produtores.

Mielitz Netto (1994) reuniu em seu trabalho algumas razões que justificariam o baixo desempenho da bovinocultura de corte enquanto atividade produtiva: (a) a idéia “estruturalista”, a qual responsabiliza a estrutura agrária pela falta de resposta dos pecuaristas aos estímulos econômicos, na medida em que as grandes extensões de terra proporcionariam aos produtores valores absolutos elevados, dispensando-os de uma administração “racional” e, por outro lado, os agricultores familiares não dispõem de terra suficiente para adotarem as inovações exigentes de uma escala mínima; (b) uma segunda corrente atribui esse baixo desempenho à falta de crédito de investimento de longo prazo, necessário à pecuária, ou à não disponibilidade de técnicas de criação mais adequadas, devido ao insatisfatório sistema de pesquisas; (c) e uma terceira vertente afirma que o setor intermediário

apresentaria práticas oligopolistas-oligopsônicas que desestimulariam a eficiência técnica e constituiriam o ponto limitante do sistema.

Agregando aos argumentos citados acima, existiriam explicações de ordem cultural, onde os produtores seriam resistentes em adotar novas tecnologias de produção. No entanto, parece conviverem no Brasil diversas pecuárias de corte, que, além das óbvias especificidades produtivas decorrentes das dotações naturais e regionais, apresentam diferentes níveis de modernização, desde o latifundiário da produção extensiva, passando pelo empresário preocupado com a eficiência administrativa e financeira, chegando ao pecuarista familiar com uma lógica própria de reprodução. Cada uma dessas pecuárias tem sua carência e cada produtor sua reivindicação específica.

Para justificar a baixa produtividade e rentabilidade da pecuária em geral, outras questões, além das de ordem técnica, são constantemente relatadas, como: a falta de crédito; a insuficiência e descontinuidades de iniciativas governamentais de apoio à pecuária; a concentração de renda no país, que promove uma demanda insuficiente; práticas de mercado que desestimulam novos investimentos (protecionismo dos países importadores, altos impostos à produção, etc.); e razões culturais, que levariam os produtores a serem resistentes à adoção de tecnologias mais eficientes. Cabe ressaltar que essas inovações tecnológicas, em certos patamares, vêm sendo propostas pela pesquisa e a pela extensão ao longo dos anos aos produtores como forma de incrementar a produtividade do setor, ou seja, os órgãos de pesquisa oficiais nacionais tiveram, até certo ponto, importante papel, principalmente na adaptação de tecnologias e no desenvolvimento de manejos adequados às diversas e distintas realidades e situações.

Apesar das inovações na pecuária de corte do Rio Grande do Sul terem ocorrido, pode-se afirmar que essa pecuária ainda apresenta resultados zootécnicos baixos, condizentes com o desempenho das variáveis indicadoras do grau de modernização, onde o perfil médio dessa atividade modificou-se muito pouco, mantendo ainda uma grande parcela em sistema tradicional não especializado de produção, grandes áreas arrendadas, caracterizando uma exploração rentista da terra, os mais baixos níveis de despesas na produção em função do baixo investimento, reduzida adoção da mecanização e baixo nível de emprego de mão-de-obra (MIELITZ NETTO, 1994).

No entanto, atualmente, uma abordagem relativa à questão do tamanho da

área da unidade de produção passa a ser discutida no sentido de que esta característica não deveria ser um dos principais balizadores do caráter familiar de produção, analisada segundo a estrutura fundiária do estado do RS (figura 11). Ou seja, guardadas as devidas proporções e as especificidades de atividades agrícolas e pecuárias, a otimização e a eficiência produtiva de um estabelecimento familiar, independente da área em extensão, até certo grau, estariam assentadas na capacidade de gestão e de trabalho por parte do produtor e sua família. Dessa forma, o que se levaria em conta seriam as relações de produção dentro de uma lógica familiar de reprodução social e de sistemas de produção adaptados à realidade local. Sendo assim, o papel da agropecuária nesse aspecto, se elevaria à dimensões além da econômica, buscando contemplar também as dimensões ambiental e social da atividade produtiva.

Sob a égide da agricultura familiar, poder-se-ia focar a temática do módulo fiscal para fins de determinação do tamanho das áreas das unidades de produção em regime de economia familiar. Ou seja, dentro desse arcabouço teórico, se discutir o que é pequeno, médio e grande produtor na pecuária familiar da região da Campanha Gaúcha, mais especificamente no município de Bagé, seria um aspecto relevante e de suma importância para se poder avançar em propostas de políticas públicas e de planejamentos para esta categoria social, levando-se em consideração suas especificidades regionais e locais.

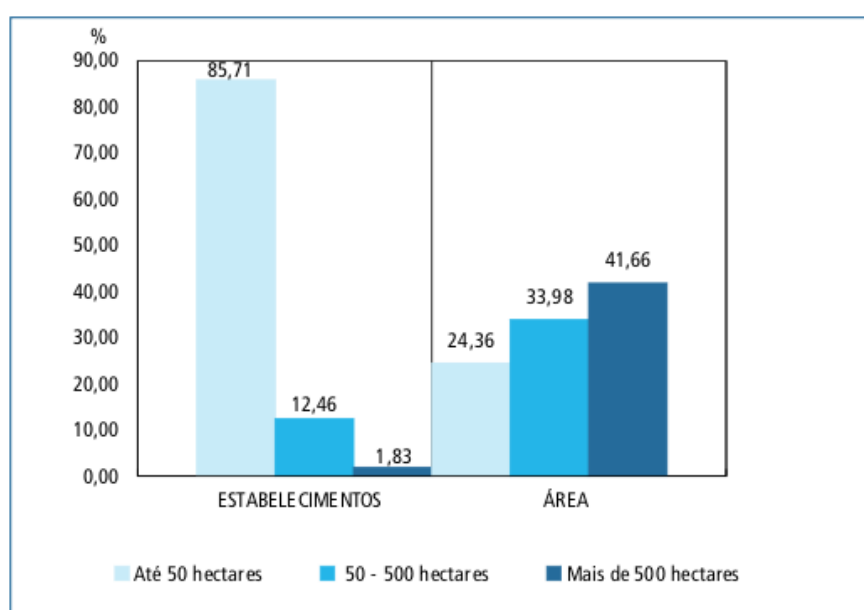


Figura 11. Estrutura fundiária no RS.

Fonte: SPG/RS, Atlas Socioeconômico do RS (2006).

Portanto, o tamanho das unidades de produção como um dos critérios analisados nesta dissertação, se fundamentou, basicamente, na discussão que se faz acerca de módulo fiscal e as suas implicações. O que seja módulo fiscal é definido pelo art. 4º do decreto 84685/80, como: *“o módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, será fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através de Instrução Normativa Especial, levando-se em conta os seguintes fatores: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e (d) o conceito de propriedade familiar”*. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei 8629/93, onde: (a) pequena propriedade – é o imóvel rural de área compreendida entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais; (b) média propriedade – é o imóvel rural de área superior a quatro (4) e até quinze (15) módulos fiscais; e (c) grande propriedade – é o imóvel rural de área superior a quinze (15) módulos fiscais. Serve de parâmetro ainda para definir os beneficiários do PRONAF – pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro (4) módulos fiscais.

Especificamente em relação ao município de Bagé³³, o critério “tamanho das unidades de produção” do projeto foi estipulado em até 280 hectares (10 módulos) segundo a classificação da EMATER/RS para a pecuária familiar, dando uma margem arbitrária de forma a não engessar aquelas unidades de produção que ultrapassem os seis (6) módulos fiscais preconizados pelo PRONAF para a pecuária, pois, fixando-se os seis (6) módulos vigentes atualmente, algumas unidades de produção de pecuária de base familiar, poderiam estar sendo alijadas do processo de análise, e de apoio e fomento por parte de políticas públicas de custeio, investimento e financiamento.

No que se refere à pecuária familiar em específico, alguns trabalhos foram realizados no Rio Grande do Sul objetivando caracterizar esse tipo de produtor familiar nos seus mais variados aspectos, levando em consideração a questão da

³³ Com base em dado fornecido pelo responsável do setor agropecuário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Bagé, Engº. Agrº. Edegar Franco, o módulo fiscal do município é de 28 hectares.

estrutura fundiária.

Cotrim (2003) se dedicou à caracterização do pecuarista familiar no que diz respeito à sua origem e situação socioagroeconômica no município de Canguçu/RS localizado na região da Serra do Sudeste do RS. Este trabalho identificou três tipos de pecuaristas familiares: os tradicionais, os pluriativos e os comerciais. Os tradicionais possuem sua origem nos primeiros donos de grandes extensões de terras (estancieiros). Sua principal fonte de renda provém de aposentadorias, poucos executam atividades não-agrícolas e a produtividade da terra e da mão-de-obra são baixas comparadas aos outros tipos identificados. Os pluriativos se caracterizam por possuir rendas não-agrícolas superior à agropecuária. A venda da força de trabalho no comércio local se constitui na principal atividade executada por esses produtores rurais. E, os comerciais, são a categoria que está mais vinculada ao mercado. Esses pecuaristas comercializam o gado por meio de intermediários que realizam a revenda aos frigoríficos. A inadimplência por parte dos corretores e frigoríficos se constitui em um dos grandes problemas encontrados por esses produtores.

Outro trabalho realizado nessa temática foi o de Torres & Miguel (2003) no município de Santana do Livramento/RS, o qual procurou realizar a caracterização e a análise socioeconômica da pecuária familiar. Os autores identificaram quatro tipos de produtores, denominados de tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 4. Os pecuaristas tipo 1 são aqueles que, em geral, possuem áreas maiores que 100 e menores que 500 hectares e que, praticamente, inexistem rendas não-agrícolas, tendo na pecuária de corte sua principal fonte de renda, procurando sempre se especializar na atividade agropecuária por meio da tecnificação. Seu principal local de comercialização é junto aos frigoríficos. O tipo 2 possui áreas menores que 100 hectares e a maior parcela da renda advém da atividade agropecuária, inexistindo rendas não-agrícolas. Esses pecuaristas encontram-se estagnados e possuem baixo nível tecnológico. Comercializam os terneiros e vacas para posterior processo de engorda. Aqueles denominados tipo 3 possuem áreas inferiores a 100 hectares e a maior parte da renda é proveniente da aposentadoria de membros da família. Como a maioria é especializado na terminação de animais, os comercializam junto aos frigoríficos. Por fim, os produtores tipo 4 são semelhantes aos pluriativos identificados por Cotrim, sendo que a renda não-agrícola se apresenta mais relevante que a renda agrícola, sendo aquela proveniente da prestação de serviço no comércio local ou para outros produtores da região.

Já o trabalho de Sandrini (2005) procurou focalizar a identificação das principais formas de inserção dos pecuaristas familiares do sul do Rio Grande do Sul na cadeia de carne e os principais fatores ou variáveis que explicam essas formas de inserção. Como resultado identificou-se três formas: as unidades familiares autônomas, que comercializam o gado no momento em que necessitam de dinheiro; as unidades familiares diversificadas com médio grau de comercialização, que comercializam o gado principalmente no momento em que o preço de mercado está elevado; e as unidades familiares com alto grau de comercialização, que vendem o gado quando o mesmo encontra-se pronto para o abate.

Percebe-se que os pecuaristas familiares apresentam muitas características em comum com os agricultores familiares e que por meio da comparação entre os estudos sobre a agricultura e a pecuária familiar, pode-se afirmar que estes pecuaristas constituem um tipo específico dentro da categoria agricultura familiar. A particularidade desses pecuaristas reside no fato de possuírem como atividade principal a pecuária de corte com base na economia familiar (SANDRINI, 2005). Segundo Cotrim (2003) os principais fatores que levam os pecuaristas familiares à descapitalização são: a falta de crédito e subsídio, o fracionamento das unidades de produção devido ao processo de heranças e as crises da atividade pecuária decorrentes da instabilidade do mercado de preços.

3.4 A pecuária familiar e sua interface com o modelo de modernização tecnológico-agropecuário e as políticas públicas

A inovação tecnológica se inicia na busca das necessidades tecnológicas das explorações agrícolas que constituem o setor produtivo e que se estende até o consumo. Isto implica satisfazer as demandas por meio da execução de mudanças tecnológicas que, incorporadas ao sistema produtivo e ao mercado, produzirão conseqüências econômicas, sociais e ambientais. Entretanto, estas conseqüências serão reflexos do sucesso ou do fracasso das lógicas destas inovações.

Segundo Cadena et al. (1986) diversos estudos sobre inovações tecnológicas exitosas do tipo mais freqüente, as incrementais, nos países desenvolvidos tem revelado números interessantes: 75% das inovações foram estimuladas pela demanda do mercado e somente 21% tiveram sua origem em oportunidades

proporcionadas pela ampliação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Os intercâmbios entre as organizações originaram não mais de 4%.

Tendo em vista as modificações na organização do trabalho e na relação do emprego de recursos na exploração agrícola na Itália, devido à introdução de novas tecnologias, iniciadas a partir de 1948, mas com maiores impactos nos anos 1970, Vellante (1981) analisa em seu trabalho o modo como essas várias tecnologias têm se distribuído entre a produção agrícola e de verificar os efeitos sobre a estratificação agrária. Tal estratificação, neste contexto, se correlaciona às novas formas de produção e à organização do trabalho, a qual resulta da interação entre tecnologia, sistema produtivo e propriedade dos meios de produção.

A evolução estrutural e tecnológica do período de 1945-1960 é caracterizada por uma situação de transição, na qual o capital agrário substitui gradualmente a posse da terra como fator essencial da produção agrícola, enquanto que o período de 1960-1970 é o da reestruturação agrária. Um conjunto de ações de desenvolvimento relativo à produção, aos setores e aos investimentos antecipa, de certa forma, um quadro de diferenciação estrutural entre a exploração familiar e a capitalista, entre as quais se justapõe um quadro de diversificação tecnológica. Essa diversificação tecnológica adotada nos vários processos de produção é proveniente de um estímulo à mecanização, tanto para a exploração capitalista de alta intensificação de capital como para a exploração familiar com grande disponibilidade de mão-de-obra. Esse estímulo à mecanização, através de financiamento público, resultou para a exploração capitalista maiores lucros devido a um incremento na produtividade de mão-de-obra e diminuição nos custos de produção. Para a exploração familiar, a aquisição de máquinas em número e potência superior às suas necessidades, devido a disponibilidade de mão-de-obra e a limitada área de cultivo, o resultado foi inverso daquele da exploração capitalista (VELLANTE, 1981).

José Graziano da Silva é outro estudioso que trata da temática da agricultura familiar. Segundo ele, a questão tecnológica e a ação do Estado são elementos importantes para a apreensão dos processos e dinâmicas referentes às unidades familiares de produção. Mesmo considerando a diversidade da agricultura familiar, esta deve adotar um grau mínimo de inovações tecnológicas, sem o qual estará ameaçada a sua sobrevivência.

O autor faz uma diferenciação entre ciência e tecnologia:

[...] O acervo de conhecimentos disponíveis constitui o que se chama de ciência e a aplicação destes conhecimentos a uma determinada atividade produtiva é o que se denomina de tecnologia. [...] Evidentemente, esse conjunto de conhecimentos disponíveis num determinado momento é um produto social, ou seja, a própria ciência depende do nível de desenvolvimento e das necessidades técnicas da sociedade (SILVA, 1999, p. 15-16).

Para Ploeg (1987) a crescente mercantilização do processo produtivo da agricultura, por um lado, e, a reformulação sistemática desse mesmo processo produtivo através do desenvolvimento tecnológico, por outro, estão transformando radicalmente o perfil e a dinâmica da agricultura europeia. O perfil da agricultura europeia ademais de diferente tornou-se mais diverso, pois os fenômenos da mercantilização e do desenvolvimento tecnológico, bem como a interação destes, não são constantes, e dependem do tempo, da época e da estrutura de produção e reprodução. Para suporte de sua análise, o autor define para o modelo de mercantilização da produção dois tipos de reprodução: a reprodução autônoma e a reprodução mercantilizada.

Na reprodução autônoma e historicamente assegurada, os fatores de produção e insumos são produzidos em ciclos anteriores na própria exploração familiar. A oferta de mão-de-obra é assegurada pela família. Da mesma forma, o capital fixo e o capital de trabalho, são financiados pela poupança de anos anteriores. Essa é uma agricultura que de forma alguma pode ser definida como agricultura tradicional. Ela pode ser encontrada nas agriculturas modernas da Holanda e no norte da Itália. Na reprodução mercantilizada, que rapidamente torna-se dominante na agricultura, os fatores de produção e insumos que entram no processo produtivo são adquiridos no mercado. Essa agricultura tem que seguir a lógica dos mercados, a qual a conduz para uma gestão empresarial bem distinta daquela (PLOEG, 1987).

A mercantilização não é um fenômeno homogêneo, pois existem explorações familiares que se integram ao mercado e outras que mantêm seu grau de autonomia. Esse aspecto pôde ser observado de forma empírica na pecuária familiar no município de Bagé durante a realização do trabalho a campo, principalmente nas conversas com os produtores familiares. Portanto, aquela que normalmente se define como uma característica geral da agricultura moderna – um alto grau de

integração no mercado – de fato não é. Apesar de serem minoritárias, existem as explorações familiares que produzem para o mercado, no entanto, não dependem diretamente desse mercado para sua reprodução. Entretanto, deve-se ressaltar que a tendência de subordinação da agricultura familiar às relações capitalistas de mercado não se completa por inteira, pois numerosas explorações familiares continuam produzindo conscientemente sua autonomia e podendo realizar uma gestão “empresarial” com uma lógica diferente da lógica capitalista.

O desenvolvimento tecnológico e mercantil da agricultura, bem como a interação mercantilização-tecnologia, dependem da padronização do trabalho concreto. A diversidade da agricultura, principalmente a familiar, não é compatível com a dinâmica e a lógica reducionista da ciência moderna. Para o desenvolvimento de uma nova tecnologia é necessário o detalhamento e o controle dos fatores e condições externas que possam perturbá-lo. Cada tecnologia tem um código muito específico, traduzido pelas vantagens comparativas da ambiência onde foi desenvolvida. Portanto, a simples transferência de uma determinada tecnologia para outro ambiente resulta para estes mais prejuízos do que benefícios:

... que la tecnificación de la producción agrícola es mucho mas complicada de lo que normalmente se pueda suponer. Y que uno de los peligros reales inherentes a esta tecnificación es la negación de la especificación y la potencialidad de los recursos naturales y humanos aplicados em la agricultura... Y que, em consecuencia, hará necesario el sueño de una tecnificación que promete mucho, pero de pobres resultados (PLOEG, 1987. p. 68-69).

De acordo com a Embrapa (2005) os pecuaristas familiares representam uma fração importante da população rural na região da Campanha Gaúcha. Estes hoje são reconhecidos pelos agentes da extensão oficial e suas demandas principais se concentram no atendimento das questões de infra-estrutura como saúde, energia elétrica e transporte. No entanto, em relação às demandas tecnológicas, estas se concentram na busca de animais adequados às condições de criação, melhoria do controle de enfermidades parasitárias e novas alternativas forrageiras para alimentação animal.

Diversos estudos como o de Ribeiro (2003), Luizelli (2001), Torres & Miguel (2003) e Cotrim (2003), dedicaram-se ao estudo da categoria social “pecuarista familiar”, onde afirmam que grande parte destes encontra-se empobrecida, com pouco recurso para investimento na atividade produtiva e com dificuldades de acesso ao crédito/financiamento. Segundo os autores, existe grande diversidade

entre esses pecuaristas, tanto no que se refere às condições ambientais dos estabelecimentos rurais quanto em relação às estratégias de reprodução social. Alguns diversificam suas atividades produtivas, outros buscam atividades não-agrícolas e outros ainda têm na aposentadoria sua maior fonte de renda; nesse caso, o gado se torna uma mercadoria de reserva, comercializada em períodos de necessidade.

Ribeiro (2003) relata que, apesar da estreita semelhança entre pecuaristas e agricultores, de caráter familiar, os primeiros não são beneficiados com as políticas públicas elaboradas para atender a categoria social da agricultura familiar, isso em parte, devido ao desconhecimento, em termos de caracterização e especificidade, que as instituições possuem sobre as unidades familiares de produção que praticam como atividade principal a pecuária de corte (bovinos e ovinos).

No que se refere às políticas agrícolas brasileiras, pode-se começar a análise deste tema afirmando-se que, estas privilegiaram, ao longo dos anos e na maioria dos casos, a agricultura patronal, preferencialmente, os grandes produtores de *commodities* de exportação e os integrados aos complexos agroindustriais. Em meados da década de 1960, o governo lançou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que tinha como principal finalidade a alteração da base técnica de produção visando à modernização da agricultura brasileira. Para tanto, o governo criou um mecanismo que possibilitou a alocação de um montante de recursos aos agricultores sem precedentes na história e a taxas de juros subsidiadas. Esses recursos foram destinados majoritariamente aos grandes agricultores, especialmente, produtores de *commodities* de exportação localizados nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Os principais objetivos do projeto de “modernização da agricultura” eram o aumento da produtividade agrícola, o que geraria, possivelmente, um substancial aumento das exportações e a formação de um mercado interno para os produtos industriais, como os tratores e fertilizantes (SILVA, 1999). No entanto, ao longo das décadas de 70 e 80, a pecuária não era um setor formador de mercado interno consumidor dos produtos das indústrias de bens de consumo e de capital como era a agricultura.

Essa política pública teve seus objetivos alcançados: os agricultores aumentaram tanto a aquisição de máquinas e implementos quanto o consumo de insumos modernos, especialmente fertilizantes e defensivos. O crescimento da demanda intermediária da agricultura foi tão grande que estimulou a proliferação de

plantas industriais a montante da agricultura, produtora desses bens. Os principais resultados agrícolas dessa mudança técnica na produção foram o aumento da produtividade dos fatores e da oferta de produtos agrícolas. A disponibilidade de matéria-prima agrícola, por sua vez, estimulou a proliferação de plantas industriais a jusante da agricultura, de agroindústrias e de indústrias alimentares.

O crescimento articulado entre os três segmentos: a indústria a montante (produtora de máquinas, implementos e insumos agrícolas), a indústria a jusante (processadora de matérias-primas agrícolas e transformadora de alimentos) e a agricultura (produção), fez com que o período que vai de meados de 1960 a 1980 ficasse conhecido como o da “industrialização da agricultura” ou da formação dos complexos agroindustriais (CAI_s). Ou seja, segundo Kageyama (1987), a agricultura do Brasil passou por um processo de “caificação” (formação dos CAI_s).

Na década de 1980, a política agrícola mudou, entrando em cena a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Diferentemente da anterior SNCR, essa tinha como objetivo principal influenciar indiretamente a quantidade e a composição da oferta agrícola. Isso se daria através da intervenção do governo na seleção dos produtos que teriam preços garantidos. Ainda assim, os mais beneficiados foram os grandes agricultores patronais, especialmente, os produtores de grãos das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Essas políticas agrícolas, apesar de terem alcançado seus objetivos, tiveram consequências agrárias relevantes. Nas décadas de 1960 a 1980, aumentou-se o êxodo rural, a pobreza e as desigualdades sociais entre produtores e regiões rurais. A constatação de que a pobreza no meio rural passou a aumentar substancialmente foi fundamental para que o governo, em 1995/1996, lançasse o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O principal objetivo dessa política agrícola se fundamenta na redução da pobreza e das desigualdades sociais existentes no meio rural. Esta política funciona de forma similar à do SNCR só que, neste caso, quem tem direito a acessar o crédito é a agricultura familiar, a qual é definida a partir de dois critérios principais: tamanho do estabelecimento e renda anual.

Segundo o BNDES (2007) o objetivo do PRONAF é o de financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, ou seja, para aquela unidade familiar de produção, onde prevaleçam os membros da família e que habitem a

mesma residência, explorando as mesmas áreas de terra. Portanto, os clientes passíveis de apoio no âmbito do programa, são os agricultores familiares que: (a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; (b) residam na unidade de produção ou em local próximo; e (c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor e, além disso, que se enquadrem nas categorias do programa.

O percentual do número de contratos firmados é utilizado como indicador de atingimento de metas do PRONAF. Ou seja, como variável, é analisada a relação do percentual do número total de contratos firmados nos estados em relação ao total de contratos firmados no Brasil. Esse indicador informa essa proporção e demonstra onde ocorre a maior procura por crédito (figura 12).

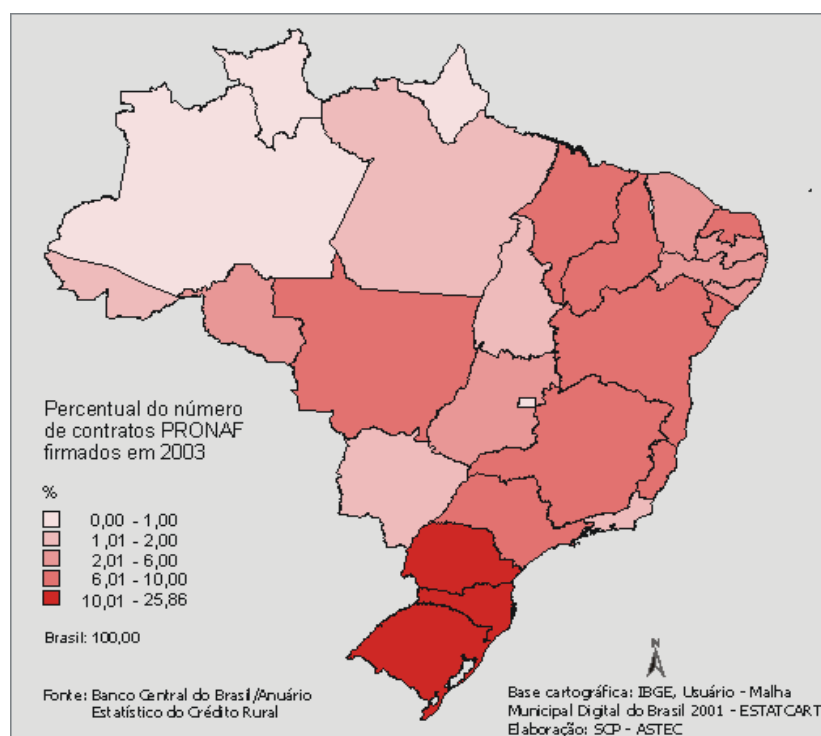


Figura 12. Contratos firmados do PRONAF.

Fonte: Banco Central do Brasil/Anuário (2001).

Ferreira et al. (2001) fez um balanço do PRONAF e identificou que até aquele ano, os recursos tinham sido alocados especialmente para a região Sul e para produtores melhor inseridos nas respectivas cadeias produtivas. Esta situação lança dúvidas quanto à eficácia desta política obter sucesso no sentido de alcançar suas

metas. Por isso, talvez seja necessário que se façam ajustes e correções nos critérios balizadores que permitem o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares, principalmente os menos capitalizados.

Segundo Cotrim (2003) o conceito de exploração familiar ou agricultura familiar³⁴ gera vários debates, em âmbito acadêmico e de instituições governamentais, quanto à exclusão de diversos sistemas de produção que se encontram fora dos limites que são utilizados para se considerar um agricultor familiar ou uma unidade de produção de caráter familiar. Por exemplo, de acordo com os parâmetros utilizados pelo PRONAF, o agricultor que auferir renda total superior a R\$ 27.500,00/ano, e com área de terra que ultrapasse quatro (4) módulos fiscais, não se enquadra como familiar e, portanto, não pode ser contemplado com o financiamento.

O autor ainda afirma que este mesmo parâmetro é utilizado em instituições de extensão rural, como a EMATER/RS. Há também restrições em relação quanto a principal fonte de renda do estabelecimento. Para o PRONAF e a EMATER/RS, a unidade de produção de caráter familiar é aquela onde cerca de 80% da renda total seja oriunda de atividades agropecuárias. Portanto, casais de agricultores que recebam juntos R\$ 5.760,00/ano de rendas não-agrícolas, o que representa um salário mínimo por mês para cada cônjuge, precisariam obter renda agrícola de R\$ 23.040,00/ano para se enquadrarem nestes limites. No entanto, se somarem-se às rendas agrícola e não-agrícola, a renda total para uma unidade de produção ser considerada familiar, que é de R\$ 27.500,00/ano, é ultrapassada. Dessa forma, há várias lacunas a serem esclarecidas sobre a concepção de agricultura e pecuária de base familiar utilizada pelos órgãos e instituições, que se baseiam, fundamentalmente, em indicadores de área e renda. Isto demonstra que o termo ou conceito de agricultura familiar não é homogêneo. O que a realidade tem mostrado é que fatores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais são de fundamental importância para se identificar os sistemas locais de produção e a que tipo de atividade agrícola se está referindo. Em suma, se observa que os fatores empregados atualmente para a identificação dos sistemas de produção familiares excluem o segmento dos pecuaristas familiares.

Por sua vez, o Programa RS Rural é fruto de acordo de empréstimo do estado

³⁴ Para fins deste trabalho, os termos “exploração familiar” e “agricultura familiar” possuem o mesmo significado.

do Rio Grande do Sul com o Banco Mundial (BIRD) e tem como objetivo combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e o êxodo da população rural gaúcha, melhorando sua qualidade de vida e sua capacidade produtiva. Promove ações integradas de infra-estrutura familiar e comunitária, geração de renda, e de manejo e conservação dos recursos naturais, bem como projetos de suporte e desenvolvimento institucional. O Rio Grande do Sul possui cerca de 400 mil famílias rurais, das quais 90% são de pequenos agricultores, incluindo 234 mil famílias consideradas pobres (renda abaixo de 1,5 salários mínimos mensal *per capita*). O programa visa melhorar o gerenciamento e preservação dos recursos naturais, através uma estratégia integrada de adoção de práticas sustentáveis de uso da terra e conservação do solo e da água, bem como, melhorar as condições de vida e renda das comunidades rurais pobres. Há cinco componentes principais: subprojetos de administração dos recursos naturais, subprojetos de redução da pobreza rural, serviços de apoio aos beneficiários do projeto, desenvolvimento institucional e administração do projeto. O RS Rural é coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado do Rio Grande do Sul e os principais beneficiários (público-alvo) desse programa são as famílias pobres do meio rural, pescadores artesanais, indígenas e remanescentes de quilombos. As comunidades são atendidas mediante o financiamento à execução de projetos e ações enquadradas nos componentes de combate à pobreza. No entanto, apesar dessa iniciativa, pode-se observar que suas ações são bastante “amplas”, ou seja, não se vislumbra, especificamente, a categoria da “pecuária familiar” no bojo deste programa.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a pecuária familiar, produtora de carne (bovina e/ou ovina), ficou à margem dos instrumentos de política agrícola até à atualidade. Talvez isso se deva a uma visão de que se trata de uma atividade extensiva e que representa a elite do meio rural. Esta percepção, para os dias atuais, certamente é um equívoco: primeiro porque dentro da atividade pecuária há uma profunda diferença entre os produtores, a qual vai desde o pecuarista familiar ao grande pecuarista patronal (de carne identificada e com marca) bem como o de reprodutores (cabanhas); e segundo, porque a atividade pecuária, em seu conjunto, sofre continuamente oscilações em seus rendimentos em função da dinâmica dos mercados e das conjunturas nacional e internacional.

Segundo a Embrapa (2005) a identificação do crescimento em importância de uma nova tendência tem sido a abordagem territorial no desenho de novos formatos

tecnológicos. Concomitante a isso aparece uma forte tendência de ampliação da base social demandante de tecnologias de produção agropecuária com a maior participação organizada de outras categorias sociais, como a pecuária familiar. São condicionantes importantes que nos levam a considerar a necessidade de se produzir tecnologias apropriadas às diferentes condições socioculturais, econômicas e ecológicas pertinentes a cada categoria social, seja do agronegócio, seja da agropecuária familiar que englobam uma diversidade de produtores.

Sendo assim, é importante se conhecer as características e peculiaridades da pecuária familiar e, por conseguinte, do pecuarista familiar, para que se possa propor políticas adequadas às reais necessidades destes e estabelecer mecanismos de inclusão, em função dos ambientes institucional, organizacional, político e mercadológico vigentes.

Além disso, o ambiente econômico capitalista de acirrada concorrência mercadológica tende a agravar ainda mais a situação de precariedade, pela falta de estímulos a essas unidades de produção familiares, assim como aos demais agentes implicados em suas cadeias produtivas, em níveis local, regional e nacional. Por isso, se mostra relevante que estudos e pesquisas sejam direcionados de forma a contribuir para a inserção e para proporcionar maior visibilidade aos pecuaristas familiares em suas diferentes realidades.

Concomitante a isto, para que se possa fazer a análise da inserção (ou não) desse pecuarista familiar nas cadeias produtivas, é necessário antes estabelecer qual a definição de cadeia produtiva³⁵ vigente. Entende-se por esta como sendo um conjunto de fases consecutivas pelas quais são transformados e transferidos os diversos bens intermediários utilizados no processo produtivo. Em outras palavras, a cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto. É ainda uma segmentação longitudinal, sendo cada etapa do processo produtivo representada por uma empresa ou um conjunto delas. Assim, essas cadeias resultam da crescente divisão do trabalho e na maior interdependência entre todos os segmentos

³⁵ Cadeia produtiva, no conceito de Castro (2002) e Cunha (1994), é um sistema constituído por um grande número de elementos e processos interligados, incluindo sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, que propiciam a oferta de bens e serviços aos consumidores finais. Esse conjunto de processos e de organizações ligadas por objetivos comuns constitui um sistema que, por sua vez, engloba outros sistemas menores ou subsistemas. Assim, a reunião de todos os sistemas ou cadeias produtivas pertencentes ao sistema agroalimentar ou agroindustrial caracteriza-se num sistema maior designado de agronegócio.

produtivos que incluem os elos de ligação entre matérias-primas básicas, às máquinas e equipamentos, os produtos de consumo intermediário e o produto final, bem como, sua distribuição e comercialização.

Empiricamente, o pecuarista familiar em Bagé não integra, nos moldes formais segundo o conceito de Castro (2002) e Cunha (1994), a cadeia produtiva da carne bovina, e quando integra essa participação se faz de forma assimétrica. Esse fato se deve fundamentalmente a dois fatores: (a) pela baixa escala de produção em termos de abastecimento para a cadeia produtiva da carne; e (b) pela característica do bovino ser, ao mesmo tempo, bem de consumo e bem de capital, onde o produtor se move até o mercado (cadeia produtiva) quando é favorável e conveniente segundo suas aspirações e necessidades, pois pela lógica de produção do pecuarista familiar este não atende única e exclusivamente o lucro.

O estudo das principais cadeias produtivas presentes numa determinada região ou a identificação de outras formas de configuração dos segmentos produtivos permite apreender as suas principais potencialidades e limitações. Esse processo viria a apontar as estratégias e as linhas de ação a serem perseguidas e implementadas pela pecuária familiar da região sul do estado do Rio Grande do Sul, de forma articulada às grandes tendências da atualidade. Isso indicaria também as alternativas de investimentos de forma racional e eficiente, que podem dinamizar e garantir a competitividade dos principais atores locais inseridos ou não em uma cadeia formal e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da região. Além disso, tal fato viria a aumentar a capacidade de compreensão dos elementos fundamentais de produção primária familiar da região, possibilitando a elaboração de propostas efetivas e reais para enfrentar os desafios da globalização e da emergência de novos paradigmas tecnológicos.

4 ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS

Neste último capítulo, apresentar-se-ão os resultados de pesquisa obtidos a campo por meio de entrevistas com questionários aplicados pelo autor do trabalho aos pecuaristas familiares no município de Bagé. Procurou-se abordar, em um primeiro momento, a existência dessa categoria social, e na seqüência suas características manifestas em termos de estrutura fundiária, natureza da mão-de-obra e sistemas de produção, este último aspecto, focando questões de ordem técnico-produtivas; e, em um segundo momento, sua inserção e possibilidades de articulação no mercado, bem como, seu acesso aos recursos e serviços públicos para financiamento, custeio e comercialização da atividade pecuária. Por fim, procura-se descrever o perfil sócio-demográfico do ator social – o pecuarista familiar.

4.1 Caracterização e organização da mão-de-obra da pecuária familiar em Bagé/RS

Segundo dados da EMATER/RS (2003), a análise unidimensional, tem sido um obstáculo na interpretação da realidade da região Sul do RS, pois, considerando-se apenas o modelo atualmente preconizado, a noção de “pequeno produtor” refere-se aquele que ocupa uma posição inferior ao padrão dito “médio” ou “grande”, desta forma, os pequenos de determinada região não são pequenos se comparados com outros produtores de diferentes regiões. Na região da Campanha Meridional, onde o município de Bagé encontra-se inserido, dados mostram como “pequenos” um grupo de produtores com áreas superiores aos “pequenos” das regiões da Serra ou Médio Alto Uruguai, tida como predominantemente de agricultura familiar. Ou seja, o que é grande para a parte Norte do estado acaba se tornando pequeno para a parte Sul. Criou-se, e permanece até hoje, a idéia de que não há pequenos produtores no município de Bagé, muito menos agricultores/pecuaristas familiares, e que por isso mesmo, não há necessidade de programas e políticas públicas para um público que “não existiria”.

No entanto, segundo os critérios estipulados nesse trabalho de pesquisa, sustentados sobre um farto referencial bibliográfico, pôde-se observar a existência da categoria social “pecuária familiar” no município de Bagé, verificação essa

apoiada pelos órgãos públicos municipal e estadual, respectivamente, a Prefeitura Municipal e a EMATER/RS. Assim sendo, reafirma-se o conceito de pecuária familiar a qual seria aquela atividade: *(a) que tenha como principal ocupação a criação de animais para corte (bovinos e/ou ovinos) e que esta atividade ocupe a maior parte da área em termos expressivos, do estabelecimento rural, não sendo necessário, que esta atividade responda pela maior fonte de renda em termos monetários; (b) que a mão-de-obra seja predominantemente familiar, isto é, a mão-de-obra assalariada não pode ser mais representativa do que a familiar; (c) que o tamanho da área do estabelecimento rural não seja superior a 280 hectares; e (d) que o produtor e sua família tenham residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo.*

Referente à mão-de-obra da pecuária familiar, analisada a de caráter familiar e contratada, chegou-se a um número representativo e mais expressivo daquela de ordem familiar, conforme a tabela 2, aspecto esse de fundamental importância na caracterização e análise de sistemas de produção agrícola familiar, pois se refere à natureza do trabalho (mão-de-obra familiar e familiar complementada com a contratada). A principal tarefa da mão-de-obra familiar está direcionada à manutenção do sistema produtivo como um todo (entradas e saídas, lida diária no campo e necessidades da família) enquanto que a mão-de-obra contratada dedica-se a tarefas estritamente relacionadas à atividade produtiva agrícola.

Tabela 2. Natureza do trabalho (mão-de-obra) nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Natureza do trabalho	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Familiar	35	87,5	87,5
Familiar e Contratada	5	12,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Constatou-se que tanto os sistemas com renda agrícola quanto aqueles com renda não agrícola têm por objetivo primordial a manutenção da família, com isso, caracterizando uma lógica onde, em primeiro plano, se objetiva suprir as necessidades básicas da família e de reprodução social.

Considerando que a lógica do pecuarista familiar é a de promover sua manutenção, toda produção atenderá, em maior ou menor grau, o auto-consumo da família. Ou seja, não se trata de uma lógica de mercado de apenas produzir para vender, mas sim de quanto a família precisa produzir para o auto-consumo e ainda adquirir renda da venda de parte da produção. Sendo assim, o que torna a unidade de produção viável, do ponto de vista da agricultura familiar, é a capacidade do sistema de produzir o necessário para a sobrevivência e, ainda assim, obter renda; denotando, com isso, a relação consumo/trabalho do universo das unidades familiares de produção. Portanto, no presente trabalho, os dados econômicos e de rendas podem até indicar uma alta ou baixa rentabilidade dos produtores em termos contábeis, mas na verdade não representa a renda apenas do que foi comercializado, mas contabiliza junto o que foi consumido pela família no sistema e, assim sendo, a margem de rentabilidade real diminui. Esse produtor comercializaria sua mercadoria (parte da produção de gado) com vistas a outros gastos que se poderia denominar de não-essenciais como: alimentação, vestuário, educação formal, dentre outros; ou seja, este se regeria pelo que se chama de racionalidade instrumental³⁶.

Por esse motivo, para a categoria social da pecuária familiar, o importante não é o quanto vende de sua produção (lógica de não acumulação de capital), mas sim o quanto o sistema consegue produzir para suprir suas necessidades e de sua família. No momento em que os estabelecimentos não conseguem um montante adequado para este fim, se torna necessário buscar outras fontes de renda para suprir estas necessidades, no caso com as rendas não agrícolas (EMATER/RS, 2003).

³⁶ Entende-se como sendo a forma na qual prevalece a busca pelo sucesso individual, despreendido do julgamento ético e norteadas pelo comportamento das pessoas, em grande parte, através do mercado – o que traz como resultado, à sociedade contemporânea, o fato de que o indivíduo se tornou “uma criatura que se comporta” (Ramos, 1989), pois na perspectiva da razão como produto social, a capacidade individual do julgamento ético foi transferida para comportamentos socialmente desejados. A racionalidade instrumental se caracteriza por uma visão utilitarista, fruto de um modelo de sociedade centrado no mercado, com seres humanos induzidos por meios de comunicação e de publicidade, que interferem no poder de discernimento, inibindo espaços de manifestação prática de outro tipo de racionalidade que privilegia o desenvolvimento humano e social.

4.2 Caracterização da estrutura fundiária da pecuária familiar em Bagé/RS

Um dos aspectos centrais na discussão das particularidades da pecuária é abordado por Fochezatto et al. (2004), onde o autor analisa a questão do tamanho das unidades de produção dos pecuaristas familiares, a qual tem de ser considerada em relação à dimensão da renda permitida, tanto pela atividade principal (a pecuária extensiva a pasto nativo ou cultivado, de bovinos de corte e/ou ovinos), quanto pelos cultivos de subsistência (caso haja). Nesse sentido, uma área de até 300 hectares pode ser considerada pequena, guardadas as devidas proporções e especificidades dos sistemas de produção pecuários. Sendo assim, diferentes qualidades de solo, configurações de relevo ou diferenças de tamanho entre 100 e 300 hectares podem diferenciar, substancialmente, a renda familiar dos produtores dentro desse mesmo estrato social em função do condicionante ambiental. Não obstante, as condições de produção da pecuária familiar tendem a garantir a segurança alimentar da família. A atividade principal, dependendo das circunstâncias, pode ou não assegurar uma renda monetária suficiente para a família realizar suas outras necessidades de consumo. A dependência em relação ao mercado refere-se, principalmente, a essas outras necessidades de consumo não alimentar.

Segundo a EMATER/RS (2003), embora existam ainda grandes unidades de produção, as mudanças históricas provocaram a formação de um contingente de produtores rurais que, apesar de possuírem áreas menores, continuaram com a pecuária de corte como sua principal atividade produtiva. Esses produtores, mesmo pouco reconhecidos, são numerosos e se constituem em importante categoria social do campo. Apesar dos conceitos, e preconceitos, existentes em relação à região sul do RS de que nela existem apenas grandes unidades de produção, os estabelecimentos rurais com até 100 hectares representam cerca de 70% do total das unidades produtivas da região, incluído aí o município de Bagé, sendo em grande parte de pecuaristas. No presente estudo de caso desse trabalho de pesquisa, 80% dos estabelecimentos entrevistados (tabela 3), no município de Bagé, tinha até 200 hectares, o que para a atividade pecuária, não é considerada grande unidade produtiva, ainda mais pelo fato da região em estudo apresentar solos frágeis, ondulados e com afloramento de rochas, o que não permite a utilização de toda a área agrícola. Obviamente que se deve ressaltar que o objeto de estudo e, conseqüentemente, as áreas rurais abrangidas no trabalho recaíram sobre a

pecuária familiar, mas mesmo assim pode-se demonstrar, com isso, a importância dos estabelecimentos de menor porte para o desenvolvimento social e econômico do município.

A maioria dos municípios da região da Campanha apresenta um alto índice de unidades de produção rurais com até 200 hectares. Com exceção de Uruguaiana, em que o percentual de estabelecimentos com menos de 200 hectares é de 49%, todos os demais municípios apresentam percentuais superiores a 64%. Portanto, ao contrário do que se afirma, considerando-se o número de estabelecimentos rurais, não existem somente grandes unidades de produção, mas sim um grande número de unidades de produção com limitada área física, principalmente quando se trata da pecuária.

Tabela 3. Distribuição dos estratos de área total nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Estratos de área (Ha)	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0 – 50	13	32,5	32,5
50 – 100	10	25,0	57,5
100 – 200	9	22,5	80,0
200 – 300	5	12,5	92,5
Acima de 300	3	7,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

A pecuária familiar, na maioria dos casos, encontra-se entremeada às unidades de produção maiores, próximas ao que se denomina de estâncias, e distribuídas em todos os municípios da região da Campanha. Esta é uma característica da região, o que acaba dificultando a identificação desta categoria social e faz com que não se dê tanta importância e/ou não se reconheça sua existência. Entretanto, grande parte dos produtores vive em estabelecimentos constituídos de pouca dimensão física (terra), utiliza mão-de-obra essencialmente familiar e tem na pecuária de corte uma importante fonte de renda. Apesar da distribuição espacial dispersa, há regiões onde se tem uma concentração maior e uma predominância desses produtores (figura 5, página 37). Ainda assim, estas localidades identificadas apresentam diferenças entre si, ou seja, as variações ambientais fazem com que existam tipos distintos de pecuaristas familiares. As lógicas de produção e a base das atividades produtivas são similares, porém os

recursos, as produções, os aspectos de comercialização, o acesso às informações e os anseios e expectativas quanto ao futuro variam. Há, porém, uma identidade cultural de “pecuaristas”, de homens ligados ao gado como atividade que lhes dá segurança, sendo este mesmo gado visto como mercadoria de reserva e comercializado de acordo com as necessidades, expectativas e desejos da família (EMATER/RS, 2003). Luizelli (2001), no entanto, relata que o modo de vida e o sistema de produção extensivo utilizados na grande unidade de produção são reproduzidos na pequena unidade de produção, a qual tem naquela sua referência.

4.3 Caracterização do sistema de produção da pecuária familiar em Bagé/RS

O termo “pecuária familiar” necessita ainda de uma definição mais exata e clara. A utilização desse termo, que é relativamente recente e ainda restrita, se refere aos produtores que se dedicam basicamente à pecuária bovina de corte (tabela 4), algumas vezes associada à criação de ovinos e/ou caprinos, bem como às pequenas áreas de agricultura, mostrando que, embora a pecuária seja a atividade principal, ocorre nestas unidades produtivas uma produção de auto-consumo em uma menor escala.

Tabela 4. Principal atividade produtiva nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Atividade produtiva principal	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Agricultura	1	2,5	2,5
Pecuária	37	92,5	95,0
Agricultura + Pecuária	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

A tabela 4 revela que a atividade conjunta entre pecuária e agricultura, com fim comercial, ocorre em apenas 5% das unidades, demonstrando a especificidade desta categoria social, pecuária familiar, em relação à agricultura familiar.

Já na tabela 5, pode-se visualizar a ovinocultura (fora a bovinocultura de corte) como atividade produtiva considerada de importância secundária com 60% dos casos. Ou seja, esta atividade denotaria a complementação de outras atividades no interior da unidade de produção que participam na composição da renda do produtor.

Tabela 5. Atividade secundária nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Ovinocultura	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Sim	24	60,0	60,0
Não	9	22,5	82,5
Não se aplica	7	17,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

No que diz respeito à forma de obtenção da área, a modalidade de exploração e as áreas arrendadas, pode-se observar, respectivamente, pelas tabelas 6, 7 e 8 os dados referentes a estas características. Em relação à forma de obtenção observa-se certa proporcionalidade entre áreas herdadas, herdadas mais áreas compradas e somente áreas compradas, pelos pecuaristas familiares. Já na modalidade de exploração predomina o percentual de proprietários das áreas com 85% dos casos. Nas áreas arrendadas pelos produtores, sejam parceiros, arrendatários ou proprietários, 70% dos casos se concentra na faixa até 50 hectares. No entanto, esse arrendamento se dá de várias maneiras, formal ou informalmente, principalmente na forma de arrendamento por cabeça (gado a pastoreio), o que demonstra ser esta uma estratégia de produção da pecuária familiar.

Tabela 6. Forma de obtenção da área nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Forma de obtenção	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Herdada	14	35,0	35,0
Herdada + Áreas Compradas	12	30,0	65,0
Comprada	11	27,5	92,5
Arrendada	3	7,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 7. Modalidade de exploração nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Modalidade	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Parceria	4	10,0	10,0
Arrendado	2	5,0	15,0
Proprietário	34	85,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 8. Estratificação de área na forma de arrendamento nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Estratos de área (Ha)	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0 – 50	28	70,0	70,0
50 – 100	5	12,5	82,5
100 – 200	7	17,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

O sistema de produção se caracteriza por abranger diversos aspectos relacionados à forma de como se dá o processo produtivo da atividade agrícola e suas relações com os recursos econômicos, sociais e ambientais, não perdendo a idéia de que o homem encontra-se engendrado nesse sistema. Em relação ao sistema produtivo em si, pode-se afirmar que a lógica da pecuária familiar não segue de forma inexorável o mercado, no entanto, as transformações relativas ao ciclo de produção na pecuária (cria – recria – engorda) no que tange a flexibilidade e elasticidade são, em parte, levadas em consideração pelo produtor familiar na obtenção da renda, fundamentalmente no mercado local e/ou regional. Nessa lógica e levando em consideração que a noção de sistema requer uma visão holística dos fatores e forças produtivas envolvidas no processo, a seqüência de tabelas a seguir procura dar conta dessa multiplicidade de elementos que fazem parte da dinâmica produtiva. Analisaram-se a forma de aquisição dos insumos produtivos (tabela 9), a fonte de água aos animais (tabela 10), o tipo de pastagem mais utilizada (tabela 11), o sistema de manejo da pastagem (tabela 12) e o sistema de reprodução dos animais (tabela 13), elementos esses fundamentais na configuração da atividade pecuária. Na tabela 9 pode-se notar a predominância (95%) da compra como forma de obtenção dos insumos; na tabela 10, 62,5% dos produtores tem no açude e nos rios, arroios e sangas a fonte de água para os animais; na tabela 11, 67,5% dos produtores utilizam a pastagem nativa como fonte de alimentação dos animais, dado esse que se mostra de fundamental importância, tendo em vista que a região de estudo se localiza no bioma Pampa, a qual tem na pastagem nativa uma de suas maiores riquezas e características ambientais no que tange à composição botânica; na tabela 12, 80% dos produtores realizam o pastoreio contínuo de suas áreas; e na tabela 13, 80% dos pecuaristas tem na monta natural a base do sistema de reprodução dos animais, sendo que, em alguns casos, produtores que não tem touro

no seu estabelecimento rural, utilizam o touro do vizinho, sendo a forma de pagamento ao proprietário do animal realizado por meio de serviços e trocas, em épocas que aquele necessita de ajuda.

Tabela 9. Aquisição de insumos produtivos nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Forma de aquisição	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Compra	38	95,0	95,0
Compra + Troca	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 10. Fonte de água aos animais nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Fonte de água	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Açude	6	15,0	15,0
Rio, arroio e/ou sanga	9	22,5	37,5
Açude + RAS (rio, arroio e/ou sanga)	25	62,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 11. Tipo de pastagem mais utilizada nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Tipo de pastagem	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Nativa	27	67,5	67,5
Nativa e Cultivada	13	32,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 12. Sistema de manejo da pastagem nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Sistema de manejo	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Pastoreio Contínuo	32	80,0	80,0
Pastoreio Rotativo	1	2,5	82,5
Misto (contínuo + rotativo)	7	17,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 13. Sistema de reprodução dos animais nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Sistema de reprodução	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Natural	32	80,0	80,0
Natural + IA (inseminação artificial)	4	10,0	90,0
Não se aplica	4	10,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Cabe ressaltar que determinadas decisões tomadas no estabelecimento rural e na atividade produtiva, não respondem somente a estrutura econômica da pecuária de corte. Em relação a esse aspecto, pode-se notar nas tabelas 14 e 15, que a venda de terneiros (85%) encontra-se associada ao valor comercializado, ao passo que, a raça predominante (85%) de gado de corte utilizada revela uma estratégia de reprodução do sistema.

Tabela 14. Objetivo econômico da atividade produtiva nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Objetivo econômico	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Cria	34	85,0	85,0
Recria	1	2,5	87,5
Cria e recria	4	10,0	97,5
Ciclo completo	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 15. Raça predominante de bovinos nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Raça	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Cruza (europeu + zebuino)	34	85,0	85,0
Aberdeen Angus (vermelha)	2	5,0	90,0
Charolês	1	2,5	92,5
Braford	1	2,5	95,0
Brangus	1	2,5	97,5
Limousin	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Em relação aos ovinos e eqüinos, pode-se relatar que a raças predominantes de ovinos verificadas nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS foram a Corriedale e a Merino Australiano, juntas respondendo por 50% dos casos – 25% cada, demonstrando que esta atividade, do ponto de vista econômico, encontra-se ainda mais voltada para o mercado da lã. Já os eqüinos, por sua vez, estão presentes em todos os estabelecimentos rurais analisados no município de Bagé, os quais são considerados animais de trabalho essenciais, visto que o cavalo é necessário nas atividades a serem desenvolvidas (“a lida”) que, sem o mesmo, não seriam possíveis, bem como representam a identidade e a cultura do pecuarista. A raça mais representativa de cavalo (65%) verificada foi a Crioula.

O agricultor familiar era comumente classificado apenas como “pequeno produtor” há alguns anos. Esta definição se resumia ao volume de produção ou ao tamanho da área do estabelecimento, sendo este um conceito insuficiente para definir o agricultor familiar e contemplar sua existência e lógica de produção. Ou seja, se trata de uma análise unidimensional que se baseia meramente em uma única variável como a dimensão territorial (pequeno, médio ou grande). Dessa forma, o fato de não ser relacional com outras variáveis, permite somente colocar os produtores em posições relativas a outros produtores. A delimitação do universo familiar de produção na agropecuária se dá a partir de relações sociais de produção, não estando atrelada necessariamente a um limite máximo de área, renda ou volume de produção e tão pouco associada, simplesmente, à pequena produção (EMATER/RS, 2003). Nessa perspectiva, associada às características do universo familiar, outro aspecto de fundamental importância que encerra a categoria da pecuária familiar está relacionado à residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo do produtor com sua família e, nesse aspecto, a tabela 16 revela que 100% destes encontram-se residindo nos estabelecimentos rurais, contemplando, dessa forma, a aderência ao conceito de agricultura familiar, onde um dos principais aspectos que caracteriza o sistema familiar de produção é a residência fixa na unidade produtiva. Ou seja, o fato de manter uma relação estreita com a unidade de produção rural, o pecuarista acaba por considerar a mesma um patrimônio familiar que apresenta uma carga cultural de representações e significações que tornam esta mais que um mero bem de capital e, dessa forma, a lógica de produção e reprodução do sistema familiar apresenta níveis de apropriação de capital social, os quais são repassados de geração em geração.

Tabela 16. Residência fixa na unidade de produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Residência	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Sim	40	100,0	100,0
Não	0	0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

4.4 Inserção e articulação no mercado da pecuária familiar em Bagé/RS

Tendo em vista que o pecuarista familiar é um segmento que compõe a diversidade da agricultura familiar, este apresenta características e comportamentos semelhantes. Entretanto como se dedica à pecuária de corte, atividade tida como de grandes unidades de produção, não são vistos como agricultores familiares, e esta falta de identificação como categoria social definida e sua pouca representatividade política faz com que, apesar de significativos em número, não sejam reconhecidos pelas entidades representativas da sociedade. Para tanto, verificar como se desdobra as formas de comercialização, seus canais e suas estratégias se mostram relevantes de forma a dar subsídios para a elaboração de propostas de políticas públicas que abordem esta realidade, identificando suas deficiências no processo de comercialização.

A interação na pecuária de corte que o bovino assume, tanto como bem de capital como bem de consumo, é decorrente da lógica financeira que permeia todos os setores, sendo que as características próprias das diversas categorias animais, tais como, valorização, liquidez, reserva de valor e, possivelmente, baixo custo de produção e manutenção, tornam os bovinos um tipo de ativo particular, porém, sujeito a todas as instabilidades dos mercados de ativos, além daquelas que lhes são específicas, em função de seus mercados, particularmente, os produtivos.

A tabela 17 demonstra que a forma de comercialização predominante é a venda ao intermediário³⁷ com 95% dos casos. Já a tabela 18, dá seqüência à tabela anterior e dá-nos qual o tipo de intermediário mais utilizado pelo produtor para

³⁷ Considera-se, para fins deste trabalho, intermediário como sendo aquela forma de comercialização de gado realizada segundo o ciclo da produção pecuária (cria – recria – engorda) onde a transação comercial se dê entre uma dessas etapas seqüenciais da atividade produtiva em relação ao destino final do produto. No caso dessa pesquisa, observou-se, na maioria dos casos, a venda de terneiros para outros produtores (invernadores) como a principal forma de comercialização por parte dos pecuaristas familiares.

realizar o processo de comercialização de sua produção, onde figura a venda direta a outros produtores, normalmente, invernadores de gado, com 82,5% dos casos. Analisando ainda o mercado, vê-se pela tabela 19, que o mercado local com 85% é a forma de acesso dos produtores para a comercialização da produção.

Nesta investigação pode-se notar que a forma de comercialização predominante, a venda ao intermediário, pela sua própria característica de venda direta de carneiros a outros produtores, confere a este produto transacionado pelo pecuarista familiar a destinação de sua produção ao mercado local.

Tabela 17. Forma de comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Forma de comercialização	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Venda ao intermediário	38	95,0	95,0
Venda ao frigorífico	1	2,5	97,5
Venda ao intermediário + frigorífico	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 18. Intermediários na comercialização da produção nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Intermediário	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Escritório de vendas	3	7,5	7,5
Produtor (invernador)	33	82,5	90,0
Feiras e remates	1	2,5	92,5
Misto (produtor + feiras/remates)	2	5,0	97,5
Não se aplica	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 19. Destinação da produção aos mercados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Mercado	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Local	34	85,0	85,0
Regional	5	12,5	97,5
Local + regional	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Finalizando a abordagem relativa ao mercado e à comercialização de gado de corte pelos pecuaristas familiares, nota-se pelos dados da tabela 20, que em nenhum dos casos se verificou algum tipo de contrato (via integração verticalizada) entre as partes envolvidas no processo produtivo – frigorífico e produtor. Desse resultado pode-se imaginar que, pela pequena escala de produção do pecuarista familiar, este prefere não se articular em cadeias produtivas formalmente constituídas, e isto se dá pelo risco envolvido na atividade de abastecimento do mercado.

Tabela 20. Integração da produção às cadeias produtivas nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Integração	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Sim	0	0	0
Não	40	100,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

4.5 Acesso aos recursos e serviços públicos por parte da pecuária familiar em Bagé/RS

Nessa pesquisa, se fará menção à três categorias do PRONAF (C, D e E) que, possivelmente, encerram o público alvo da pecuária familiar no município de Bagé/RS.

O grupo **C** contempla aqueles produtores que: obtenham, no mínimo, 60% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; e obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 3.000,00 e até R\$ 16.000,00 excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

O grupo **D** congrega aqueles que: obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; e obtenham

renda bruta anual familiar acima de R\$ 16.000,00 e até R\$ 45.000,00 incluídos a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

O grupo **E** abrange os que: obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; e obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 45.000,00 e até R\$ 80.000,00 incluídos a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, e excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

São também passíveis de apoio e se enquadram nos grupos "C", "D" ou "E", de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, os agricultores familiares que tenham na bovinocultura, na bubalinocultura ou na ovinocaprino-cultura, a atividade preponderante na exploração da área e na obtenção da renda, e não disponham, a qualquer título, de área superior a seis (6) módulos fiscais quantificados segundo a legislação em vigor.

Apesar de incentivos governamentais como o PRONAF, pode-se afirmar que não existe um modelo "ideal" que possa ser reproduzido nas diferentes regiões com pessoas e ambientes distintos. As tentativas de transposição de formas e de sistemas de produção de uma região para outra não tem alcançado sucesso. Tentar reproduzir na região sul do RS as formas de produção da região norte não tem se mostrado adequadas, transformando-se, no decorrer do tempo, em sistemas que não apresentaram êxito. As experiências dessa natureza evidenciam que não se pode desprezar e desconsiderar o saber dos produtores de determinada região, pois eles são frutos de um processo de longos anos de aprendizado prático em relação às características locais do ecossistema. É importante e necessário que as propostas de geração de políticas públicas, que buscam estimular o desenvolvimento, valorizem as diferentes realidades regionais, respeitando a cultura, os conhecimentos e as habilidades dos agricultores familiares, compreendendo suas lógicas de produção e reprodução (EMATER/RS, 2003). Nessa perspectiva, o serviço de patrulha agrícola prestado pela prefeitura municipal de Bagé/RS é uma

importante ferramenta para que o pecuarista familiar mantenha algumas atividades agrícolas, como o plantio de milho e de pastagens.

Outra abordagem que se mostra de suma importância diz respeito às declarações dos pecuaristas familiares quando questionados em relação à necessidade ou não da contratação de financiamento em bancos ou instituições financeiras para o desenvolvimento da atividade produtiva, ou seja, perguntou-se se havia facilidade ou dificuldade no momento da solicitação destes recursos financeiros. Interessante observar-se a visão dos produtores a respeito das políticas públicas de incentivo e fomento, para que se possam identificar, pela ótica do pecuarista familiar, os pontos positivos e negativos, conforme as declarações selecionadas:

Tchê, esse ano foi fácil por causa da Associação de Moradores de Palmas [...] praticamente o banco veio até a gente... (pecuarista familiar de Bagé, P. R. G. C., 64 anos)

Sinto dificuldade, é muito difícil por causa do juro e do fundo perdido pra gente que é pequeno, né... (pecuarista familiar de Bagé, M. S. S. N., 46 anos)

Tenho vontade de solicitar, mas não tenho coragem de pedir por medo do juro e por falta de informação [...] mas já consegui acessar o Pronafinho uma vez (pecuarista familiar de Bagé, J. M. L. V., 36 anos)

Esse ano foi fácil conseguir no Banco do Brasil por causa da Associação de Moradores da Pedra Grande [...] mas se for 'solito' é muita burocracia, muita dificuldade... (pecuarista familiar de Bagé, L. E. L. O., 40 anos)

Tô tentando acessar o Pronaf no momento, tá meio difícil porque já faz um ano que tá lá o pedido e nada até agora... (pecuarista familiar de Bagé, J. O., 49 anos)

Sinto uma dificuldade que é uma barbaridade, pois são muito exigente [...] apesar de eu ter crédito pedem muitas garantias [...] mas mesmo assim já consegui acessa o Pronaf C e D (pecuarista familiar de Bagé, A. S. B., 68 anos)

4.6 Perfil sócio-demográfico do pecuarista familiar em Bagé/RS

De forma a melhor entender-se a dinâmica da pecuária familiar, torna-se de vital importância a descrição do perfil do pecuarista familiar, não de forma linear, mas no sentido de que a caracterização de sistemas de produção encontra-se ao

lado dos atores sociais de determinada região ou localidade. Conhecendo-se suas especificidades, pode-se compreender melhor determinadas posições e atitudes dos pecuaristas familiares, tanto em nível de racionalidade produtiva propriamente dita, como também no processo de tomadas de decisões.

As características analisadas para a descrição do perfil contemplaram os seguintes aspectos: sexo, faixa etária, grau de escolaridade, renda familiar mensal líquida, renda não-agrícola, profissão ou ocupação principal e ligações em sindicatos, associações e cooperativas.

Observa-se que, segundo a tabela 21, na atividade pecuária há uma predominância masculina (95%) dos produtores. Em relação à faixa etária, tabela 22, a faixa dos 41 aos 50 anos de idade figura com 37,5% dos casos enquanto que a faixa acima de 60 responde por 32,5%. As duas faixas etárias totalizam 70% dos pecuaristas familiares, ou seja, é uma atividade realizada, principalmente, por indivíduos acima dos 40 anos.

Tabela 21. Sexo dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Sexo	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Masculino	38	95,0	95,0
Feminino	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 22. Faixa etária dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Faixa etária	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
20 a 30	4	10,0	10,0
31 a 40	5	12,5	22,5
41 a 50	15	37,5	60,0
51 a 60	3	7,5	67,5
Mais de 60	13	32,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

A tabela 23 revela-nos que 52,5% dos entrevistados possuem o primeiro grau incompleto e 25% o primeiro grau completo, juntas totalizando 77,5% dos casos. Desse dado pode-se interpretar que em função do baixo grau de formação desses produtores, bem como pelo fato deste se espelhar no modelo da grande unidade de

produção por questões até mesmo históricas, poderá resultar em um baixo índice de adoção tecnológica pelas mais variadas razões e realidades.

Tabela 23. Grau de escolaridade dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Grau de escolaridade	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Primeiro grau incompleto	21	52,5	52,5
Primeiro grau completo	10	25,0	77,5
Segundo grau incompleto	3	7,5	85,0
Segundo grau completo	2	5,0	90,0
Superior incompleto	3	7,5	97,5
Superior completo	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Já na tabela 24 visualiza-se que, em 70% dos casos, o produtor auferem em renda familiar mensal líquida até dois salários mínimos, o que não caracteriza margem de lucro elevada segundo a idéia estereotipada que se tem de quem trabalha com a pecuária de corte.

Tabela 24. Renda familiar mensal líquida dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Renda familiar mensal líquida (em salários mínimos)	Freqüência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Menos de 2	28	70,0	70,0
2 a 5	8	20,0	90,0
6 a 10	4	10,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

O presente trabalho pôde verificar que um elevado número de pecuaristas familiares apresenta renda de outras atividades, representando valores, em alguns casos, maiores que a renda agrícola do estabelecimento rural. Embora estas rendas sejam oriundas, na maioria delas, de atividades não agrícolas, são gerenciadas pelo chefe da família e acabam sendo destinadas à manutenção das atividades produtivas. A venda de mão-de-obra, característica destes produtores representa, muitas vezes, uma remuneração temporária e, dessa forma, acabam por investir pouco no próprio estabelecimento em termos de infra-estrutura e, conseqüentemente, em tecnologia de produção. Na lógica desses produtores, os

recursos advindos da pecuária de corte são considerados como uma poupança, sendo utilizado em momentos de necessidade para cobrir despesas não previstas e extraordinárias da família.

Na tabela 25 pode-se notar a importância que a aposentadoria rural assume – praticamente 42% dos casos que recebem algum tipo de renda não agrícola – em manter o homem no campo, pois se verificou nas entrevistas que, uma razoável porcentagem da aposentadoria, é utilizada na manutenção das atividades produtivas do estabelecimento familiar, bem como, para gastos de outra natureza.

No estado do Rio Grande do Sul, quarto maior produtor de carne bovina no país, os reflexos das dificuldades enfrentadas pela pecuária de corte são percebidos, principalmente, nos resultados agroeconômicos que, na maioria das vezes, são negativos, bem como uma elevada dependência de rendas não agrícolas (em especial decorrentes de arrendamentos e aposentadorias). Igualmente, os sistemas produtivos apresentam, na maioria das vezes, um valor da terra relativamente baixo, um nível de capital imobilizado baixo, uma baixa utilização de mão-de-obra e baixos indicadores de eficiência econômica ou até negativos (SEBRAE/FARSUL/SENAR 2005).

Ao serem questionados sobre qual sua profissão ou ocupação principal (tabela 26) procurou-se averiguar como os produtores se vêem enquanto pessoas ligadas ao campo, como se consideram; se somente como pecuaristas familiares ou atribuem à sua figura outras ocupações. Um percentual de 80% se considera pecuarista familiar, ou seja, esse dado se mostra relevante pelo fato de detectar a identificação do produtor com sua atividade produtiva, medindo seu grau de relação e sua importância na sociedade.

Tabela 25. Natureza da renda não agrícola nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Renda Não Agrícola	Tipo de renda	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
	Aposentadoria rural	13	41,9	41,9
	Serviços (aramador, changueador)	6	19,4	61,3
	Funcionário público (professor, técnico, agente de saúde)	3	9,7	71,0
	Assalariado (empregado rural, terceirizados)	2	6,5	77,4
	Autônomo (mecânico, veterinário, inseminador, armazém)	2	6,5	83,9
	Mista (aposentadoria mais outras rendas não-agrícolas)	2	6,5	90,3
	Diversa (combinação de duas ou mais rendas não-agrícolas)	2	6,5	96,8
	Artesão	1	3,2	100,0
Sim	Se aplica	31	100,0	
Não	Não se aplica	9	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Tabela 26. Profissão ou ocupação principal dos entrevistados nos estabelecimentos rurais selecionados no município de Bagé/RS.

Ocupação principal	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Pecuarista familiar	32	80,0	80,0
Mista (pecuarista + outra ocupação)	8	20,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

No que se refere à integração e ligação dos pecuaristas familiares à comunidade em sindicatos, associações e cooperativas, verificou-se o contingente associado a tais instituições e procurou-se ainda relacionar quais dessas instituições são as mais representativas em função do grau/número de produtores vinculados a estas. Essa informação é vital quando se pensa na lógica do poder de barganha dos pecuaristas familiares junto à sociedade e ao mercado, pois estas instituições defendem os interesses de classe e anseios destes produtores.

Em relação aos sindicatos 77,5% dos pecuaristas familiares estão ligados a algum sindicato e, destes, 72,5% estão ligados à FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais). No que se refere às associações, 22,5% dos entrevistados estão ligados a algum tipo de associação, no caso, as associações de moradores de suas localidades (Palmas e Joca Tavares, Pedra Grande e Olhos D'Água) sendo que a da Pedra Grande se mostrou a mais representativa com 12,5%. Já no que diz respeito às cooperativas, 17,5% dos produtores estão ligados a alguma cooperativa, no caso deste estudo, e verificou-se que o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) é o banco cooperativo com o qual os pecuaristas familiares mais trabalham, possivelmente, em função de ser esta cooperativa de crédito específica para a atividade agropecuária e que utiliza taxas apropriadas, segundo a declaração de alguns produtores.

CONCLUSÕES

O que se pode apreender deste estudo de caso é uma contribuição para o entendimento da lógica da pecuária familiar enquanto uma especificidade da agricultura familiar, como também a identificação de elementos característicos dos sistemas de produção familiares, por meio do trabalho de campo, para uma maior compreensão desta categoria social presente no município de Bagé que se localiza na região da Campanha Meridional do estado do Rio Grande do Sul.

A pecuária familiar é uma especificidade da agricultura familiar forjada sob condições históricas de luta e adaptada ao ambiente sócio-cultural. Por sua vez, este pecuarista, o gaúcho do pampa, fruto da mentalidade das grandes estâncias de gado, da família como unidade de defesa da terra, do vizinho como inimigo, da luta pela sobrevivência contra as adversidades, do gado como essência da atividade produtiva, não apenas como “negócio”, mas também como mercadoria de reserva; este “tipo”, de passado glorioso, de lembranças remotas, soube adaptar-se aos imperativos ambientais, ao isolamento e à solidão, às distâncias, diminui a área em divisão por heranças, empobreceu em renda e patrimônio, dispensou a mão-de-obra contratada e adaptou-se a gastos e consumos mais modestos. Muitas vezes buscou novas rendas como a venda da força de trabalho, mesmo assim, tem permanecido na atividade e persistido exatamente com persiste a agricultura familiar.

A definição mais precisa da conceituação da categoria “pecuária familiar” de forma mais aprofundada do ponto de vista teórico, se mostra necessária e importante, para que se tenha um melhor entendimento com quem esta categoria se identifica, pois, embora apresente uma baixa rentabilidade, tem como “concepção de mundo” o modelo da estância tradicional do grande proprietário e, a partir desta constatação, entender como se dá sua participação e representação política junto aos órgãos de classe e ao poder público, se mostra um interessante campo de estudo à pesquisa. Além disso, assim como a agricultura familiar, a pecuária familiar também não é homogênea. Estas diferenças apresentam formas e sistemas de produção que, embora ancorados na pecuária de corte, tem uma série de combinações de atividades (agrícolas e não agrícolas) na busca da reprodução e da sustentabilidade nos diferentes ambientes.

Este pecuarista é o herdeiro empobrecido das sesmarias que vem sobrevivendo a partir da pecuária, atividade histórica, adaptada ao ambiente, pela

qual o homem tem familiaridade e gosto, sendo adequada à sua formação e aos seus valores culturais, além das relações formais e informais com o mercado em termos de acesso e comercialização.

Enfim, a pecuária familiar é um tipo de agricultura familiar diferenciada, com características internas que lhe conferem uma diversidade de sistemas e de produtores e, por possuir esta diversidade, é necessário que não se tenha uma única proposta, mas sim uma gama variada de ações que possam contemplar os mais diversos segmentos dessa categoria social. As próprias alternativas tecnológicas, no seu processo de criação e elaboração, se tornam mais complexas em função da necessidade de atendimento a um público com anseios distintos dentro da realidade da própria pecuária familiar.

Traçando-se um paralelo entre a agricultura familiar e a pecuária familiar relembra-se que os conceitos utilizados ao longo da discussão teórico-metodológica desta dissertação atendem às características observadas a campo durante o trabalho de pesquisa.

Considerando-se a pecuária familiar uma especificidade da agricultura familiar pode-se reafirmar que o caráter familiar da pecuária, no município de Bagé/RS, enquanto sistema de produção/reprodução e manifestação está assentado em quatro premissas fundamentais e básicas, que são: *(a) que tenham como atividade principal a criação de animais (bovinos e/ou ovinos) e que esta atividade ocupe a maior parte da área em termos expressivos, do estabelecimento rural, não sendo necessário, que esta atividade responda pela maior fonte de renda em termos monetários; (b) que a mão-de-obra seja predominantemente familiar, isto é, a mão-de-obra assalariada não pode ser mais representativa do que a familiar; (c) que o tamanho da área do estabelecimento rural/unidade de produção não seja superior a 280 hectares, o que equivaleria a dez (10) módulos fiscais; e (d) que o produtor e sua família tenham residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo.*

Neste trabalho de pesquisa chegou-se à seguinte caracterização da pecuária familiar no município de Bagé/RS, na região da Campanha Meridional, onde: *(a) a atividade produtiva principal é a bovinocultura de corte, tendo a ovinocultura como uma atividade secundária, onde o principal objetivo assenta-se no gado de cria (terneiros) e, em parte, em vacas de invernar, e este gado é, fundamentalmente, cruzado (europeu x zebuino); (b) a pecuária de corte ocupa a maior parte da área dos estabelecimentos rurais, no entanto, não responde pela maior fonte de renda*

total, onde a estrutura fundiária se limita até 200 hectares de área (alguns casos ocorrem onde a área é superior a 200 hectares e inferior a 300 hectares) podendo ocorrer o arrendamento por cabeça (gado a pastoreio) em alguns casos; (c) baseia-se no pastoreio contínuo da pastagem nativa e no sistema de monta natural; (d) a mão-de-obra é predominantemente familiar, havendo troca de serviços entre os produtores (vizinhos e parentes) em determinadas épocas; (e) a venda da produção é feita ao intermediário, sendo o invernador, o principal cliente, bem como a comercialização se dá no mercado local e não se encontra integrado à cadeia produtiva via contratos; e (f) apresenta residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo.

Na seqüência da análise da pecuária familiar enquanto atividade produtiva na lógica de sistema de produção familiar se mostra importante traçar alguns elementos do perfil do pecuarista familiar enquanto ator social. Pode-se vislumbrar acerca do pecuarista familiar que: (a) é uma atividade exercida, predominantemente, por homens com faixa etária acima dos 41 anos; (b) apresenta escolaridade de primeiro grau; (c) possui renda familiar mensal líquida até dois (2) salários mínimos; (d) tem na aposentadoria rural sua principal fonte de renda não agrícola, a qual é bastante representativa na renda total para gastos em geral e investimento na atividade produtiva.

De toda a análise realizada ao longo do trabalho, depreende-se que para um processo de desenvolvimento rural sustentável seja efetivamente concebido na acepção plena da palavra, necessita-se que as bases científicas e os paradigmas norteadores da ciência e da pesquisa percebam a importância de uma participação dos produtores rurais sobre um novo olhar científico, com enfoque e perspectivas distintas da visão cartesiana, onde, nessa elevação de *status* do conhecimento empírico e do saber das pessoas, o ator social é elencado a dimensões de maior relevância. Ou seja, dessa forma, muda-se por completo a percepção da pesquisa e, por conseqüência, da tecnologia, a qual deverá ser concebida, gerada e adaptada às reais necessidades dos produtores dos mais variados tipos dentro de uma mesma categoria social, seja a agricultura familiar, seja ainda a pecuária familiar como uma particularidade dessa forma social de produção.

Por fim, reafirma-se que a pecuária familiar enquanto sistema de produção, reprodução e manifestação familiar apresenta características fundamentais e aderentes ao conceito de agricultura familiar, na qual sua importância se mostra

crucial na manutenção do homem e de sua família no campo, categoria social esta de extrema relevância na produção pecuária e, por conseguinte, na produção de alimentos, na participação como protagonista do desenvolvimento rural sustentável, na reconfiguração dos agroecossistemas e na discussão da temática de políticas públicas que atendam às reais necessidades desse público em específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Estudos Rurais. ANPOCS. Editora da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar** – Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997. Brasília/DF Anais. Brasília: PNUD, 1997. 222 p.

ACCORDI, I. A. **Contribuição ao conhecimento ornitológico da Campanha Gaúcha**. Atualidades Ornitológicas (112:12), 2003. Disponível em: <<http://www.ao.com.br/download/accordi.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2006.

ALEGRE, E. A. Agricultura a tiempo parcial y transformaciones del campesinado. Madrid, España. **Agricultura y Sociedad**, nº 17, 1980. p. 203-223.

ANUALPEC. Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: **FNP Consultoria & Comércio**. 10º Ed., 2004. 400 p.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS) – ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/pho/>> Acesso em: 23 nov. 2006.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS) – ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). **Pecuária familiar**. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural, 34).

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS) – ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). Escritório Municipal de Bagé. **Relatório anual de ações e resultados**. 2006.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da região Sul. In: Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. **Fundação de Economia e Estatística/FEE**, Porto Alegre, 1994.

BEZERRA, A. J. A. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul**. 2006. 139 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programas Agropecuários**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp> Acesso em: 01 ago. 2007

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População, Economia e Canais (Banco de Dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 set. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Legislação. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 18 nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. MDA-INCRA/SADE: Banco de dados da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>> Acesso em: 22 abr. 2007.

BRISOLARA, C. S. **Análise intertemporal de alternativas tecnológicas na bovinocultura de corte gaúcha**. 2001. 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BROWNE, A. L. **Leitura básica de O Capital**. Resumo e crítica da obra de Marx. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968. 487 p.

CACHAPUZ, J. M. S. **O panorama setorial da bovinocultura de corte gaúcha no processo de integração do Mercosul**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1993. 29 p. (EMATER. Rio Grande do Sul. Realidade Rural, 7).

CADENA, G.; CASTAÑOS, A.; MACHADO, F.; SOLLEIRO, J. L. & WAISSBLUTH, M. **Administración de proyectos de innovación tecnológica**. México, DF: Ediciones Gernika, 1986. 149 p.

CASTRO, A. M. G. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp 2002>> 27 p. Acesso em: 29 nov. 2002.

CHAMPAGNE, P. **A reprodução da identidade**. Paris – Dijon, INRA, 1986. 2 Vols., p. 185 e 165.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p.

CHELOTTI, M. C. **Revisitando a questão regional na Campanha Gaúcha: a incorporação de novos elementos no pós 1990**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Revista on-line <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>, ISSN 1678-6343, Caminhos de Geografia 20(17) 210 – 224, fev/2006.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Publicações e Indicadores Pecuários. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>> Acesso em: 12 abr. 2007.

CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.nidus.org.br/coredes/sitemgr/sitemgr-site> Acesso em: 10 set. 2007.

COTRIM, M. S. **'Pecuária familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu-RS.** 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CUNHA, C. J. C. **A competitividade da agricultura brasileira no Mercosul: estudo de caso.** Brasília, IPEA, 1994, 46 p. (Série Estudos de Política Agrícola nº 03).

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo/SP. Editora Atlas S.A., 1992. 287 p.

DUFUMIER, M. **Le projets de développement agricole.** Paris: Éditions KARTHALA-CTA, 1996. 354 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Pesquisa visa fortalecer elo fraco da cadeia produtiva. In: **Folha do Produtor.** Bagé: Embrapa Pecuária Sul, Ano 16, nº 20, 2005. p. 7.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). EMBRAPA PECUÁRIA SUL. **III Plano Diretor da Embrapa Pecuária Sul: 2004-2007.** Bagé, 2005. 38p. (Embrapa, Documentos 59).

ENGEVIX. **Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul** – Relatório Final. Engevix Engenharia s/c Ltda, 1997.

ESPINOSA, E. L; GARCÍA, J. M. G. & ALBERO, C. T. **La sociología del conocimiento y de la ciencia.** Madrid, España. Alianza Editorial S. A., 1994. 632 p.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Disponível em: <<http://www.saa.rs.gov.br>> Acesso em 15 nov. 2006.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 13 out. 2006.

EVERITT, B. S. **Cluster analysis.** London: Hodder & Stoughton, 1993. 170 p.

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. 1996. Brasília. In: GUANZIROLI, C. & CARDIM, S. (coord.). O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto. 2000. Brasília, Convênio FAO/InCra, INCRA.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista de Geografia Agrária “Campo-Território”**, v. 1, n. 2, ago. 2006, p. 14-30.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.) **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**. IPEA, 2001.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo**. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FOCHEZATTO, A.; TRICHES, D.; HERRLEIN Jr. R.; STÜLP, V. J. **Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na metade sul do Rio Grande do Sul**. FACE/PUCRS. Universidade de Caxias do Sul, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – 008 – Jun/2004.

FRIEDMANN, H. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G.; LOWE, P.; WINTER, M. **Agriculture: people and politics**. London: Allen, 1986. p. 41-60.

FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. In: **Journal of Peasant Studies**, London, v. 7, nº 2, 1980. p. 158-184.

FRIEDMANN, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 7, n. 4, 1978. p. 545-586.

GASSON, R. **The economics of part-time farming**. Longman Scientific & Technical, London, 1988. 188 p.

GASSON, R. & ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallington: CAB International, 1993.

GASSON, R.; CROW, G.; ERRINGTON, A.; HUTSON, J.; MARSDEN, T. & WINTER, D. M. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, V. 39, 1988. p. 1-41.

GEHLEN, I. **Para pensar outra agricultura**. Coletânea de artigos/organizadores: Ângela Duarte Damasceno, Alfio Brandenburg. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. 275 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade da economia**. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1980. 397 p.

HEYNIG, Klaus. **Principales enfoques sobre la economía campesina.** Revista de la CEPAL, Chile, Abril, 1982. p.115-142.

KAGEYAMA, A. (coord.) et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais. UNICAMP, Campinas, 1987. p. 113-223.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Brasília: Linha Gráfica, 1998. 586 p.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme.** Vol. 1. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

LANDAIS, É; LHOSTE, Ph.; MILLEVILLE, P. Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 23, nº 3-4, 1987. p. 421-437.

LAZZARI, M. R. **Agropecuária gaúcha em 2005: estiagem, câmbio e crise.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/33_04/5_parte.pdf Acesso em: 18 nov. 2006.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Traduzida e com nota introdutória por José Paulo Netto e revista, com base no original russo, por Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 402 p.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1995. 175 p.

LUIZELLI, J. C. B. **Pecuária familiar na região de Santiago: caracterização, origem e situação atual.** 2001. 79 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MANLY, B. F. J. **Multivariate statistical methods: a primer.** London: Chapman & Hall, 1986. 159 p.

MANN, S. A. & DICKINSON, J. M. **Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista.** In: Literatura Econômica, v.9, n.1, 1987. p.7-26.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.VII-27.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 5ª ed., revista por Alexandre Addor e com nota introdutória de Eric J. Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 112 p.

MARX, K. **Teorias da mais-valia.** História crítica do pensamento econômico. Livro 4 de O Capital, Vol. I. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980. 447 p.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados.** In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém-PA. 2001. 14 p.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine.** Paris: Éditions du Seuil, 1997. 534 p

MIELITZ NETTO, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira.** 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MIELITZ NETTO, C. G. A. A modernização da bovinocultura de corte brasileira. **Ensaio FEE.** Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, (16) 1:66-104, 1995.

MIGUEL, L.A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/3eeg/Artigos/m02t03.pdf>> Acesso em: 31 out. 2006.

MINAYO, M. C. S. (org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994. 80 p.

MOONEY, Patrick. **Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconsideração...** In: Literatura Econômica, v.9, n.1, 1987. p.27-41.

NAVARRO, Z. **Uma nota introdutória aos artigos de Mann & Dickinson e de Mooney.** In: Literatura Econômica, v.9, n.1, 1987. p.3-6.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 142 p.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia.** Espana: Lãs Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. van der. Tendencias de desarrollo em la agricultura avanzada: los efectos regionales de la mercantilización y tecnificación del proceso productivo. **Agricultura y Sociedad**, nº 43, 1987. p. 47-69.

POTENSAL. **Panorama, mercado e comercialização na bovinocultura de corte.** Disponível em: <<http://www.potensal.com.br>> Acesso em: 13 dez. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. História, dados e economia. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br>> Acesso em: 02 ago. 2007.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RIBEIRO, C. M. Pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre/RS, Emater-RS, v. 34, 2003. p. 11-45.

RICHTER, H. V. **Análise econômica do sistema produtivo e uso de nova tecnologia na exploração de gado de corte – Bagé – Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1971. 140 p. (Estudos e trabalhos mimeografados, nº 12).

ROSNAY, J. **Le macroscope: vers une vision globale**. Paris: Ed. Seuil, 1975. 351 p.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne**. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEBRAE/FARSUL/SENAR. **Diagnóstico de sistemas de produção da bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa, IEPE/UFRGS. Porto Alegre, 2005. 265 p.

SERRANA. **A carne bovina**. Disponível em: <<http://www.serrana.com.br>> Acesso em: 29 dez. 2004.

SHANIN, T. **El último Marx: dioses y artesanos**. 1990, p.5-57.

SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 238 p.

SOARES, P. R. R. “Décadence avec élégance” uma crítica ao decurso da metade sul do Rio Grande do Sul, **Agora**, Santa Cruz do Sul, v.2, n.1, mar. 1996. p.67-85.

SPEEDING, C. R. W. **Sistemas agrários**. Zaragoza/España. Editorial Acribia, 1980. 183 p.

TORRES, J. E. H.; MIGUEL, L. A. A pecuária familiar, uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise socioeconômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre/RS, Emater-RS, v. 34, 2003. p. 47-78.

VELLANTE, S. Innovazioni tecnologiche, forme di produzione emergenti e organizzazione aziendali. **La Questione Agraria**, nº 4, 1981. p. 67-108.

VIEIRA, E. F., RANGEL, S. S., NOBREGA, M. R., FARINA, F. C. Reorganização do espaço político-territorial do Rio Grande do Sul: conseqüências demográfico-econômicas para a Metade Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº. 25, AGB – Porto Alegre, 1999. p.83-90.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes do campesinato brasileiro**. In: Tedesco, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. (Capítulo 1, p.23-56)

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001. 205 p.

YRUELA, M. P. & GÚZMAN, E. S. Agricultura familiar y campesinado: discusion sobre su conceptualizacion em lãs sociedades desarrolladas. In: ZÚÑIGA, M. R. & GUTIÉRREZ, R. S. Lecturas sobre agricultura familiar. **Serie Estudios**. Instituto de Estudios Agrários, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, Espana. 1985. p. 76-104.

ZENI, E. **Caracterização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte no Estado de Santa Catarina**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

APÊNDICE – Questionário da Entrevista

Dados do produtor (a) entrevistado (a):

Nome:.....

Localidade:..... Telefone ou celular:.....

Características técnicas, produtivas e culturais

Aspectos produtivos

01. Qual é a atividade principal explorada em seu estabelecimento rural? E as secundárias, caso haja? Relacione a área e a participação na renda, de acordo com suas respostas.

	Atividade PRINCIPAL	Atividade Secundária	Área (ha)	Participação na Renda (%)
Agricultura				
Fruticultura				
Lavoura				
Pastagem				
Outra				
Pecuária				
Bov. Corte				
Ovinos				
Bov. Leite				
Outra				
Silvicultura				
Matas (APP)				
Espéc. Comer.				
TOTAL				

Nota: notificar se na unidade de produção (UP) existem pessoas que recebam rendas não-agrícolas e/ou aposentadoria rural:

() Sim

() Não

Caso sim:

Quantas: Quem: Natureza da renda:

02. Qual é a modalidade de exploração da sua atividade?

() Estabelecimento em parceria: % () Estabelecimento arrendado: ha

() Meeiro () Proprietário () Outra: especificar

03. Na sua atividade pecuária, como são adquiridos a maioria dos insumos e bens produtivos (vermífugo, carrapaticida, sal mineral, vacina, sementes, equipamentos, implementos, máquinas, etc)?

() Compra

() Troca

() Parceria

04. Qual é o principal objetivo econômico de sua unidade de produção?

- Cria Recria Engorda
 Cria/Recria Recria/Engorda Ciclo completo

05. Qual é a fonte de água para os animais?

- Açude Poço artesiano Rio/Arroio/Sanga

06. No seu estabelecimento rural, qual é o tipo de pastagem utilizada?

- Nativa Cultivada Nativa e Cultivada

No caso de cultivada, utiliza espécie melhorada: Sim Não

07. De que forma sua produção animal é comercializada?

- Venda ao intermediário Venda ao frigorífico Venda direta

No caso de venda ao frigorífico: Qual?

No caso de venda direta: A quem?

08. No seu processo de comercialização, a sua produção animal está integrada a algum sistema de cadeias produtivas sob a forma de contratos?

- Sim Não

09. Sua comercialização destina-se ao mercado:

- Local Regional Nacional

10. O seu estabelecimento rural é assistido pelo serviço de extensão rural e de assistência técnica?

- Sim Não

Caso sim:

- Frequentemente Ocasionalmente Raramente

11. Na hora de requisitar um empréstimo e/ou financiamento em algum banco ou instituição financeira, há facilidade ou dificuldade em consegui-lo? (Favor especificar as dificuldades mais frequentes e colocá-las em ordem de significância/importância).

.....

.....

.....

Aspectos culturais

12. Sua unidade de produção foi obtida de que forma pela sua família?

- () herdada () herdada e com áreas compradas
 () comprada () arrendada

13. Qual é a sua composição familiar, em número de pessoas e gênero?

- () Homens: () Mulheres:
 () Crianças: () Parentes diretos:

14. A sua residência e de sua família é fixa no estabelecimento rural?

- () Sim () Não

15. Qual a natureza do trabalho no seu estabelecimento rural?

- () Familiar () Familiar e Contratada

15.1. Quantos familiares trabalham na UP em tempo integral?

15.2. Quantos familiares trabalham na UP em tempo parcial?

15.3. Quantos familiares trabalham fora da UP em tempo integral?

Se contratada: () Temporária () Fixa () Temporária e fixa

Nº de empregados: () T () F () T e () F

16. Na renda total da família, quanto representa a renda do trabalho externo? %

Aspectos técnicos

17. Qual é o número de animais na sua UP (efetivo) e as raças predominantes?

Bovinos: Ovinos: Eqüinos: Cabritos:
 (raça): (raça): (raça): (raça):

18. Caso realize a reprodução, esta é:

- () Natural () Inseminação artificial

19. Quais são os números de animais vendidos de sua produção por ano?

Boi gordo/novilhos: Quilos de lã:
 Vaca velha/descarte: Leite (litros):
 Ovelhas: Cabritos:

20. Em que sistema de produção os animais são manejados no seu estabelecimento pecuário?

- Pastoreio contínuo Pastoreio rotativo Semi-confinados

Características sócio-demográficas

Perfil do (a) gestor (a) e de sua família

21. Qual sua faixa etária e sexo?

- 20 a 30 31 a 40 41 a 50 51 a 60 mais de 60
 Masculino Feminino

22. Qual a sua profissão/ocupação principal? _____

23. É associado (a) em:

- | | | |
|--------------|------------------------------|------------------------------|
| Sindicato: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Associação: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Cooperativa: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

24. Nível de renda (renda familiar mensal em número de salários mínimos):

- Pecuária: < 2 2 a 5 6 a 10 11 a 20 > 20
 Outra atividade: %

25. Grau de escolaridade:

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| (1) Sem formação | (5) Segundo grau completo |
| (2) Primeiro grau incompleto | (6) Superior incompleto |
| (3) Primeiro grau completo | (7) Superior completo |
| (4) Segundo grau incompleto | (8) Pós-graduado |

Data: / / 2007 Hora:..... Entrevistador (a):
Local da entrevista: Localidade:

ANEXO – Fotografias



Foto 1. Terneiros.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 2. Terneiros.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 3. Remate.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 4. Lote de terneiros.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 5. Lote de terneiros.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 6. Lote de ovinos.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 7. Cabrito.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 8. Cavalo crioulo.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé



Foto 9. Produção de milho.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé

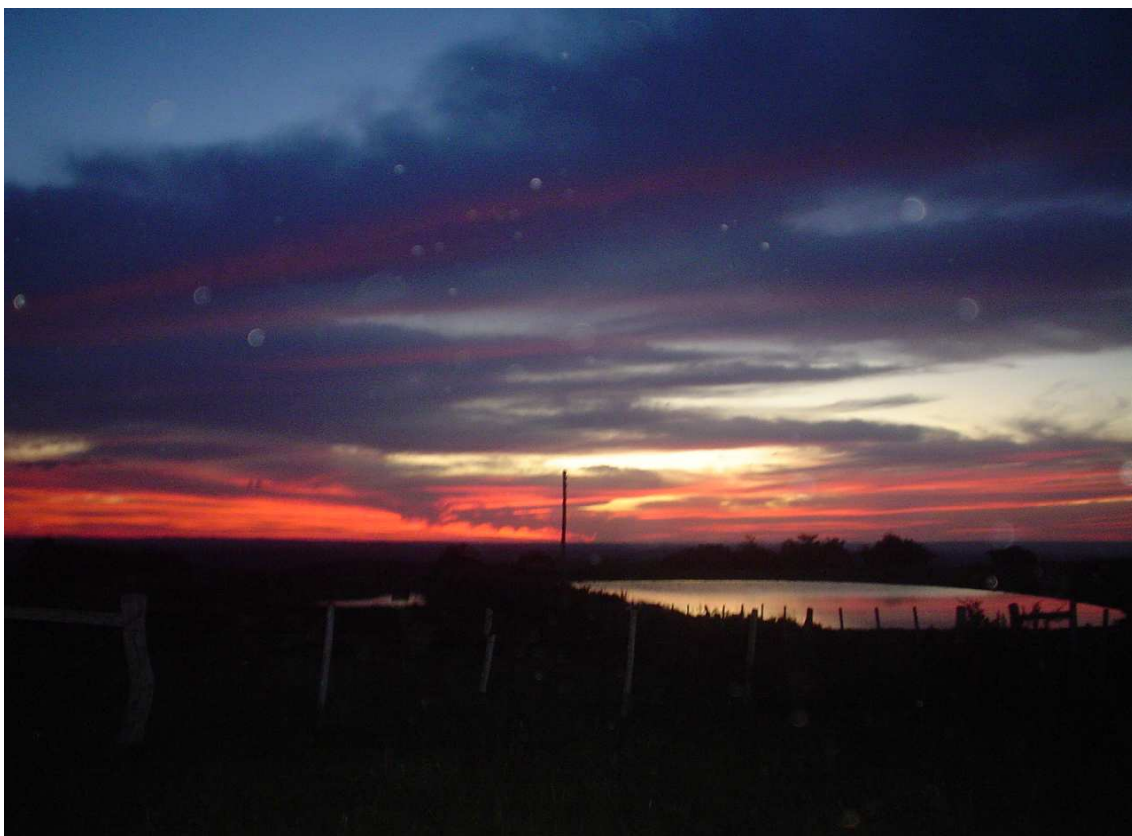


Foto 10. Paisagem da Campanha Gaúcha.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Municipal de Bagé